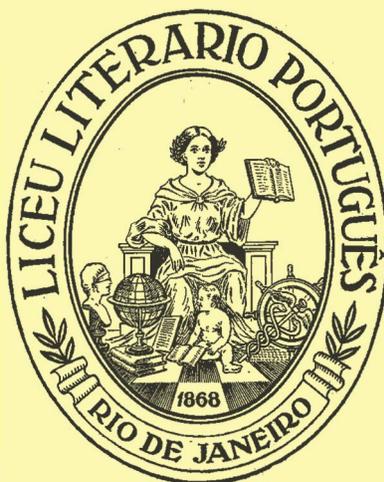


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 23 - 1.º semestre de 2002 - Rio de Janeiro

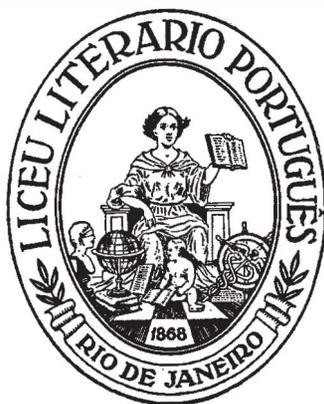
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
língua, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Língua*)



N.º 23 – 1.º semestre de 2002 - Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 2001/2002

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
2.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
1.º Tesoureiro: Manuel Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecária: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Carlos Alberto Soares dos Reis Martins
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Manuel Paulino
1.º Secretário: Maria Lêda de Moraes Chini
2.º Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Carlos Jorge Airoso Branco

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Presidente: Francisco Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.

Francisco Gomes da Costa (Presidente)

Evanildo Bechara (Diretor Geral)

Maximiano de Carvalho e Silva (Diretor Executivo)

Antônio Basílio Rodrigues

Horácio Rolim de Freitas

Rosalvo do Valle

CONSELHO CONSULTIVO

Adriano da Gama Kury

Amaury de Sá e Albuquerque

Carlos Eduardo Falcão Uchôa

Fernando Ozório Rodrigues

Jayr Calhau

José Pereira de Andrade

Ricardo Cavaliere

Walmírio Macedo

CONFLUÊNCIA

Diretor: Evanildo Bechara

Comissão de Redação:

Maximiano de Carvalho e Silva

Antônio Basílio Rodrigues

Horácio Rolim de Freitas

Rosalvo do Valle

Produção Gráfica

Editora Lucerna

Cx. Postal 32054

CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ

Internet: www.lucerna.com.br

Pede-se permuta

Přdese canje

On demande l'échange

Si chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português

Rua Senador Dantas, 118 - Centro

CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 - Fax: (021) 2533-3044

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da TAP – Air Portugal

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (A. GOMES DA COSTA)	7
Homenagem a Gonçalves Viana	9
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (EVANILDO BECHARA)	11
Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (JOSÉ A. PERAL RIBEIRO)	13
Biobibliografia de Gonçalves Viana (ÁLVARO NEVES)	19
Gonçalves Viana and the study of portuguese phonetics (FRANCIS M. ROGERS)	35
Gonçalves Viana (J.J. NUNES)	43
Gonçalves Viana and the phonic sciences (J. MATTOSO CAMARA JR.)	46
 ARTIGOS	
A palavra <i>filologia</i> e as suas diversas acepções: os problemas da polissemia (MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA)	53
Sobre o ensino do idioma nacional: problemas, propostas e perspectivas (EUGENIO COSERIU)	71
Contribuição para o tratamento de preposições num dicionário Espanhol / Português (VALTER KEHDI)	78
O professorado de português ante problemas do ensino: análise crítica de seu desempenho em um concurso público (CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA)	84
Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil (RICARDO CAVALIERE)	102
Jesus Bello Galvão (ROSALVO DO VALLE)	121
 TRANSCRIÇÃO	 128
RESENHA CRÍTICA	140
COLABORADORES	143

EDITORIAL**A COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dr. Antônio Gomes da Costa

Nem o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse, – quando tratou de vários temas da política externa –, nem o ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, fizeram até agora, de público, qualquer alusão à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O silêncio não significa que o atual governo tenha colocado no limbo ou em banho-maria um projeto baseado na valorização de interesses comuns à lusofonia e que apesar de já contar com a adesão de 8 países – 5 na África, Portugal na Europa, Timor Leste na Ásia e o Brasil – ainda não conseguiu nem força, nem dinâmica compatíveis com os seus objetivos e as suas potencialidades.

Existem várias causas para justificar a inércia e a infertilidade da CPLP, desde as “desconfianças” de alguns Estados-membros, como Angola e Moçambique, onde os dirigentes procuram nela estrias de neocolonialismo para consumo interno, até à falta de “vontade política” que foi visível durante os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não obstante a sua retórica favorável à iniciativa do antecessor. Isto para já não falarmos das limitações orçamentárias, que deixaram praticamente a CPLP sem condições para atuar com eficácia, ou do desempenho melancólico dos dois primeiros secretários-executivos, um nomeado por Angola, o Sr. Marcolino Mocco, e outro, pelo Brasil, a Arq. Dulce Pereira, que nunca tiveram um “vôo de asa” ou um pouco de inspiração para tirar o organismo da paralisia que o atingiu desde sempre.

Dois fatos novos no âmbito da CPLP coincidem com o início do governo do Presidente Lula. O primeiro, foi a decisão tomada em Brasília na última reunião dos Chefes de Estado e de governo, no sentido de se desenvolver a vertente econômica e atrair os empresários e os investidores dos países-membros

para as oportunidades de negócios que aparecem no território da Comunidade. Embora subjacente desde que foi criada a idéia de potencializar os aspectos comerciais e financeiros, a verdade é que tanto a retórica como as ações da CPLP estiveram voltadas com a prioridade para o idioma e um fundo cultural comum (acordo ortográfico e construção em Cabo Verde do Instituto de Língua Portuguesa); para as experiências na área social e científica (casas populares e combate à AIDS), etc. mais do que para os temas econômicos e estratégias de desenvolvimento: formação de empresas conjuntas, união aduaneira, investimentos, parcerias para cooperação, preferências comerciais e assim por diante. A criação de um Conselho Empresarial dentro da estrutura da organização e o propósito de pôr em contato direto os agentes e as corporações econômicas de oito países, é uma iniciativa que pode dar um sentido mais pragmático e útil à CPLP, à medida que se liberta da tutela do Estado e da burocracia das chancelarias.

O segundo fato novo que bate com o começo do governo Lula é a nomeação de um secretário-executivo que tem todas as qualidades para imprimir à CPLP um ritmo de trabalho, de eficiência e de criatividade como nunca teve. O embaixador João Médicis, tanto por sua experiência diplomática como por ser alguém com luz própria e com vontade de fazer, pode marcar o advento de um ciclo diferente daquele que a organização percorreu até agora. Claro que para isso precisa, acima de tudo, do sinal verde e do apoio de seu governo.

A CPLP vai ser aquilo que o Brasil quiser fazer dela. Não é um capricho que devemos deixar para trás; é uma visão de futuro que nos deve comprometer.

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
GONÇALVES VIANA**



**ANICETO DOS REIS GONÇALVES VIANA
(1840 – 1914)**

ANICETO DOS REIS GONÇALVES VIANA
6.1.1840 – 13.9.1914

Passados tantos anos da atividade e produção científica e literária do extraordinário foneticista, ortógrafo e lexicógrafo português Gonçalves Viana, é natural que estudiosos de hoje encontrem dificuldade em localizar notícias e comentários sobre a vida e a obra do homenageado deste número de *Confluência*.

Pensando em diminuir um pouco tais dificuldades – já que são numerosas as fontes neste sentido –, trasladamos para aqui alguns artigos que julgamos importantes, escritos por especialistas que com ele conviveram ou que, não o fazendo, estavam em condições de situar com justiça e dignidade essa grande figura dos inícios da atividade da geração que fez que Portugal pudesse acompanhar o progresso dos estudos lingüísticos por que passava o mundo científico do final do século XIX e início do XX.

Para tanto, reproduzimos inicialmente três trabalhos, na esteira da seleção feita pelo inesquecível mestre que foi Luís F. Lindley Cintra para a coletânea *Estudos de Fonética Portuguesa*¹, de Gonçalves Viana, preparada com a colaboração de José A. Peral Ribeiro, competente professor que a morte tão cedo roubou às atividades universitárias no domínio dos estudos lingüísticos em Portugal.

O primeiro deles é a instrutiva introdução que Peral escreveu especialmente para os citados *Estudos*; o segundo é uma larga notícia bibliográfica de G. Viana, enriquecida com uma autobiografia, levantada por Álvaro Neves, que aparece aqui simplificada nas informações suplementares aduzidas à sua relação; o terceiro é um largo estudo do lingüista norte-americano Francis M. Rogers, escrito para a homenagem, em 1940-1941, por iniciativa do Centro de Estudos Filológicos, de Lisboa, e publicado no *Boletim de Filologia* (VII, 1940, 17-29), dele retirando-se a parte final dedicada à bibliografia dos trabalhos de G. Viana sobre fonética, por estar, uma grande parte, arrolada no levantamento de A. Neves.

Também a Academia das Ciências de Lisboa, de que Gonçalves Viana era sócio efetivo, lhe prestou justa homenagem, dedicando-lhe o volume X

¹ Publicados em Lisboa, 1973, pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

(1915-1916) do *Boletim da Segunda Classe*. Neste número, além do artigo de Álvaro Neves já referido, aparece breve, mas noticiosa, colaboração de Joaquim José Nunes, em que fala de outros domínios da atividade do ilustre foneticista.

Não poderia faltar nesse *Boletim* a colaboração de Leite de Vasconcelos, que conviveu com o nosso homenageado por quase quarenta anos. Longo e informativo é o artigo de Leite de Vasconcelos sobre a obra e a vida de G. Viana; por não podermos transcrevê-lo integralmente, limitamo-nos a aduzir este pequeno retrato:

“Viana era magro, alto e andava devagar, dando extensas passadas, como canchas. Quando falava, fazia-o com ênfase, como pessoa nervosa, e nas discussões perdia a serenidade.

Incapaz de uma impostura, de uma mentira, se uma vez ou outra contrapunha injustamente palavras ásperas a quem o rebatia, não procedia assim por malquerença ou de propósito: dominava-o o seu nervosismo, a sua imaginação. Os seus conhecimentos consistiam principalmente em línguas e em literaturas modernas. Faltava-lhe talvez um pouco de disciplina, porque em novo não seguira com intensidade estudos regulares. Estes convêm sempre, por modestos que sejam, a quem haja de se dedicar à ciência, porque obrigam a método e a ordem. No campo da Filologia, Viana cultivou de preferência, como já sabemos, a Fonética viva, tanto portuguesa como geral. A Literatura medieval bem como a Sintaxe e a maior parte da Morfologia eram-lhe menos familiares. Viana não tinha paciência para se embrenhar em arquivos, decifrar manuscritos, ler obras arcaicas, meditar contextura da frase, e tomar notas trabalhosas. Nem todos podem servir para tudo!

O seu aparecimento no nosso país até constitui um fenômeno muito notável: Viana, como foneticista, formou-se a si mesmo, sem mestres, sem tradições, sem laboratórios, e sem sair de cá, pois que só tarde, já depois de ser conhecido, se relacionou com muitos filólogos, e viajou por fora de Portugal (França, Alemanha, etc.)”

Outros trabalhos saíram no mesmo volume do *Boletim da Segunda Classe* sobre a obra de Gonçalves Viana, como as importantíssimas anotações do Monsenhor Rodolfo Dalgado às palavras asiáticas estudadas nas *Apostilas*; mas o que vai aqui já ministra aos leitores da *Confluência* uma idéia muito fiel da admiração e respeito, principalmente de seus compatriotas portugueses, acerca do valor notável da obra do nosso homenageado.

Ficáramos por aqui se não nos espicaçasse o desejo de trazer à luz artigo pouco conhecido de J. Mattoso Câmara Jr., escrito para uma miscelânea a Roman Jakobson, saída em 1956, em que nosso linguísta examina a contribuição de Gonçalves Viana aos domínios da fonética portuguesa.

Evanildo Bechara

ANICETO DOS REIS GONÇALVES VIANA

José A. Peral Ribeiro

Introdução

Embora Gonçalves Viana tivesse publicado vários trabalhos de lexicologia e etimologia, além de alguns livros escolares e traduções, foi essencialmente no domínio da fonética portuguesa e suas implicações respeitantes à reforma ortográfica que o seu nome se tornou mais conhecido e justamente admirado. As obras mais valiosas que nos deixou são o *Essai de phonétique et phonologie de la langue portugaise – D'après le dialecte actuel de Lisbonne*, Paris, 1883, e a *Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa*, Lisboa, e ainda *A Ortografia Nacional*, Lisboa, 1904, que refletem bastante bem as idéias do seu autor sobre tais assuntos. As restantes, ainda que relativamente numerosas, nada acrescentam às qualidades que se encontram nas primeiras, à parte um ou outro pormenor. Como no presente volume se reúnem elementos suficientes relativos à vida, obra e bibliografia deste foneticista, destinam-se as linhas seguintes a chamar a atenção para dois ou três aspectos que se nos afiguram de maior significado.

Não tendo podido freqüentar, com regularidade, qualquer curso relacionado com as matérias que mais o prendiam, havia em Gonçalves Viana, não obstante, um conjunto de aptidões tão raras entre nós para tal espécie de estudos que, mercê de um esforço persistente de autodidata, vieram a revelar-se como altamente proveitosas para a lingüística portuguesa. A ele ficamos a dever a descrição mais completa e minuciosa dos sons da nossa língua; e o conhecimento que possuía de grande número de idiomas, aliado a um ouvido que tudo indica ter sido excepcional, permitiu-lhe descobrir e distinguir de maneira muito precisa matizes fônicos, por vezes inesperados, de que encontramos bastantes exemplos no *Essai* e na *Pron. Norm.* Os seus estudos incidiram de preferência sobre a fonética viva; contudo, as duas notas de fonética histórica aqui incluídas constituem, pelos dados exatos e seguros, se bem que aplicados a um tema bastante restrito, trabalho igualmente meritório e em tudo digno do seu autor. Notemos que os fenômenos aí estudados – à parte um ou outro detalhe com o qual poderemos não concordar – estão caracterizados pelo extremo cuidado das observações feitas; esta uma das qualidades a assinalar, patente tanto nos seus trabalhos mais extensos como nos mais breves. O pequeno manual

Portugais (Leipzig, 1903), livro destinado ao ensino da nossa língua para estrangeiros, é um bom exemplo do que acabamos de dizer.

Particularmente a salientar: referiu-se com pormenor a aspectos fonéticos da nossa língua que antes ninguém reparara e que depois dele não voltaram a ser abordados, nem mesmo para serem corrigidos. Exemplos disso, o estudo sobre a quantidade prosódica; o das consoantes geminadas, etc. Por outro lado, o seu desejo de apresentar determinado fato com toda a nitidez parece-nos às vezes um pouco exagerado (sem chegar a sê-lo). Assim, uma observação referente à harmonia vocálica, fenômeno morfológico característico da língua húngara, serve-lhe para explicar, porventura de maneira mais completa, a metáfora em português. O mesmo sucede com o problema da flexão interna nos verbos da segunda conjugação, de radical *eo*, “fato único nas línguas românicas pela sua singularidade”, conforme comenta. Claro que nos dois casos há, como sempre, um traço fonético a elucidar.

Um outro aspecto, revelador das suas permanentes exigências científicas no setor favorito da investigação em que foi mestre incontestável: considerava francamente maus, devido à sua falta de rigor, não apenas todos os trabalhos sobre fonética portuguesa publicados no seu tempo por filólogos portugueses – única exceção, aliás perfeitamente justa: a parte “fonológica” da tese de Leite de Vasconcelos, *A Evolução da linguagem*, 1886 (mais tarde incluída em *Opúsculos*, II), de que fez longa e elogiosa crítica na *Revista Lusitana* I, 1887-1889, pp. 74-86 – mas até muitos dos realizados por especialistas estrangeiros, isto apesar das ótimas relações que mantinha com alguns deles. Pelas mesmas razões, tinha em muito pouca conta os nossos gramáticos, antigos e modernos, os quais, na sua opinião, se enganavam muitas vezes totalmente acerca dos sons que pretendiam descrever. É interessante verificar o empenho com que Gonçalves Viana insistia naquilo que entendia ser o uso mais moderno, destinado a perdurar, por oposição ao que considerava obsoleto, devendo por isso ser banido. Assim, se por um lado nos diz (cf. *Portugais*, p. 19) que “la prononciation uvulaire de *rr*, mais non pas de *-r-*, comme *R*, se répand de plus en plus dans les villes. Cependant, on la regarde encore comme vicieuse, le *rr* apical étant toujours préférable au grasseyement du *R*, qui individuellement est plus profond qu’en français ou en allemand”, logo acrescenta (assim nos dando a conhecer a sua posição quanto ao problema da evolução fonética, sobretudo se aplicada ao caso da língua padrão): “Pois bem, quando um lexicógrafo ou um gramático insiste na errada pronúncia, não de uma ou outra palavra, mas de uma série numerosa delas; [...] o que prova essa teima, esse protesto de erudito, é que já é inevitável essa difusão [...]: para o glotólogo, como para o mitógrafo, o que isso testifica é que o fenômeno glótico se produziu e mantém, é que o fenômeno psíquico continuou a existir”.

O seu interesse por todos os fatos fonéticos leva-o a examinar com toda a atenção não só os matizes do português normal mas ainda os que surgem nas variedades regionais. Talvez valha a pena referir que, para além de curtas observações dialetais incluídas nos respectivos tratados, publicou Gonçalves Viana algumas notas de valor, embora não sistemáticas, sobre esse assunto, entre elas o artigo que intitulou *Materiais para o estudo dos dialectos portugueses* (cf. *Rev. Lus.*, I, pp. 158 e segs.); pelo que podemos dizer que teve muito de dialectólogo, e como tal mencionado por Leite de Vasconcelos na *Dialectologie Portugaise* (cf. 2ª ed., 1970, p. 73, *passim*). Sabemos ainda que tencionava fazer um estudo sobre o mirandês, esse “falar especial” como lhe chama, que infelizmente não chegou a efetuar. Aliás é possível que a tendência acabada de apontar fosse de algum modo encorajada pela leitura dos trabalhos de Schuchardt sobre os dialetos italianos, cujos métodos muito apreciava. Atraído igualmente – o que nada tem de estranho – pelos problemas da pronúncia brasileira, de que encontramos diversos exemplos não só na *Pron. Norm.*, mas ainda na *Ort. Nac.*, tinha em preparação um *Vocabulário ortoépico português e brasileiro* “com a colaboração de um filólogo do Brasil e conforme a pronúncia normal de cada uma das duas nações” (cf. Cláudio Basto, *Rev. Lus.*, XVII, 1914, p. 220); hoje só temos a lamentar que tal trabalho, que seria sem dúvida meritório, nunca tivesse passado da fase de preparação.

Convém lembrar que a fonética, então ramo recente da filologia, tinha por principal missão estabelecer uma classificação, quanto possível completa, dos sons da linguagem, de acordo, com o seu aspecto fisiológico e reduzida preocupação pela descrição dos respectivos órgãos, insistindo porém bastante no lado auditivo do fenómeno fônico. É justamente o que vamos encontrar no *Essai*, obra em que são numerosos os termos acústicos. Só alguns anos mais tarde, tal como acontecera noutros países, é que à fase da fonética acústica veio juntar-se-lhe, acabando por preponderar, a que se baseava no estudo das articulações do aparelho fonador – o que correspondeu a uma mudança profunda nos critérios de análise até aí utilizados e vieram a refletir-se na elaboração da *Pron. Norm.* Basta ver, a esse respeito, entre outras coisas, a bibliografia indicada nessa obra. Por isso pensamos que os escritos que nos deixou, pelas qualidades reveladas, constituem trabalhos de alto nível neste ramo da lingüística e únicos no seu gênero entre nós. Compreende-se assim, muito bem, a excelente impressão que dele tinham foneticistas e lingüistas tão eminentes como H. Sweet, P. Passy, Viëtor, Schuchardt ou J. Cornu; no livro deste último, *Die portugiesische Sprache*, a influência dos trabalhos do foneticista português encontra-se praticamente em cada página.

É certo que a leitura de uma obra desta natureza nem sempre se torna fácil: o método adotado, sobretudo na *Pron. Norm.* – estudo dos sons baseado

na realidade articulatória, exata e exaustiva de uma língua – embora compreensível para os especialistas do seu tempo, parece-nos agora, pelo menos em certos pontos, inadequado; e a terminologia que usa, em grande parte adaptada de outras línguas, tem bastante de incômodo e até de bizarro para o leitor atual. Tudo isso demonstra afinal, da parte do autor, um cuidado constante de rigor e minúcia, apenas uma vez por outra prejudicado por alguma expressão menos clara.

Quanto ao problema ortográfico, a orientação que o guiou, fundamentada no estudo da fonética articulatória, como já dissemos (há um espaço de mais de dez anos entre a publicação da *Pron. Norm.* e a da *Ort. Nac.*), foi simples e precisa: procurou estabelecer um sistema que fosse a representação exata e objetiva da pronúncia padrão, uma vez que para ele os dois aspectos se encontravam naturalmente ligados; preconizava uma ortografia “regularizada em todas as suas minudências”, de acordo com as “simplificações” e correções que o estudo histórico da língua portuguesa aconselha” (cf., p. ex., *Ort. Nac.*, p. 17), sem esquecer o conhecimento metódico dos traços dialetais mais importantes, parte dos quais considerava imprescindíveis (p. ex., a manutenção de *ch/x*). Felizmente para todos nós os esforços empreendidos nesse sentido foram, na sua maioria, coroados de êxito; e a sua ação avulta ainda mais se pensarmos que, se as grafias inglesa e francesa não eram, nem são, modelo de perfeição, antes pelo contrário, tinham, apesar disso, a grande vantagem de se encontrarem unificadas, enquanto a nossa era positivamente anárquica.

Estreitamente ligado com as questões fonéticas e ortográficas figura o problema da língua padrão. Distinguindo cuidadosamente entre a pronúncia da “gente culta” e a do “povo em geral”, descarta Gonçalves Viana todas as variedades do falar afetado, próprio de determinadas classes da população, inclinando-se a considerar como padrão a seguir a pronúncia das pessoas educadas do centro do país, particularmente a de Lisboa (cf. *Ort. Nac.*, p. 148). Em *Portugais*, p. IV, declara: “La prononciation que j’ai voulu représenter est celle des personnes instruites à Lisbonne.” Onde porém o seu pensamento surge perfeitamente claro é no passo seguinte: “A pronúncia da língua portuguesa não é a mesma em todo o continente, antes diverge bastante de umas para outras comarcas, mormente no extremo norte com relação ao extremo sul e nos falares das regiões orientais, comparados com os da beira-mar. Há, todavia, no centro do reino, entre Coimbra e Lisboa, um padrão médio, do qual procuram aproximar-se as pessoas cultas, e que tende a absorver as particularidades dialetais, não só nesse centro, mas também nas cidades e povoações mais relacionadas com ele [...]. Posto que as diferenças de pronúncia, quer nas consoantes, quer principalmente nas vogais, não sejam tamanhas que obstem à mútua inteligência [...], são elas, no entanto, suficientemente consideráveis

para causarem estranheza àqueles que pronunciavam de outra maneira [...]” (cf. *Ort. Nac.*, p. 23). Perante tal testemunho, expresso de forma tão nítida, e que corresponde àquele que se descreve na *Pron. Norm.*, nada haverá a acrescentar. Mas relacionando uma vez mais os dois planos, o da grafia e o da língua padrão, notamos na posição de Gonçalves Viana um desacordo evidente e profundo em relação a outros filólogos do seu tempo, muitos dos quais eram a favor do predomínio mais ou menos acentuado da língua escrita e da chamada ortografia etimológica.

Último ponto a sublinhar: se como foneticista surpreendeu e descreveu com o máximo rigor sutis diferenças fônicas, logo viu que o sistema a adotar, para ser simples, não poderia incluir novas letras nem abundância de diacríticos (embora tivesse tentado algo nesse sentido). Surge aqui, porém, uma notável particularidade. Embora Gonçalves Viana não pudesse, por todas as razões, ter a menor noção de “fonema” no seu sentido atual (pois o termo, ainda não utilizado aquando do aparecimento do *Essai*, mas já empregado na *Pron. Norm.*, significava simplesmente *som da fala*, *som fonético*), a verdade é que, ao fixar as bases ortográficas, foi essa a idéia que ele intuitivamente pôs em prática e de maneira bastante precisa. É evidente que o fato em si mesmo nada tem de extraordinário, porquanto tal conceito surgia já, ainda que de modo mais ou menos vago, no espírito de vários lingüistas do século passado; o que o caso tem para nós de particular e único é vermo-lo aplicado, à parte pequenas falhas, justamente à questão ortográfica, exemplo que julgamos sem paralelo na época. (Podemos admitir como explicação possível que tal idéia tivesse tido origem no uso do alfabeto da Associação Fonética Internacional, em cujo jornal, *Le Maître Phonétique*, Gonçalves Viana escreveu breves notas, habituando-se, desse modo, a transcrever só o que efetivamente se pronunciava. Utilizou esse alfabeto no seu livrinho *Portugais*). Foi o professor Mattoso Câmara quem chamou a atenção para o aspecto por assim dizer fonológico que se observa na sua obra (cf. *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1953), apontando o rigor com que nas chamadas “bases ortográficas”, insertas na *Ort. Nac.*, o seu autor tentou representar apenas aquilo que a experiência lhe indicava como pertinente, deixando quase completamente de parte, por inútil, a transcrição daqueles sons que constituíam, como agora dizemos, simples variantes fonemáticas. (E se não insistiu mais em tal idéia foi por ter de transigir com opiniões diferentes por parte de alguns dos membros da Comissão da Reforma Ortográfica). Assim, nada fez para distinguir, por exemplo, o *a*, um tanto velarizado, de *mau*, *mal*, do de *casa*, *mar*, etc.; nem o *l* final de sílaba, diferente do que aparece em *lado*; nem as variedades de *a*, *e*, *o* em sílaba átona, com timbres distintos dos que têm em sílaba tônica; nem a distinção entre *b*, *d*, *g*, perfeitamente ou imperfeitamente oclusivo; nem a vibrante múltipla apical /

ĩ/, diversa da vibrante múltipla uvular /ĩ̃/; nem o /š/ palatal em fim de sílaba, distinto do /ʃ/ alveolar na mesma posição; e assim por diante. Sentia implicitamente que tais diferenças não requeriam qualquer indicação especial, visto serem simples variantes. Por outro lado, e como era de esperar, insistiu na diferença, que marcou, entre *o* e *e*, aberto e fechado, em sílaba tônica (*avô/avó*, *pôde/pode*, *sê/sé*, e ainda o caso particular de *cantamos/cantámos*), etc., visto haver aí oposição fonológica.

Digamos, a concluir, que, pelas suas qualidades de exatidão e minúcia, aliás indispensáveis nesta espécie de estudos e que ele possuía em tão alto grau, foi Gonçalves Viana a figura máxima em tal domínio entre nós, em tudo comparável à dos grandes foneticistas do seu tempo noutros países. Eis, portanto, alguns dos motivos que nos parecem de interesse nesta obra: difícil de ler em muitos pontos, antiquada em muito da sua contextura, conserva, apesar de tudo isso, muito de válido num campo de investigação em que tanta coisa há ainda a fazer.

José A. Peral Ribeiro

ANICETO DOS REIS GONÇALVES VIANA BIOBIBLIOGRAFIA

Álvaro Neves

Entre apontamentos autógrafos concernentes ao vigésimo segundo volume do *Dicionário Bibliográfico Português*, endereçados ao notável bibliógrafo seu falecido autor e meu amigo Pedro Wenceslau de Brito Aranha, possuo a autobiografia com lacônicas indicações bibliográficas, do eminente filólogo Sr. Gonçalves Viana.

Tendo, – com o meu Ex.mo Am.o Sr. José Joaquim Gomes de Brito, – de rever o citado volume, não tencionava mais do que completar essas notas bibliográficas com os meus apontamentos, sem recorrer à análise de todas as espécies enumeradas. Porém, honrado com o convite para colaborar nesta homenagem póstuma, entendi dever elaborar a bibliografia do notável foneticista, tão completa quanto me fosse possível, descrevendo trabalho a trabalho, na sua ordem cronológica. Devo confessar que não foi tarefa fácil; no entanto, poucas espécies cito pela simples indicação do seu autor¹. Quiçá alguma esqueceu; mas já dizia Inocêncio: – não há bibliografias completas.

Autobiografia

Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, natural de Lisboa, nascido em 6 de janeiro de 1840, – e batizado na igreja de Nossa Senhora dos Anjos, a cuja freguesia pertencia por esse tempo sua família por nela residir, – é filho do grande ator Epifânio Aniceto Gonçalves (Viana) e de D. Maria dos Anjos, ambos naturais de Lisboa. Seu pai deixou de usar o apelido *Viana* por haver outro ator conhecido por este apelido; mas seus filhos, Torcato, falecido em 1857, e Aniceto adotaram-no sempre desde o colégio.

Cursava Gonçalves Viana a aula de comércio, habilitado com o curso dos liceus desse tempo, quando seu pai faleceu da febre amarela, dez dias depois da morte de seu filho mais velho, também vitimado pela mesma epidemia.

¹ Vão indicados com *. São os nºs 2, 4, 12, 29, 40, 56, 57, 71, 72, 89.

Havendo ficado, aos dezoito anos incompletos, com o encargo de três pessoas de família, sem ter herdado bens, entrou para o serviço público em 9 de janeiro de 1858, no lugar de aspirante da Alfândega do Consumo, onde sucessivamente, e sempre por concurso, foi promovido a terceiro oficial em 1869, a segundo em 1877, e a primeiro oficial em 1881. Passou para a Alfândega de Lisboa em 1885, e aí desempenhou as funções de chefe da Contabilidade, e da 3ª Repartição, e atualmente desempenha o cargo de Chefe da 1ª Repartição, como chefe de serviço. Conta, portanto, nesta data (outubro de 1913) perto de cinqüenta e seis anos de serviço consecutivo, com breves intervalos de licenças, motivadas quase todas por doença.

Em comissão exerceu de 1878 a 1882 as funções de chefe das seções do pessoal, ou da contabilidade na Direção Geral das Alfândegas, onde foi servir temporariamente a instâncias do então ministro da fazenda Henrique de Barros Gomes, situação que os sucessores deste lhe conservaram como digno de inteira confiança, até que, a seu pedido, regressou à Alfândega, a cujo quadro pertencia. Como empregado de Alfândegas tem feito parte de várias comissões quer de reforma de serviços, quer de inspeção e inquérito, mediante decretos e portarias, emanadas do antigo Ministério da Fazenda, ou do atual das Finanças que lhe corresponde.

É como filólogo, porém, principalmente como foneticista, e também como lexicólogo, que Gonçalves Viana é mais conhecido. Havendo interrompido os seus estudos liceais aos dezessete anos como já registrei, e nos quais neste ramo entravam então francês, inglês, latim, latinidade, elementos de grego, etc., seguiu muito depois (1869) o curso de grego, professado pelo grande helenista Antônio José Viale, na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde naquele ano se estudaram as epopéias homéricas, Teócrito, Píndaro e Plutarco. Em 1878 e 1879 tendo como condiscípulos Zofimo Consiglieri Pedroso e José Barbosa Betencourt, frequentou o curso de sânscrito, particular e obsequiosamente regido pelo célebre indianista português Guilherme de Vasconcelos Abreu, lente dessa disciplina no Curso Superior de Letras, fazendo no fim do primeiro ano, assim como os seus condiscípulos, exame público, no qual todos três foram aprovados com distinção. Nesse primeiro ano, além de gramática, estudou-se e traduziu-se o episódio de Nala, da Barátide de Viaça; e, no segundo, o episódio da morte de Daxarata, da Ramaide de Valmiqui, o primeiro ato do drama de Calidaça *Xacuntalá*, a *Layu Caumudi*, resumo das teorias dos gramáticos índios, e ainda alguns hinos védicos, novelística e fabulário, bem como se estudou a história da literatura indiana, antiguidades da Índia árica, e prácritos, isto é, dialetos vulgares empregados pelos autores dramáticos, cumulativamente com o sânscrito clássico.

Consigo próprio tem Gonçalves Viana, com maior ou menor desenvolvimento e aplicação, estudado os seguintes idiomas: castelhano, catalão; italiano (toscano literário e veneziano); romeno; dialetos romanches; alemão, holandês, frísico, anglo-saxão, dinamarquês, sueco, islandês antigo; irlandês e galês; russo, búlgaro e polaco; línguas áricas modernas da Índia; finlandês, lápico e húngaro; hebraico, árabe; malaio; japonês; vasconço; quimbundo; tupi, etc., além da glotologia geral e gramática comparada, principalmente das línguas áricas.

É neste gênero de estudos que a sua competência se tem afirmado, quer em revistas científicas e em jornais diários, quer em obras independentes, ou por colaboração nas de outros, quer em livros de ensino.

Em 1880 foi nomeado secretário do 9º Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, celebrado em Lisboa nesse ano. Como consta do prefácio do relatório escrito e assinado pelo falecido general Joaquim Filipe Neri da Encarnação Delgado, que sucedera a Carlos Ribeiro na Direção dos Trabalhos Geológicos, organizou Gonçalves Viana, e em parte redigiu em francês esse relatório, volume de setecentas páginas, que foi publicado em 1884, acumulando ele, sem nenhum estipêndio mais, e voluntariamente, este serviço com o que desempenhava nas Alfândegas, como funcionário delas. Para o mesmo Congresso traduziu em francês uma memória de Martins Sarmiento, versão que está encorporada no relatório e se intitula: *Les Lusitaniens*.

Em reconhecimento destes desinteressados serviços foi pelo então Ministro das Obras Públicas, o professor Antônio Augusto de Aguiar, expedida uma portaria de louvor, porque se recusou Gonçalves Viana a aceitar a comenda de S. Tiago, que lhe fora oferecida pelo mesmo ilustre professor e estadista.

De todo o trabalho de coordenação e revisão se incumbiu também, além da vastíssima correspondência epistolar que esse notável documento exigiu, visto que uma parte dos estudos e memórias, apresentados ou lidos no Congresso, foi feita pelos numerosos estrangeiros que a ele concorreram, e que desses trabalhos deixaram escassos esboços, que ao depois ampliaram, ou meros apontamentos, que foram por Gonçalves Viana aproveitados para redigir as atas das sessões. Quatro eram os secretários portugueses do Congresso: Guilherme de Vasconcelos-Abreu, Francisco Adolfo Coelho, Ramalho Ortigão e Gonçalves Viana. Vasconcelos-Abreu adoeceu gravemente, e os outros dois, pela impossibilidade de disporem de tempo, não o puderam coadjuvar. Pode afirmar-se que, sem a espontânea cooperação de G. Viana, que, com o encerramento do Congresso, havia terminado a sua ingerência nos trabalhos dele apresentando as atas respectivas, que elaborara, tais documentos importantíssimos dificilmente haveriam sido publicados, doente como estava Carlos Ribeiro, e ausente em Inglaterra, em serviço do Estado, o Sr. Jorge Cândido

Berkeley Cotter, funcionário competentíssimo daquele estabelecimento público, e que felizmente ainda pôde no seu regresso auxiliar uma parte da laboriosa revisão das provas. Por falecimento de Carlos Ribeiro, assumiu a responsabilidade da publicação do relatório o seu sucessor Neri Delgado, que no prefácio, como fica dito, presta homenagem aos que intervieram em tão árdua tarefa, e assinaladamente a G. Viana.

Por portaria de 15 de maio de 1900 foi nomeado para fazer parte da comissão para rever a nomenclatura geográfica portuguesa, nomeação que resultou da proposta apresentada à Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa pela seção de ensino geográfico, de que foi o relator, e para a qual contribuiu com uma memória, que a mesma Sociedade mandou imprimir, e que tem por título: *Bases da transcrição portuguesa de nomes estrangeiros*.

Em portaria de 15 de fevereiro de 1911, expedida pelo ministério do Interior, foi nomeado membro da Comissão de Reforma Ortográfica, juntamente com a Sra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, e os Srs. Antônio Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos, comissão a que em 16 de março foram agregados o Sr. Dr. Antônio José Gonçalves Guimarães, Dr. Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Augusto Epifânio da Silva Dias (que pediu escusa), Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e Manuel Borges Grainha.

Dessa Comissão foi Gonçalves Viana o relator, e o plano de reforma assentou em trabalhos seus anteriores, de que mais adiante se faz menção. A reforma foi aprovada por portaria de 1 de setembro do mesmo ano, com voto favorável do Conselho de Instrução Pública, e executada rigorosamente em publicações oficiais, como *o Diário do Governo*, sendo o seu ensino obrigatório nos estabelecimentos dependentes do Estado. Sobre este plano ortográfico pode ver-se a análise minuciosa publicada na *Revista Lusitana* (vol. XIV, 1911), devida à Sra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, e na qual a ilustre escritora refuta as objeções que se lhe opuseram.

É sócio:

da Sociedade de Geografia de Lisboa (nº 498) desde 1881, havendo feito parte da Direção por duas vezes, em 1895 e de 1900-1902;

da Academia de Ciências de Lisboa, correspondente desde [16 de março de] 1893, efetivo desde [17 de novembro de] 1910, vogal da Comissão do Dicionário da Língua Portuguesa por determinação da assembléia geral de 2 de março de 1911, [e nomeado, pela segunda classe em 23 de maio de 1912,] para uma comissão para apreciar o “Manual Internacional de transcrição dos sons da língua mandarina”;

da Sociedade Hispânica da América;
da Associação dos Professores de Línguas Vivas, membro ativo desde 1888;
da Sociedade de Folclore Chileno;
da Academia Brasileira de Letras, do Rio de Janeiro;
da Gesellschaft für Romanische Literatur (Sociedade de Literatura Românica) desde a sua fundação em 1903.

Bibliografia

1. *O Livro da escrita pelo professor Carlos Faulmann (Das Buch der Schrift, Wien, 1880)*–art. in *O Positivismo*, revista de filosofia dirigida pelos srs. Drs. Teófilo Braga e Júlio de Matos, vols. III, 1880-1881, pgs. 219, 272, 339 e 410, vol. IV, 1882, pg. 320.
- 2*. *Estudos Glotológicos. Gráfica e Fonética. O Livro da Escrita do professor Faulmann, Porto, 1881.*
3. Macaréu – publicado nas *Memórias de la Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid*, tomo IX, 1881.
- 4*. Nomenclatura com indicação de pronúncia de nomes próprios que aparecem no *Compêndio de História Universal, por Consiglieri Pedroso*, 1881.
5. *Die “Cantes Flamencos” pelo Sr. H. Schuchardt.* in *O Positivismo*, t. IV, pg. 71-80.
6. *Études de grammaire portugaise.* – art in *O Positivismo*, IV, pgs. 493-502.
7. *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d’après le dialecte actuel de Lisbonne par ... (Extrait de la Romania t. XII), Paris, 1883.*
8. *Estudos da língua portuguesa, léxico, metáforas, catacreses e similares determinativas e qualificativas usadas na língua portuguesa*, in *Panorama Contemporâneo*, revista dirigida pelo Dr. Trindade Coelho, Coimbra, nº 4, 15 de janeiro de 1884, pg. 31-32.
9. *Études de grammaire portugaise (Romania, t. X et XI; articles de M. J. Cornu) par... Extrait du Muséon. Louvain. Typografie de Charles Peteers, Libraire. 1884.*
10. *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie. Préhistorique. Compte-rendu de la neuvième session à Lisbonne, 1880. Lisbonne. Typ. de l’Académie Royale des Sciences, 1884.*

11. *Bases da ortografia portuguesa por.. e G. de Vasconcelos Abreu. Lisboa. Imprensa Nacional. 1865.*
- 12*. *Máguas de Werther*, romance célebre de J. W. Goethe, traduzido do original alemão, editado pela casa Guillard, Aillaud, de Paris em 1885.
13. *Os Terrenos auríferos e carboníferos na República da África Austral (Transvaal). Trad. por A dos R. Gonçalves Vianna. - art. inserto a pgs. 171-177 do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. 1886.*
14. *A ortografia portuguesa* – art. in *Revista de Educação e Ensino*, vol. I, pg. 183-184 e vol. II, pg. 81-84.
15. [Notas Bibliográficas] incluídas no art. de Ferreira-Deusdado acerca do livro “Grundriss der Romanischen Philologie von Gustav Gröber”, e publicado a pg. 141 do t. 3º da cit. *Rev. de Educ. e Ensino*.
16. *Nomenclatura geográfica portuguesa em África* - art. a pg. 217-220 da cit. *Rev. de Educ. e Ensino*.
17. *A Afogada. Episódio do romance histórico de Cesar Cantu. Margarida Pusterla, trad. do italiano por Gonçalves Viana* – art. in *Repúblicas*, revista política e literária. Lisboa, nºs 94, 95, 96 e 97 respectivamente de 14, 25 e 28 de outubro e 12 de novembro de 1886.
18. “Cual” castelhano funcionalmente análogo a “quem” português. – art. na *Revista Lusitana*. t. I, 1887, pg. 65-66.
19. *A Evolução da linguagem. Ensaio antropológico apresentado à Escola Médica do Porto por J. Leite de Vasconcelos* – art. in. *Rev. Lusitana*, vol. I, pg. 74-86.
20. *Materiais para o estudo dos dialetos Portugueses.* – art. na cit. *Rev. Lusitana*, vol. I, pp. 158, 195 e 310.
21. *Nota sobre a fonética alentejana* - art. na cit. *Rev. Lusitana*, vol. I, pg. 179.
22. *Livros. Anteckningar om Folkmålet i en trakt af vestra Asturien Akademisk Afhandlingen af Ake Wison Muntke. Upsala, 1887.* – art. crítico a pgs. 279 do vol. I, cit. *Rev. Lusitana*.
23. *Livros. Miguel Lemos. Ortografia positiva, nota avulso, distribuição gratuita. Rio de Janeiro, 1888.* – art. crítico vol. I, pgs. 389-390 da cit. *Revista Lusitana*.
24. *Transcrição usual portuguesa de alfabetos estranhos* – art. na cit. *Rev. de Educação e Ensino*, t. 3º, pgs. 66-71.
25. *Bibliografia. Língüística Africana. – I Expedição Portuguesa ao Muatiânvua* – art. crítico na cit. *Rev. de Educ. e Ensino*. 1889, pg 151-157.

26. *A reforma ortográfica em França* – in. *Rev. de Educ. e Ensino*, 1889, pgs. 235-244.
27. *Frederik Wulf. Un chapitre de phonétique, avec transcription d'un texte andalou.* – Notícia crítica publicada no vol. do *Le Maître Phonétique*.
28. *Notre alphabet.* – Acerca do alfabeto da citada Associação dos Professores de Línguas Vivas insere *Le Maître Phonétique*, 1889, um art. de G. Viana.
29. *Fora com a marca inglesa.* – Nos apontamentos do autor vejo citado este escrito como publicado no jornal *O Dia*, de 9 de fevereiro de 1890.²
30. *Transcrição portuguesa de nomes próprios e comuns pertencentes a idiomas falados nas colônias portuguesas* – na cit. *Rev. Lusitana*, t. II, pgs. 56-67, 143-155.
31. *Emprego dos verbos auxiliares “estar”, “ir”, “vir” seguidos de gerúndio* – art. in. *Rev. Lusitana*, t. II, pgs. 76-77.
32. *Livros. Gramáticas portuguesas para uso de alemães* – crítica publicada na cit. *Rev. Lusitana*, vol. II, pg. 89-90.
33. *Miscelânea. Etimologia de Moleiro* – art. na cit. *Rev. Lusitana*, vol. II, pg. 180-181.
34. *Revue des Patois, Patois d'Eaux-Bonnes, de João Passy* – *Rev. Lusitana*, vol. II, pg. 185-186.
35. *Formas Convergentes.* *Rev. Lusitana*, vol. II, pgs. 316 – 321.
36. *Fonologia Histórica Portuguesa* – *Rev. Lusitana*, II, pgs. 332-338.
37. *Necrologia. O Príncipe Luís Luciano Bonaparte.* *Rev. Lusitana*, II, pgs. 351-352.
38. *Livros. Kreolische Studien, do Dr. Hugo Schuchardt* – *Rev. Lusitana*, II, pgs. 356-359.
39. *Línguas e raças. Colaboração em Elementos de geografia geral* por Ferreira Deusdado. Guillard, Aillaud & C^e, Paris-Lisboa, 1891.
- 40*. *Portugal no 9º Congresso de Orientalistas* – art. no jornal *Universal*, de Lisboa n. relativos a 22 e 23 de setembro de 1891.
41. *Simplification possible de la composition en caractères arabes. Mémoire présenté à la 10^{ème} session du Congrès International des Orientalistes par..* Lisbonne. Imprimerie Nationale, 1892
42. *Deux faits de phonologie historique portugaise. Mémoire présenté à la 10^{ème} session du Congrès International des Orientalistes par..* Lisbonne. Imprimerie Nationale, 1892.

43. *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros. Memória destinada à X Sessão do Congresso Internacional de Orientalistas por... Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.*
44. *Os Lusíadas* poema épico de Luís de Camões, edição anotada para leitura da infância e do povo por F. de Sales Lencastre e precedida de uma exposição sobre a pronúncia da língua portuguesa por A. R. Gonçalves Viana. *Canto I*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1892.
45. *Sociedade de Geografia de Lisboa. Delimitação de Manica. Conforme o art. 2.º do Convenio de 11 de junho de 1891 entre Portugal e a Inglaterra. Declaração da Comissão especial para a tradução e aplicação exata do aludido artigo. Lisboa. Tip. do Comércio de Portugal, 1893.* – Opúsculo de nove pgs. ocupando o trabalho de G. Viana de pgs. 3 a 6, e estando datado de 27 de maio de 1893.
46. *Notr alfabe.* – nota publicada a pgs. 23 de *Le Maître Phonétique*, 1893.
47. *Etnografia de Angola.* – art. na *Rev. de Educ. e Ensino*, vol. III, pgs. 154-166.
48. *Les Langues Littéraires de l'Espagne et du Portugal*, castillan, catalan e português. 1894, pgs. 1-21.
49. *Sociedade de Geografia de Lisboa. Proposta para a fixação da acentuação gráfica portuguesa apresentada à Comissão Asiática pelo seu presidente Aniceto Gonçalves Viana. Lisboa. Tipografia do “Comércio de Portugal”, 1894.*
50. *O Evangelho de S. Lucas traduzido em língua mirandesa*, por Bernardo Fernandes Monteiro, e precedido de algumas linhas de G. Viana. *Rev. de Educ. e Ensino*, vol. IX, 1894, p. 151-165.
51. *As cadeiras de línguas Africanas, criadas no Liceu Central de Lisboa.* *Rev. de Educ. e Ensino*, vol. X, 1895, pg. 33-37
52. *Livros. Lautlehre zweier altportugiesischen Heiligenleben (Eufrosina und Maria Aegyptiaca, etc. von Clemens Rademacher. Bonn, 1899)* – *Rev. Lusitana*, vol. III, pgs. 91-94.
53. *Portugal no Estrangeiro.* *Rev. Lusitana*, vol. III, pg. 192.
54. *Bibliografia. I Biblia Sagrada ia Testamento Iakare na Ipsa, e Katekismo ia Doktrina Rakristao* – *Rev. Lusitana*, vol. IV, pg. 192
55. *Prønæsjsajsø fraiseiz o 18^{ème} sjekl.* *Le Maître Phonétique*, 1896.
- 56*. *Les Vocables malais empruntés au portugais. Melanges Charles de Harlez.* Leide, Brill., 1896).

- 57*. *Dicionário português-alemão*, de Luisa Ey e Gustavo Rolin. Berlim. Langenscheidt. – A introdução em alemão sobre pronuncia portuguesa é da autoria de G. Viana.
58. *Bibliografia. Ensaio de Dicionário Kimbundu-Português coordenado por J. D. Cordeiro da Matta*. Rev. Lusitana, vol. IV, pgs. 193-194.
59. *Varia Quaedam. Kaiserliche Academie der Wissenchaften in Wien. Jahrb.*, 1890, nr. XVII-XVIII – Rev. Lusitana, vol. IV, pgs. 194-196.
60. *Mapa dialetológico do continente português por J. Leite de Vasconcelos precedido de uma classificação sumária das línguas por Gonçalves Vianna*, 1897. Guillard, Aillaud & C^e., Lisboa.
61. *Vocábulos esclavônicos em português. Moscou ou Moscovia*. – Rev. Lusitana, vol. V, pg. 78, 1897.
62. *Seleta de autores ingleses. Prosa e poesia por A. R. Gonçalves Viana e J. C. Berkeley-Cotter*. Guillard, Aillaud & C^e, Paris-Lisboa, 1897
63. *Seleta de leituras inglesas fáceis por A. R. Gonçalves Viana e J. C. Berkeley-Cotter. Ensino Secundário Oficial*. Guillard, Aillaud & C^e, Paris-Lisboa, 1897.
64. *João de Deus* – Revue Hispanique, vol. IV, 1897, pgs. 71-81.
65. A.G.V., *João de Deus (Extrait de la “Revue Hispanique”, tomo IV)*, Paris, 1897.
- 66*. *Leituras Alemãs por Th. Beck, diretor da Escola Alsaciana e... com notas e um vocabulário*.
- 67*. *Seleta de autores Franceses por J. Cheze, professor do Liceu Janson de Saily*, anotada por G.Viana, 1897.
68. *Comptes rendus. Xavier da Cunha. Pretidão de amor. Endecha de Camões a Barbara Escrava seguidas da tradução respectiva em várias línguas e antecedidas de um preâmbulo*. Lisboa. Rev. Hispanique, vol. IV, pg. 202-207.
69. *Åse mã lâig o portygal – Le Maître Phonétique*, 1898, pgs. 72-73.
- *A Lenda dos Santos Barlaão e Josafate. I. Texto crítico de um manuscrito que se lê no códice do Mosteiro de Alcobaça existente com o n.º 266 na Torre do Tombo em Lisboa. Memória apresentada à 2ª Classe da Academia Real das Ciências por G. de Vasconcelos-Abreu e A.R. Gonçalves Vianna*.

70. *Correspondance philologique avec le Prince L. L. Bonaparte.* – Inserta de pgs. 5-51 da cit. *Rev. Hispanique.*
- 71*. *Sociedade de Geografia de Lisboa. Pareceres e projetos. Nº 11 (Nova série). Seção de ensino geográfico, nomenclatura geográfica, 1899.*
72. *Neues vollständiges Fachwörterbuch der Portugiesischen und deutschen Sprachen, de A. Dammann, Die Neueren Sprachen, vol. VI, 1899.*
73. *Ensino Secundário Oficial. Manual de fraseologia inglesa por... e J.C. Berkeley-Cotter. Para o uso da III, IV e V classe do Curso dos Liceus. Guillard, Aillaud & C^o, Paris-Lisboa, 1899*
74. *Gramática francesa por... e R. Foulche-Delbosc. Lisboa, Guillard, Aillaud & C^o, 1899.*
75. *Ministério do Reino. Direção Geral de Instrução Pública. Comissão para a revisão da nomenclatura geográfica portuguesa (Portaria régia de 10 de maio de 1900). Bases de Transcrição Portuguesa de nomes estrangeiros. Projeto elaborado por A.R. Gonçalves Viana. Lisboa. Imprensa Nacional, 1900.*
76. *Proposta de um Questionário para se formularem as regras de ortografia portuguesa uniforme tendo-se em atenção as principais divergências que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocábulos portugueses nos diferentes escritores antigos e modernos por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. Proposta apresentada à Academia Real, das Ciências de Lisboa na sessão ordinária de 10 de maio de 1900. Lisboa. Por ordem e na tipografia da Academia, 1900.*
77. *Bibliografia. J. Leite de Vasconcelos. Estudos de Filologia Mirandesa, Vol. I. O Século, nº 6563, Lisboa, 16 de abril 1900, Saiu anônimo.*
78. *[Comunicação acerca de Gesellschaft für Romanische Litteratur, de Dresde, feita à Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa. – in Boletim da Segunda Classe, I, pgs. 126-127.*
79. *Resposta aos quesitos do Questionário ortográfico.* – apresentada na sessão da Segunda Classe efetuada em 24 de janeiro de 1901 [v. nº 85].
80. *Lexicologia. Aditamentos e correções aos dicionários portugueses: cabide, catana, chá, chávena, pires, bule, (substantivo) leque, abano, poeira, porão. Rev. Lusitana, vol. VI, pgs. 200-211.*
81. *Livros. Subsídios para um Dicionário Completo (Histórico Etimológico) da língua portuguesa, etc., por A.A. Cortesão. Coimbra, França Amado, editor. O Século, nº de 24 de julho de 1901. Saiu anônimo.*

82. *Congresso de Orientalistas. Diário de Notícias*, de Lisboa, nº de 7 de outubro de 1901.
83. *A Casa dos Medos. Conto de Lord Bulwer Lytton The Haunted and the Haunters, or the (House and the Brain)*, traduzido do inglês por A.R.G.V. – *O Dia*, números correspondentes a 17 de dezembro de 1901 até 10 de janeiro de 1902.
84. *A Afogada*, episódio traduzido do romance histórico de César Cantu, *Margherita Pusterla*, *O Dia*, n. de 21 a 28 de janeiro de 1902. É a republicação do nº 17.
85. *As Ortografias Portuguesas. Estudo das suas anomalias e meios de as remediar instituindo-se ortografia nacional*, por A.R.G. Viana. Mandado imprimir pela Segunda Classe da mesma Academia. Lisboa, Tip. da Academia Real das Ciências, 1902.
86. *Lusismos no Castelhana de Gil Vicente. Capítulo de um Estudo sobre a linguagem, a métrica e a poética do primeiro poeta dramático português. Revista do Conservatório Real de Lisboa*, n. 2. Junho de 1902.
87. *Zapone – Le Maître Phonétique*, pg. 105, 1902.
88. *Albanês e português – Introdução ao estudo de Óscar Nobiling*, publicado a pgs. 291-303 do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1903.
89. *Portugais, phonétique et phonologie, morphologie, textes. Lipsia. Treubner, 1903.*
89. *Proposta de um Questionário para se formularem as regras de ortografia portuguesa uniforme tendo-se em atenção as principais divergências que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocábulos portugueses nos diferentes escritores antigos e modernos por... Proposta apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa na sessão ordinária de 19 de maio de 1900 – Já cit, sob os n. 76 e 85 agora republicada a pgs. 304-318 do Boletim da Segunda Classe, I, 1903.*
90. *Respostas aos quesitos do Questionário Ortográfico*, apresentadas na sessão da Academia das Ciências de Lisboa, de 24 de janeiro de 1901 – *Bol. da Seg. Classe, I*, pgs. 131-134.
91. *Resposta ao quesito 19* – apresentada na sessão da Academia das Ciências de Lisboa, de 21 de fevereiro de 1901. *Bol. da Seg. Classe, vol. I*, pgs. 142-143.
92. *Resposta ao quesito 20* – apresentada na sessão da Academia das Ciências de Lisboa, de 9 de maio de 1901. *Bol. da Seg. Classe, vol. I*, pg. 147.

93. *Malaio e Português. II Vocabulário malaio, derivado do português. Rev. Lusitana*, vol. VIII, pgs. 4-28.
94. *Manual elementar de gramática histórica espanhola por A. Menendez Pidal. Madrid, 1904* – art. Crítico in *Revue Hispanique*, vol. X, 1903, pgs. 608-614.
95. E.R.Edwards, *Étude phonétique de la langue Japonaise* – tese para o doutorado na Universidade de Paris. Notícia crítica favorável e muito desenvolvida in *Le Maître Phonétique*, 1903, pgs. 69-73.
96. *Voyelles toniques du français “femme” et au portuguais “cama”* – Nota publicada na revista anteriormente citada, 1913.
97. *Langue internationale* – análise do esperanto. *Le Maître Phonétique*.
98. *Etymologies Portugaises* – *Revue Hispanique*, vol. XI, 1904. pgs. 157-163.
99. *Língua internacional. Revista Literária, Científica e Artística, d’O Século*, jornal de Lisboa, nº 78, de 22 de fevereiro de 1904.
100. *Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas. Lisboa. Livraria editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.*
101. *A Língua do Japão* – *Revista Literária, Científica e Artística d’O Século* n.101 e 102, de 8 e 15 de agosto, 1904.
102. *Alfabe.* *Le Maître Phonétique*, pg. 66.
103. *Otto Jespersen. Lehrbuch der Phonetik. Le Maitre Phonétique*, pgs. 128-137, 1904.
104. *Bibliografia, Vademecum da Língua Bantu, Chi-Yao, ou Adjana. Padre Pedro Dupeyron. – Jornal das Colônias*, n. de 1 de outubro de 1904.
105. *Subsídios para a bibliografia portuguesa relativa ao estudo da língua japonesa e para a biografia de Fernão Mendes Pinto por Jordão A. de Freitas...Gramáticas, Vocabulários e Dicionários com observações filológicas pelo Ex.mo Sr. Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1905.*
106. *Pə də də 1700 frã.* *Le Maître Phonétique*, 1905, pgs. 67-78.
107. *Alporão, alcorão* – *Revista Literária, Científica e Artística d’O Século*, de 9 de abril de 1906.
108. *Apostilas aos Dicionários portugueses, tom. I. Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira & Cª, 1906.*

- *Apostilas aos Dicionários Portugueses, tomo II, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C^o, 1906.*
109. *Quantidade prosódica das vogais em português. Diferenciações de Sentido. Revue Hispanique*, vol. XV, pgs. 24-27, 1906.
110. *B. d. g. ispanik – Le Maître Phonétique*, pgs. 79-80.
111. *Alfabê*. – a pg. 112 da mesma revista, 1906.
112. *Comptes-rendus. F.M. Josselyn. Études de phonétique espagnole, Paris, 1907 – Rev. Hispanique*, pgs. 849-856.
113. *Resumo de gramática francesa para a I, II e III Classe do curso dos Liceus por R. Foulché Delbosc, Lisboa, 1907.*
114. *Gramática inglesa para a II e III Classes do Curso dos liceus. Aprovada pelo decreto de 7 de setembro de 1907. Ensino Secundário oficial. Paris-Lisboa. Aillaud & C^o, editores, 1907.*
115. *Seleção inglesa coligida por J.C. Berkeley-Cotter e anotada por... II e III Classe. Livraria Aillaud. Paris-Lisboa 1907.*
116. *Léxico Português. Dra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Contribuições para o futuro Dicionário Etimológico das línguas hispânicas. Rev. Lusitana Vol. XI, pgs. 238-247, 1908.*
117. *Palestras filológicas – Estudos lexicográficos, gramaticais, e de crítica literária e filológica publicados no diário O Dia, Lisboa, 23 de novembro de 1908, a 18 de outubro de 1910. [cf. adiante o n. 122]*
118. *Qual era a língua de S. Francisco Xavier? Oriente Português. Revista da Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa, Nova Goa, V, 1908, pg. 332.*
119. *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da língua portuguesa conforme a Ortografia Nacional do mesmo autor, Lisboa, Livraria Clássica Editora de M. Teixeira & C^o, 1909.*
120. *Consiglieri Pedroso como poliglota – Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1910.*
121. *Palestras filológicas. I Vocabulário, II Gramática, III Várias. Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira & C^o, 1910 – 295 pgs. Comp. e imp. no Porto, Imp. Portuguesa.*
122. *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa. Conforme a Ortografia Nacional do mesmo autor. Lisboa, Livraria Clássica Editora A.M. Teixeira & C^o – 1911.*

123. *Acerca de Fernão Mendes Pinto. Bol. da Seg. Classe, II, pgs. 43-46.*
124. *Lexicologia Bada, abada; ganda, bicha. Caruma, folha. Rev. Lusitana, XIV, pgs. 36-40.*
125. *Ortografia Portuguesa. – art. na revista Limia, de Viana do Castelo, vol. I, pgs. 85-86.*
126. *Parecer redigido pelo sr. Gonçalves Viana acerca da candidatura de Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado a sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, Bol. da Seg. Classe, Vol. IV, pgs. 291-293.*
127. [*Acerca do estudo sobre a “Conjugação reflexa com verbos passivos”, do Sr. Julio Moreira. Bol. da Seg. Classe, vol. IV, pp. 410-415.*]
128. [*Informação acerca do s entre vogais, etimológico, ser substituído por z]. Bol. da Seg. Classe, vol. IV, pg. 455.*]
129. *Relatório da Comissão nomeada por portaria de 15 de fevereiro de 1911 para fixar as bases da ortografia que deve ser adotada nas escolas e nos documentos oficiais e outras publicações feitas por conta do Estado. Diário do Governo, nº 213, de 12 de setembro de 1911.*
130. *Lettre a mr. Henry Vignaud. – publicada a pgs. 673 e 764 dos Etudes sur la vie de Colomb. Deuxième série. Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb...par Henry Vignaud, tome I, 1476-1490, Paris.*
131. *Portugal intelectual. Inquérito à vida literária. Jornal Republica de 14 de setembro de 1912.*
Foi republicado no livro de: Boavida Portugal. *Inquérito Literário, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira, 1915. pgs. 59-74.*
132. *Sociedade de Geografia de Lisboa. Antonio de Andrade. S.J. Viajante no Himalaia e no Tibete (1624-1630), por C. Wessels. Traduzido do Holandês por A.R.Gonçalves Vianna. Tip. César Piloto, Lisboa, 1912.*
133. *Parecer sobre a obra manuscrita “Influência do Vocabulário português em línguas asiáticas” do Sr. Dr. Sebastião Rodolfo Dalgado. Bol. da Seg. Classe, Vol. VI, pgs. 108-111.*
134. *Vocabulário ortográfico e remissivo da língua portuguesa. Com mais de 100.000 vocabulos, conforme a ortografia oficial por A.R.Gonçalves Viana, relator da Comissão da reforma ortográfica, autor da Ortografia Nacional e do Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da língua portuguesa, 2ª edição. Aillaud, Alves & C^e – Francisco Alves & C^e. Paris-Lisboa. Rio de Janeiro, 1913.*

135. *Parecer acerca da candidatura da Sra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos a sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Bol. da Seg. Classe*, vol. VI, pgs. 123-128.
136. *Um verso de Gil Vicente “ora venha o car(r)o à ré”*. *Bol. da Seg. Classe*, vol. VI, pgs. 267-269.
137. [Henrique Sweet], comunicação do seu falecimento à Academia das Ciências de Lisboa, na sessão de 27 de junho de 1912, nota inserta a pgs. 152, vol. VI do *Bol. da Seg. Classe*.
138. [Acerca da comunicação “Vê-se sinais”, feita pelo Sr. Dr. José Maria Rodrigues]. *Bol. da Seg. Classe*, vol. VII, pg. 142.
139. [Observação ao estudo do Sr. Dr. José Maria Rodrigues sobre o conjuntivo do imperfeito e infinito pessoal no português]. *Bol. da Seg. Classe*, vol. VII, pg. 149.
140. *Opinião acerca do vocábulo “momo”*. *Bol. da Seg. Classe*, vol. VII, pg. 157.
141. *Acerca de: um provérbio “presunção e água benta cada um toma a que quer”; da origem do tipônimo “Tondela”; das palavras “lapa” e “chela”* - *Bol. da Seg. Classe*, vol. VII, pgs. 162-166.
142. *Bibliografia. J.S. Harry Hirtzet. La Facilité de la langue chinoise. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1914.
143. *O mais belo livro*. Resposta a um inquérito de intelectuais, promovido pelo diário *República*, de Lisboa, nº 1156, de 2 de abril de 1914.
Antero de Quental. Zara, edição poliglota. Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

Acerca do ilustre filólogo sr. Gonçalves Viana, e de criticas á sua obra, reuni as seguintes notas:

1. J. Leite de Vasconcelos – *Les Vocables malais empruntés au portugais*, par A.R. Gonçalves Viana. *Rev. Lusitana*, 1896, pg. 388.
2. J. Leite de Vasconcelos – *Portugais, phonétique et phonologie; morphologie textes* par A.R.G.Viana. *Rev. Lusitana*, VIII pgs. 236-237.
3. Gomes de Brito – *Analecta Literária e Histórica. Os Vocábulos Abada, Abbada, Bada, Ganda, Bilha, considerados sob o aspecto da espécie e do sexo que representam*. *Rev. Lusitana*, XIII 1910, pgs. 46-65.
4. Leite de Vasconcelos – *Parecer acerca da candidatura do Sr. Gonçalves Viana a sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa. Bol. da Seg. Classe*, V, pgs. 401-402.

5. Cláudio Basto – *Breve notícia acerca de A.R. Gonçalves Viana. Esta notícia foi primitivamente publicada na “Folha de Viana” (Viana-do-Castelo), números de 19, 22, 26 e 29 de setembro de 1914 e depois reproduzida com alterações na “Revista Lusitana”, XVII, 209-221.*
6. P[edro] de A[zevedo] – *Gonçalves Viana – Revista de História*, 3º vol., pgs. 254-255.
7. Oscar de Pratt – *A.R. Gonçalves Viana. Alocução proferida em sessão de 20 de novembro de 1914*, – in *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*. Primeira série, tomo II, segunda parte pgs. 93-98.
8. Leite de Vasconcelos – *Gonçalves Viana. Apontamentos para a sua biografia por... Academia das Ciências de Lisboa 1917.*

Fevereiro, 1917

(Em: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, X, 1917, pp. 41-48)

GONÇALVES VIANA AND THE STUDY OF PORTUGUESE PHONETICS

Francis Millet Rogers

In my opinion, one of the most fitting ways to commemorate the one hundredth anniversary of the birth of Aniceto dos Reis Gonçalves Viana is to draw up a brief history of the study of Portuguese phonetics. The role of the man whom we are honoring this year will be so outstanding in such a history as to require no further comment.

A history of the study of Portuguese phonetics¹

1. The first study of the sounds of the Portuguese language made since the advent of the science of phonetics was a paper by Prince Bonaparte² entitled *On Portuguese simple sounds*, read before the Philological Society on November 21, 1879. To quote the author: "These sounds are given as I hear them used amongst cultivated society in Lisbon, and as they are generally admitted by João de Deus in his highly approved 'Diccionario Prosodico', Lisboa, 1878." Thus the sole written work to which the Prince refers is this dictionary, a fact for which Sweet later criticized him, as we shall see.

The next article on the subject, the first written by a Portuguese and the first to appear in Portugal, was Gonçalves Viana's review of Schuchardt's *Die "Cantes Flamencos"*, containing many important notes on Portuguese phonetics and many observations on the dialects. This review inaugurated in Portugal the scientific study of phonetics, as Dr. Leite de Vasconcelos has pointed out³.

¹ To be read in conjunction with the "Bibliography of works on the phonetics of standard Portuguese (arranged chronologically)", at the end of this article.

² Prince Bonaparte, who was born in 1813 and died on November 4, 1891, was a nephew of Napoleon I. His title was conferred on him by Napoleon III. He dedicated his life, not to politics, but to science, especially linguistics, and was a famous polyglot. See Gonçalves Viana, *O Príncipe Luís Luciano Bonaparte*, in *RL*, II (1890-2), 351-2, and also the *Correspondance philologique* of the two scholars.

³ *RL*, 111, 372; *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (Paris and Lisbon, 1901), p. 68.

Inasmuch as Gonçalves Viana is to play a very prominent role, in the history which we are writing, let us look into his life in order to become better acquainted with him as an individual.

Aniceto dos Reis Gonçalves Viana⁴ was born in Lisbon on January 6, 1840, just one hundred years ago. He was the son of the famous actor Epiphânio Aniceto Gonçalves and of Maria dos Anjos, both natives of the capital. The couple had six children, but only two attained adolescence, Torquato and Aniceto dos Reis. On October 5, 1857, Torquato died of yellow fever; ten days later the father also succumbed to the same malady.

Aniceto dos Reis thus found himself obliged, at the age of seventeen, to support his mother, had to abandon the commercial course he was taking, and on January 9, 1858, entered as an *aspirante* in the *Alfândega de Consumo* in Lisbon. He continued to work there all his life, eventually becoming chief of the *1ª Repartição da Alfândega de Lisboa*. He died on September 13, 1914.

Gonçalves Viana inherited an extraordinary memory from his father, and is said to have known by heart Tasso's *Gerusalemme liberata!* He also had a fine ear; and, without a master, or laboratory, or foreign residence, or established tradition, he became a great phonetician. Only later in life, after having become known, did he travel a little abroad (France, Germany); he was in Paris in 1889. In addition to being a renowned phonetician he was a distinguished polyglot.

Personally, Gonçalves Viana was very nervous and very modest; he did not even trouble to make a will, and most of his books, which he was accustomed to annotate fully, were lost in an official auction after his death. Moreover, Gonçalves Viana was very fastidious about his dress.

The famous customs official is perhaps best known for his work in Portuguese and general phonetics, and for his efforts to simplify Portuguese spelling. The latter bore fruit in 1911, when the government adopted the reformed orthography. He also translated from foreign languages (for example *Die Leiden des jungen Werthers*, published as *Mágoas de Werther* in 1885), wrote school textbooks, and did a large amount of work in Portuguese lexicology and etymology. He was a member of the *Sociedade de Geografia de Lisboa*, of the *Academia das Ciências de Lisboa*⁵, and of other learned societies⁶.

⁴ He earlier spelled his name *Vianna*, and indeed in *Ortografia Nacional* it appears as *Gonçalvez Viana*. Cf. *Vasconcelloz*, old for *Vasconcelos*.

⁵ See *Parecer acêrca da candidatura do sr: Gonçalves Viana a sócio efectivo*, [he had been *sócio correspondente*], in 9, V (1911), 401-2.

2. The following stage in the development of Portuguese phonetics is twofold. Independently of each other and without knowing one another's work, Henry Sweet and Gonçalves Viana were engaged in writing important treatises. The Portuguese scholar was the first to publish, the treatise being his well known *Essai* (1883). Sweet's paper, in which he employs a somewhat unusual system of spelling English, was "alredy set up in type, when Mr. Furnivall called my attention to an article on Portuguese sounds in the *Romania*..." as he tells us in the "Concluding Remarks", page 233. Sweet then goes on to cite points of agreement or disagreement between the two articles, and concludes, p. 236: "If my paper had appeared before M. Vianna's, I might have claimed the merit of having added considerably to our knowledge of the language; as it is, I can only claim that of having, with the help of Visibl Speech, perhaps defined the formation of some of the sounds more closely..." I might add that Sweet's employ of Melville Bell's Visible-Speech⁷ does *not* prevent the reader unfamiliar with that alphabet from fully understanding the article, in spite of Paul Meyer's remark in his notice; it is very easy to learn the symbol for the corresponding Portuguese sound and follow through the article.⁸

Sweet tells us on the first page that his article is based on a careful study with an educated native of Lisbon, aided by Prince Bonaparte's *Simple sounds*, Vieyra's dictionary, and João de Deus's *Diccionario prosodico*, Lisbon, 1878. Thus he was not acquainted with Gonçalves Viana's article in *O Positivismo*. Sweet adds: "But my apreciation of the sounds differs considerably in some respects from that of Deus, whom the Prince generally follows," and says he had heard that João de Deus was from the Algarve, suggesting that there may possibly have been dialectal influence in his work.

Prince Bonaparte was slightly piqued by Sweet's remark that he generally followed João de Deus⁹, and in reply wrote his article *Portuguese vowels, according to Mr. R. G. Vianna* [i.e., in *Essai*, not in *O Positivismo*, with which

⁶ For biographies of Gonçalves Viana, see Cláudio Basto, A. R. *Gonçalves Viana*, in *RL*, XVII (1914), 209-21; J. Leite de Vasconcelos and J. J. Nunes, *Vida e obras de Gonçalves Viana*, in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, X (1915-6), 607-48 (here we find photographis of the phonetician and of his father); Alvaro Neves, *Aniceto dos Reis Gonçalves Viana*, in *Boletim da Segunda Classe*, X, 972-1010 (here we find a good bibliography of bis writings); and Oscar de Pratt, *Aniceto dos Reis Gonçalves Viana*, in *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, II, 2ª parte, 93-98.

⁷ Alexander Melville Bell (1819-1905) was the father of Alexander Graham Bell (1847-1922).

⁸ As Meyer remarked, Sweet had explained the mechanism of the alphabet in *Sound-Notation*; in *Transactions of the Philological Society*, 1880-1, Part II (1881), 177-235.

⁹ In *Correspondance philologique*, which contains the correspondence between the two scholars from July 13, 1884, to October 24, 1887, the Prince admits (p. 17) that "João de Deus ("Vocabulario Sonico") m'a quelquefois induit en erreur".

the Prince was not acquainted at this time], Mr. H. Sweet, *and myself* (1885), in which he carefully compared his own previous article, the *Essai*, and Sweet's article, confining himself to the vowels and accompanying the comparison with an elaborate chart. He said that in a future note he would perhaps speak of the consonant sounds, but such a note was never published to my knowledge.¹⁰

3. After Gonçalves Viana's review of Dr. Leite de Vasconcelos's *A Evolução da linguagem*, which contains many useful notes on Portuguese phonetics, we find that the subject of Portuguese Phonetics became known and cultivated elsewhere on the continent of Europe. Jules Cornu, professor of Romance Philology at the University of Prague, who had been in Lisbon on two different occasions, in 1878 and in 1880, and who was to return in 1891¹¹, published his article on the Portuguese language in Gröber's *Grundriss* in 1888, devoting pp. 715-717 to the pronunciation of the modern language.

The following year Gonçalves Viana published his first article in *Le Maître phonétique*; it contains a few notes on Portuguese phonetics, with a transcription of Garrett, *Folhas caídas*. This article appeared in the July-August, 1889, issue (7), and in the November issue (9) we find the Portuguese phonetician listed as a new member of the *Association phonétique des professeurs de langues vivantes*. His review of Wulff's work, in the same organ, contains notes on Portuguese [A], [a], and *nh*. The transcription of the *Lusíadas* is also accompanied by good notes on Portuguese phonetics.¹²

From 1890 on, Gonçalves Viana wrote several articles (cf. *a moyen*), reviews (cf. those of the works, of Edwards and of Jespersen¹³), and notes¹⁴ for

¹⁰ Concerning Bonaparte, *Essai*, and Sweet, see *Kritischer Jahresbericht über die Fortschritte der Romanischen Philologie*, I (1890), p. 1; *Phonetische Studien*, VI (1893) 200-1; and Hermann Breymann, *Die Phonetische Literatur von 1876-1895* Leipzig, 1897), p. 91.

¹¹ See sheet 144 of the *Bibliografia Filológica Portuguesa*. In *Essai*, P. 35, n. 2, Gonçalves Viana says he knew Cornu in Lisbon in 1881.

¹² In *Le Maître phonétique* the author's name is not given, but in the errata in the back of *Exposição* Gonçalves Viana admits the authorship.

¹³ Some statements in the review of Jespersen prompted a polemic between Gonçalves Viana and Julio Saavedra à propos of "b, d, g hispaniques". See *Le Maître phonétique*, 1906, 59-61, 79-80, 1907, 70-2.

¹⁴ See 1890, 105; 1893, 27, 176-8; 1896, 105-7; 1898, 72-3; 1902, 105; 1903, 74; 1904, 26-8, 154; 1905, 67-8; 1906, 112; 1907, 48-9; 1908, 82. Moreover, there is a phonetic transcription of Portuguese by Gonçalves Viana in *Exposé des principes de l'Association Phonétique Internationale*, 1900, p. 13, and another, unsigned, in *Aim and principles of the International Phonetic Association*, 1904, p. 17. Because he did not think the transcription of a Portuguese text in the supplement (p. 24) to the *Le Maître phonétique* of Sept.-Oct., 1912 (*The Principles of the International Phonetic Association*), was quite correct, António F. Botelho, although admitting he had no competence, furnished a transcription for *Le Maître phonétique*, 1928, p. 69. A short transcription of Portuguese, with a few notes ("Final s is rather intermediate between s and z"), is given by A. Machado in *Le Maître phonétique*, 1912, 69.

Le Maître phonétique, many of them shedding some light on the problems of Portuguese phonetics, of which he was most certainly the master during the pre-instrumental days: in the opinion of Rodrigues Lapa¹⁵ and of João da Silva Correia¹⁶, Gonçalves Viana's own hearing was his kymograph.

4. In the meantime Gonçalves Viana published his *Exposição* (1892), destined for a congress of orientalisists which was to take place in Lisbon, but which never met¹⁷. Two years later he published his essay on the literary languages of Spain and Portugal, an article which gives a résumé of the chief phonetic features of Spanish, Portuguese, and Catalan.

In this same year (1894) Foulché-Delbosc published his grammar, of which Dr. Sá Nogueira wrote in the *Bibliografia Filológica Portuguesa*: “É particularmente notável o primeiro capítulo, que é consagrado à pronúncia.” I find, to the contrary, that this chapter is quite mediocre, indeed, in some cases definitely erroneous¹⁸. In 1893 the Portuguese scholar went into one of the many problems of Portuguese phonetics in his review of Radermacher's book, where he censures the German for having accepted João de Deus's three *e*'s¹⁹; the reviewer himself furnished several good notes on the value of this letter.

5. The next two works of capital importance are Gonçalves Viana's *Portugais* and his *Ortografia Nacional*. In 1906 we have the following studies: the second edition of Cornu's article, with modern Portuguese phonetics discussed (pp. 917-924) at greater length than in the first edition; Gonçalves Viana's *Quantidade prosódica*, in which that distinction in vowel length which makes possible a pun like “Matei hoje uma galinha, comia ontem” (see p. 26) is discussed; and, the first edition of Passy's *Petite phonétique comparée*, which, in common with the later editions, contains a few notes on Portuguese and a transcription in that language of the text which the author transcribes into several other languages.

The last purely phonetic work which Gonçalves Viana published was his review of Josselyn, containing a few remarks on Portuguese phonetics.

¹⁵ A Língua Portuguesa, II, 286-7.

¹⁶ O problema da norma ortoépica na língua portuguesa (in Biblos, IX, 1933, 1-22), p. 2.

¹⁷ See Revista Lusitana, III, 373.

¹⁸ Cf. p. 8: “*lh* se prononce comme les *ll* mouillés des mots français *fille, paille...*”

¹⁹ For further discussion, see Sweet, *Spoken Portuguese*, and the 2nd ed. of Cornu's article in the *Grundriss*.

6. Next follows a long period of inactivity, broken only by Rolin's article in 1910²⁰, by the introduction into the United States in 1925 of a sound doctrine of Portuguese phonetics based primarily on Gonçalves Viana's *Portugais*²¹, and by Wengler's study in 1926, which is a "Mitteilung eigener Beobachtungen, die ich im Verlauf der Sommermonate 1925 in Coimbra, Vianna do Castelo, Porto und Lissabon gesammelt habe". Wengler had attended the first summer course for foreigners of the University of Coimbra²²; some of his observations are extremely good and very valuable.

As Rodrigues Lapa pointed out, "O labor de Gonçalves Viana não frutificou, como devia; o foneticista não deixou discípulos, nemera fácil deixar, isolado como andou do nosso meio universitário, onde, de resto, se não cura também de preparar sucessores..."²³ It was not until 1936 that Gonçalves Viana's work was really to fructify, with the founding of the excellent *Laboratório de Fonética Experimental* in the University of Coimbra, under the direction of Dr. Armando de Lacerda.

And yet the subject of experimental phonetics was taught in the Faculty of Letters of the University of Lisbon during the school year 1918-19 by Alfredo Apell, and the five lectures of the course were published²⁴. Although Apell was praised in March, 1919, in a session of the Council of the Faculty, on the motion of Dr. Leite de Vasconcelos, "por ter introduzido em Portugal o estudo da fonética experimental"²⁵, no one continued his studies and teaching, the first book published in Portugal on Portuguese phonetics since 1904 being Oliveira Guimarães's work (1927), although on June 24, 1926, at the University of Coimbra, M. le Chanoine J.-M. Meunier gave a lecture on various applications of experimental phonetics, a lecture that was published in the *Bulletin* of the *Institut de Coimbre*²⁶.

²⁰ Rolin presents old and well-known material concerning a few questions of Portuguese pronunciation, chiefly as regards the unstressed vowels. He has largely copied his material from Gonçalves Viana without giving specific citations.

²¹ The section on pronunciation (pp. 1-34) in Hills, Ford, and Coutinho's grammar combines the doctrine of *Portugais* with a number of shrewd and very valuable original observations, especially concerning the so-called "close ê" and concerning the closed *o*.

²² See *Die Nueuren Sprachen*, XXXIV (1926), 57-60.

²³ *A Lingua Portuguesa*, II, 287.

²⁴ Alfredo Apell, *Algumas lições de fonética experimental na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*; in *Arquivo da Universidade de Lisboa*, VII, Lisbon, 1923, 42 pp. with 13 illustrations.

²⁵ *A Lingua Portuguesa*, II, 289.

²⁶ Le Chanoine J.-M. Meunier, *Applications de la phonétique expérimentale à l'étude des langues étrangères et à la thérapeutique, c'est à dire à la correction des vices du langage et à la rééducation des sourds. Conférence donnée le 24 juin 1926 à l'Université de Coimbre*; in *O Instituto*, LXXIV (1927), 161-85.

7. At the present time in Portugal, two centers for the study of the Portuguese language are functioning. One is the *Centro de Estudos Filológicos in Lisbon*, which was founded by decree N° 21,429 on June 30, 1932, as a dependent organisme of the *Junta de Educação Nacional* (today the *Instituto para a Alta Cultura*). The management of the *Centro* was established by the *Diário do Governo* N°263 (2nd series, November 9, 1932), and Dr. Rodrigo de Sá Nogueira was named secretary in the *Diário do Governo* n°265 (2nd series, November 11, 1932.)²⁷

Dr. Sá Nogueira has dedicated himself not only to Portuguese phonetics but also to Portuguese philology in general. An ample discussion of his recent *Elementos para um tratado de fonética portuguesa* is to be found in the bibliography appended to this brief history.

8. The other center is the *Laboratório de Fonética Experimental* of the Faculty of Letters of the University of Coimbra, which was created by Decreto-Lei N° 26, 994 and founded on September 10, 1936, by the *Instituto para a Alta Cultura*²⁸. Its director has been, since the beginning, Dr. Armando de Lacerda.

Dr. Lacerda studied experimental phonetics for a number of years in Germany, first with Professor Giulio Panconcelli Calzia in Hamburg, and then with Professor Paul Menzerath in Bonn. He has written many articles on general experimental phonetics²⁹, treating of such subjects as coarticulation, orientation (or “steering”), sound delimitation, phonic and sonic structure, tone inflection and sonic structure, tone inflection and criticism of the kymographic method. He is, moreover, the inventor of the chromographic method of registering speech, a method which is fully described in *Sons dependentes*.

Although many of his articles on general experimental phonetics contain notes concerning Portuguese phonetics³⁰, Dr. de Lacerda is now working specifically on Portuguese intonation. His article entitled *Die Flexion des Sprechtones im Portugiesischen* laid the foundation of the study, and *Sons dependentes* represents the application of these new discoveries of experimental

²⁷ I am obliged to Dr. José Pedro Machado for these notes, as well as for many kindnesses shown me. I am also very much obliged to Dr. Sá Nogueira for having permitted me to work in the excellently organized and very well stocked library of the *Centro de Estudos Filológicos*.

²⁸ For a description of the laboratory, see *Laboratório de Fonética Experimental*. Universidade de Coimbra. Publicação comemorativa por ocasião das festas do IV centenário do estabelecimento definitivo, da universidade em Coimbra; Coimbra, 1937, 11 pages.

²⁹ For a complete list of Dr. de Lacerda's publications, see the bibliography of Lacerda and Rogers, *Sons dependentes da fricativa palatal áfona, em português*.

³⁰ See also Paul Menzerath, *Die phonetische Struktur* (in *Acta Psychologica*, I, 1935, 241-62), p. 242, for an important note concerning the nature of Portuguese nasalization.

phonetics to the Portuguese language. *Sons dependentes* provides statistics on Portuguese phonemes and variphones which supplement those given by Zipf and Rogers³¹.

We have now terminated our brief history of the study of Portuguese phonetics, and are in a position to realize what a great debt we all owe the first Portuguese phonetician, the man whose memory we are honoring this year. Non-Portuguese student, of the language of Camoëns in particular are constantly, dependent on the *Essai*, the *Exposição*, *Portugais*, and *Ortografia Nacional*. Cornu in Prague, Passy in France, Rolin in Prague, and Hills, Ford, and Coutinho in the United States have one and all based themselves on the studies of Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.

³¹ It is curious to note that I found the Seminary in Angra do Heroísmo, on the island of Terceira, in the Azores, to be quite a center of interest in experimental phonetics, due chiefly to the priests' acquaintance with Jean Larrasquet, *La phonétique expérimentale et ses applications pratiques*; in *Almanach catholique français pour 1931*, pp. 229-39. See the newspaper *A União*, Angra, July 26, 1939.

GONÇALVES VIANA

J.J. Nunes

Eis um nome ignorado da maioria do nosso povo, que, à falta de instrução, quase que apenas conhece os que delecta nas gazetas das várias cores políticas, e todavia muito apreciado lá fora, onde se lê e presta culto ao estudo e saber.

Nesta Lisboa onde viveu e morreu, a não serem os raros apreciadores do seu talento, poucos o conheciam, porque ele, com a modéstia do verdadeiro sábio, nunca armara à popularidade, antes sempre dela fugira, quicá quantas vezes enojado dos que, absolutamente desprovidos de recursos intelectuais, a captavam por todas as formas e processos, com a mira exclusiva no próprio engrandecimento, envolta embora na máscara da mais completa abnegação. E a prova do que afirmo está neste fato tristíssimo: raros foram os diários que a ele se referiram por ocasião do seu falecimento e os que o fizeram contentaram-se apenas com uma breve local, e no entanto enchem ordinariamente colunas e colunas a propósito de mortos que dele distaram imenso pelo lado científico e só se distinguiram pela perícia na arte de *saber viver*.

E bem justificado era o apreço em que o tinham os nacionais que o conheciam e os estrangeiros que encomiavam os seus trabalhos, porquanto Gonçalves Viana ao conhecimento prático de grande número de idiomas, dos quais falava muitos com perfeita correção, tão perfeita que por vezes chegava a passar aos olhos dos próprios que os haviam aprendido na sua infância por oriundo dos seus países, reunia o científico, sendo, a par de não vulgar poliglota, distintíssimo foneticista, como o comprova entre outros o seu livro intitulado *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*, no qual revela observação perspicacíssima e rara aptidão auricular com que descobre nos sons matizes variados que a outros de menor agudeza passam despercebidos. Este notável trabalho, que Gonçalves Viana destinara como *memória* à Xª sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas que devia reunir-se em Lisboa no ano de 1892, é ampliação de outro por ele publicado em 1883 na revista francesa *Romania*, sob o título de *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, o qual por sua vez havia sido precedido de dois magníficos artigos que, acerca dos *Cantes Flamencos* de H. Schuchardt, publicara no ano anterior no

Positivismo (IV ano, nºs 1 e 2); com os dois últimos iniciara, por assim dizer, o seu autor o estudo científico da fonética fisiológica entre nós, a exemplo do que já se praticava nos centros de mais intensa cultura, e enfileirara brilhantemente ao lado de especialistas como Sweet, Sievers, Brücke, Storm e outros, atraindo sobre si as atenções de todos os homens de ciência, dentro do país e no estrangeiro.

Foi em volta deste eixo – a língua considerada sob os dois aspectos, fisiológico e literário – que giraram do primeiro ao último os trabalhos de Gonçalves Viana, estudando-a quer na sua fonética, quer no seu léxico, sempre em dia com os progressos da ciência, para o que estava magnificamente armado com a sua poliglota, em especial com o conhecimento das línguas inglesa e alemã. Essa sua predileção revela-se ainda em trabalhos seus de caráter não específico, como são as excelentes seletas que, referentes ao ensino destas línguas e da francesa, coordenou para as escolas e liceus, enriquecendo-as de notas preciosas pelo que ensinam e esclarecem.

Desta sua predileção, que lhe granjeou o conceito, de que justamente gozava, de autoridade em matéria de fonética da língua, e do conhecimento que possuía do português nas suas fases, antiga e moderna, nasceu a sua divergência da ortografia então em uso – divergência que manifestara desde que publicara os seus primeiros estudos sobre fonética e depois continuara a manter, defendendo-a por forma verdadeiramente magistral no livro que com o nome de *Ortografia Nacional* deu à estampa em 1904, no qual mais uma vez afirmou os seus dotes de glotólogo distinto e erudito não vulgar – e empenho em que se voltasse ao antigo modo de escrever, tão simples quão correto, empenho que teve a satisfação de ver realizado, quando, por portaria de 1 de setembro de 1911, o Governo aprovou as resoluções tomadas acerca das “bases da ortografia que deve ser adotada nas escolas e nos documentos e publicações oficiais” por uma Comissão de que ele fora, por assim dizer, a alma entusiasta, mas ao mesmo tempo justa e transigente em geral com qualquer discrepância do seu modo de ver que uma ou outra vez no seio dessa Comissão se levantou.

Afora os volumes que publicou, sempre sob a mesma orientação, bastantes artigos, não menos instrutivos e reveladores do seu profundo saber, inseriu Gonçalves Viana nalguns periódicos, entre os quais sobressai a *Revista Lusitana*, onde colaborou com maior ou menor assiduidade desde o primeiro volume até o décimo quarto em que saiu o seu trabalho a respeito de *Lexicologia*, provavelmente o último que a sua pena escreveu. Homens da envergadura intelectual e moral de Gonçalves Viana são gloria da nação que os viu nascer e exemplo eloqüente aos vindouros, que os devem tomar por modelos, forcejando por seguir-lhes as pisadas, em proveito próprio e honra sua e do país de que fazem parte.

É sóbrio e simples em demasia o que aí fica dito, especialmente tratando-se de tão distinto estudioso, mas se por um lado não foi intenção minha pôr em relevo o seu merecimento, visto como outros melhor do que eu saberia fazer o têm feito, por outro não quis furtar-me à justa homenagem que a Academia das Ciências de Lisboa presta a um dos seus membros mais ilustres e que melhor a honraram.

J.J. Nunes

GONÇALVES VIANA AND THE PHONIC SCIENCES

J. Mattoso Camara Jr.

ANICETO DOS REIS GONÇALVES VIANA (1840-1914) is to be regarded, among Portuguese scholars, chiefly as a phonetician on the order of Sievers, Sweet, and Passy, although he did publish some works on philology and lexicography. It is to him that Portuguese philology owes its scientific basis of accurate phonetic data. “We cannot expect that everybody will do everything!” said Leite de Vasconcellos of him, intending to excuse rather than praise his friend in this respect.¹

Gonçalves Viana was the first to pursue the study of Portuguese phonetics in itself, and, while he was of course aware of the urgency of the descriptive science of sounds for historical Portuguese grammar, his direct aim was an objective statement of the standard pronunciation of Portuguese. Like other phoneticians of his time, he wanted to establish a standard pronunciation based on actual spoken language, and was opposed to the grammarians’ bias in favor of the written language.

By *phonetics* he meant a complete general description and classification of speech sounds according to the physiology or their production, with little regard for the description of the speech organs: that is, the *Lautphysiologie* of the German phoneticians of his time. After this preliminary stage he developed Portuguese *phonology*, which implied an over-all description of Portuguese speech-sounds. Early in his career he borrowed from Leite de Vasconcellos the word *phonem* in its naturalistic sense², and since then it has been a favorite term among Portuguese and Brazilian phoneticians as a mere synonym of *speech-sound*³. Gonçalves Viana’s classification of the Portuguese “phonemes”

¹ Academia de Ciências de Lisboa – *Homenagem a Gonçalves Viana Boletim de Segunda Classe*, Vol. X, Nº 3, p. 629

² Leite de Vasconcellos had taken the term from Louis Havet (cf. *A Evolução de Linguagem*, in *Opúsculos*, Vol. II (Coimbra, 1928), p. 37).

³ Some Portuguese and Brazilian phoneticians state that “phonemes” are used to form words (cf. Sá Nogueira – *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa* (Lisboa, 1938), p. 5) or are the significative elements of language (cf. José Oiticica, *Estudos de Fonologia* (Rio, 1916), p. 21), but with no phonemic implication: apparently they intend to distinguish speech sounds, from other oral sounds such as the whistle and the cough (Sá Nogueira makes this very clear).

as set forth in his basic work on the standard pronunciation of Portuguese⁴ is based entirely on articulation, from which one may conclude that he regarded articulation as the most scientific basis for phonetic classification⁵. His system is extremely complicated, with each sound classified under a wide range of physical headings. He lists them according to their relation to the mobile and immobile organs of speech, juxtaposing the two, and then proceeds to combine them under a third, mixed heading. In this he was trying to reach an eclectic solution of the controversy then going on among the motor phoneticians. He arrives at a list of 92 Portuguese speech sounds, including both vowels and consonants, and represents them with Roman letters and diacritical marks.

This unusually large number of phonetic elements is accounted for by the inclusion of what we would now consider allophones. Even if we exclude the dialectal sounds which he first lists and then omits in his exposition of the pronunciation of standard Portuguese, there remains even in his final presentation a large number of positional variants. His naturalistic bias, however, does not lead him so far as to include what we would today call free variants. This step was taken only much later, by the phonetician Rodrigo de Sá Nogueira⁶, when the Prague School and the North American phonemicists had already effectively counterposed this kind of atomistic phonetics.

Naturally, he does not consider stylistic variants at all, for this category of speech sound was entirely unknown in Gonçalves Viana's generation. It has recently been brought into focus by Armando de Lacerda⁷.

It is typical of the naturalistic tendency still prevalent among Portuguese phoneticians that for Sá Nogueira free variants (such as the palatal [æ] of the fisherwomen of Lisbon crying their wares) are not regarded as such, but treated in exactly the same way as the speech sounds of standard Portuguese⁸. Likewise the researches of Lacerda have not brought him to *Lautsylistik* in the Trubetzkoyan sense. He rather concentrates on the expressive function of phonemes and deliberately minimizes their representation. In this he is nearer the Laziczius than of Trubetzkoy, Jakobson, and Bloomfield. But in another branch of phonetic studies Gonçalves Viana may be regarded as a genuine pioneer in developing

⁴ Gonçalves Viana, *Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa* (Lisboa, 1892)

⁵ But in a former work, written in French, he uses acoustical terms such as *obscurcissement, sifflement, plenisonant, sombre, étouffée, bourdonnée* (cf. *Essai de Phonétique et de Phonologie de la Langue Portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, Extrait de la *România*, XII (Paris, 1883).

⁶ Cf. *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa* (Lisboa, 1938)

⁷ Cf. Armando de Lacerda, *Características da Entoação Portuguesa* (Coimbra, 1941), 2 volumes.

⁸ Cf. *Elementos para um Tratado*, pp. 58-60

the functional approach to speech sounds. He sought to apply his phonetic discoveries to the problem of the Portuguese orthography, which at that time was in a state of great confusion. This undertaking was analogous to Sweet's proposed "broad transcription" of English sounds. Sweet's transcription has of course remained merely theoretical, since it was impossible to supersede the existing English spelling, which is too far removed from a rational phonemization of the spoken language. In the case of Portuguese, however, the obstacles were far from being as great, and Gonçalves Viana could legitimately hope to replace the old spelling habits with a system of orthography based on general and logical phonetic principles.

He first set forth his ideas on this problem in 1904, in his book on the national orthography⁹, which marked the beginning of the movement for spelling reform, and led to the introduction of the new Portuguese orthography by a government Act in 1911¹⁰. But the 1904 work gives a better picture of Gonçalves Viana's real ideas about spelling than the precepts of this Act or his own *Orthographic Vocabulary* of 1913¹¹. The Reform Committee had by that time introduced certain essential changes which Gonçalves Viana had generously accepted.

It should be pointed out that Gonçalves Viana's orthographic reform movement was in competition with another movement, led by an Oporto physician named Barbosa Leão¹². The major difference between these two movements was not only that between a scientific and an amateurish approach. Gonçalves Viana sought to develop a spelling system which would provide an exact representation of the standard pronunciation. His system was objective and stable, while Barbosa Leão's was impressionistic and subjective. This task of reforming Portuguese orthography compelled Gonçalves Viana to regard Portuguese speech sounds in a new light. Since he was now forced to limit himself to the existing alphabet, he had to abandon any attempt to represent graphically the minute phonetic differences his delicate ear had caught. And this led him to disregard positional variants and to represent only true phonemes.

In this way, although he had not the slightest notion of the theoretical concept of phoneme, he followed the phonemic principle by linguistic instinct. He made no attempt to represent the back [ɑ] which occurs before velar *l* or *u*

⁹ Gonçalves Viana, *Ortografia Nacional* (Lisboa, 1904)

¹⁰ This Act was later modified several times by agreement with the Brazilian government after 1931, when Brazil accepted the idea of carrying out a spelling reform conjointly with Portugal.

¹¹ Gonçalves Viana, *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa* (Lisboa, 1913).

¹² CF. *Coleção de Estudos e Documentos a favor da Reforma da Ortografia em Sentido Sônico; publicada pelo Dr. Joze Barboza Leão* (Lisboa, 1878)

in the same syllable (which he could easily have done by means of diacritical marks such as *ä* or *ǎ*), or the open [i] (which could have been written *i*), or reduced vowels occurring in clearly definable positions in a syllable or word. Similarly, he used only *l* for both the post-vocalic velar consonant and the prevocalic dental, although he insisted on the phonetic difference between the two. He did not even attempt to represent the neutral [ə], which could have been written *ĩ* or *i*. It is true that he wanted to confine himself to the Latin alphabet, but he could of course have used existing diacritical marks if he had been convinced of the necessity of such distinctions. We can thus infer that he considered that these sounds, including the neutral [ə], did not require any special sign, or, as we should put it today, that they were positional (or contextual) variants¹³. On the other hand, he did insist on representing by a diacritical mark (a circumflex accent over the close vowel) the distinction between close /e/ or /o/ and open /ɛ/ or /ɔ/ under stress. And indeed this is a phonemic opposition: cf. *sêde* “thirst” and *sede* “seat”, *sôco* “a blow” and *soco* “a sock”, or the contrasts between such nouns and verbs as *pêso* “a weight” and *peso* “I weigh”, *rôlo* “a roll” and *rolo* “I roll”.

In order to avoid inconsistency in the relation between letters and speech sounds, he tried to stick to the principle of one letter equals one sound¹⁴, and by “sound” he intuitively meant distinguishing sound or *phoneme*. The letter *x*, for instance, was to be used only for the palatal sibilant /ʃ/, as in *eixo* “axle”, and never for /ks/, /s/, or /z/. Later, however, he was obliged to accept the multiple usage insisted on by the Reform Committee. The Committee also disapproved of his proposal to replace the letter *g* with *j* in position before a front vowel. His argument was that in this position both letters had the sound [ʒ]. His only concession to traditional spelling had been to retain “provisionally” the initial *ge* and *gi* and also initial *h*, since he felt that a change in the beginning of a word would be more shocking to the eye¹⁵.

At first glance it would seem that this underlying phonemic tendency is contradicted by his effort to retain the two symbols *x* and *ch* for the phoneme /ʃ/, and *s*, *c*, and *ç* for the voiceless sibilant /s/, and intervocalic *s* and *z* for /z/. As a phonetician for whom oral speech was fundamental in language, he was of course not sympathetic to *graphemes* as a means of differentiating among homonyms (this argument is explicitly used in Brazil as a reason for maintaining the letter pairs *s-z*, *c-s*, *x-ch*).

¹³ The neutral [ə] of European Portuguese, lacking in Brazil, is but a realization of /e/ in well-defined unstressed positions.

¹⁴ *Ortografia Nacional*, p. 287

¹⁵ *Ortografia Nacional*, p. 110

Gonçalves Viana would rather have advanced historical arguments. He wanted to symbolize the Latin etymological distinction in each of these pairs (*x-s* as Romance sibilants and *ch, c* and *z* as the final result of the evolution of the stops before a yod or a front vowel: *cīto* > *cedo*, *pretiu-* > *preço*, *ratione-* > *razão*, *clauē-* > *chave*). Modern Portuguese and Brazilian philologists have pointed to this argument as the only valid one for maintaining the difference in spelling. In Gonçalves Viana's reasoning, however, there was a much more important synchronic argument: he wanted to represent the phonemic distinction still existing in northern Portuguese dialects where /s/ is opposed to the affricate /tʃ/, /s/ to retroflex /ʃ/, and /z/ to retroflex /ʒ/. This is an intermediate stage in the development of an old Romance distinction which has been entirely abandoned in the standard Portuguese and Brazilian pronunciation.

With regard to the problem of unstressed *en-* and *in-* at the beginning of words, Gonçalves Viana preferred to write *en-*. His preference, however, was not based on the historical arguments developed later (Latin *in-* > Port. *en-*); he rather had in mind the clear pronunciation [ẽ] of the Alentejo and Algarve and, he might have added, the free variation in Brazil. He also invoked the argument of grammatical symmetry, since in verbs like *entrar* /ɫ'trar/ the strong forms have /ẽ/ (cf. *entro* /'ẽtru/). Finally, he wanted to revive the distinction, obsolescent in standard Portuguese pronunciation, between such pairs as *entender* "understand" and *intender* "tend towards", *empar* "to prop up a vine" and *impar* "to stifle", *enformar* "to mould" and *informar* "to inform"¹⁶.

He also maintained the duplicate symbols *q* and *c* before *u* followed by a vowel. This was a clumsy expedient, since it was necessary to distinguish the sounded from the mute *u* (that is /ki/, /ke/, and /kw/). For the sounded *u* he wrote *qu* (now spelled *qu*), thus contrasting *frequente* "frequent" with *quente* "hot, warm". But this was a mere compromise with established tradition, and Gonçalves Viana would have preferred to adopt a more radical solution, such as to write *cu-* before a front vowel whenever the *-u-* is not mute¹⁷. Of course, a better phonemic solution would have been to use *k* for the velar stop, thus eliminating both *c* and *q*, but Gonçalves Viana was unwilling to make so drastic a break with the past as such a reform would have entailed. Indeed, he regarded *w, k*, and *y* as "foreign" letters, which were better eliminated from Portuguese spelling. By discarding *y* he surrendered a useful expedient (utilized in Spanish) for representing the consonantal [y] in a rising diphthong: but in the last analysis he was right, since in initial position [y] is in free variation with [i], and

¹⁶ *Ortografia Nacional*, p. 98

¹⁷ *Ortografia Nacional*, p. 90. For the voiced velar stop he suggests two kinds of the letter *g* to correspond to *c* and *q* for the voiceless stop.

elsewhere is merely a necessary junction following [i], as in *seio* ['sejyu] “bosom” or *arroyo* [a'rojyu] “rivulet”.

The achievement of Gonçalves Viana must thus be judged from two points of view: as a phonetician he introduced precise techniques for the study and classification of Portuguese speech sounds¹⁸; and as an orthographic reformer he effected a thoroughgoing revision of Portuguese spelling. Furthermore, his work may justifiably be regarded as a pioneering contribution to modern phonemics. This is a distinction which he shares with his friend Sweet, whom both Trubetzkoy and Swadesh praise for his understanding of speech sounds as functional units.

(For Roman Jakobson: on his sixtieth birthday. The Hague, Mouton & Cia., 1956).

¹⁸ His importance as a phonetician has been emphasized several times; see especially Francis Rogers, *Gonçalves Viana and the Study of Portuguese Phonetics*, in *Boletim de Filologia*, VII-1 (Lisboa, 1940).

A PALAVRA *FILOLOGIA* E AS SUAS DIVERSAS ACEPÇÕES: OS PROBLEMAS DA POLISSEMIA

FILOLOGIA E CRÍTICA TEXTUAL ¹

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

1. A origem da palavra *filologia*. / 2. Usos antigos das palavras *filologia* e *gramática*. / 3. Francisco Adolfo Coelho e o uso das palavras *lingüística*, *glotologia* e *filologia*. / 4. O sentido de *filologia portuguesa* para Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos e seus seguidores em Portugal e no Brasil. / 5. O uso de *filologia* como equivalente a *crítica textual*. / 6. Soluções que se impõem ante os problemas da polissemia. / 7. Filologia e Crítica Textual - Crítica Textual e Ecdótica. / 8. Conclusões.

1. A origem da palavra *filologia*.

A palavra *filologia*, de origem grega, é de formação culta e tardia, como acentuou Carolina Michaëlis de Vasconcelos no valioso e minucioso estudo que inicia as suas *Lições de Filologia Portuguesa*, e tem sido usada em várias acepções em mais de “vinte e quatro séculos de existência documentada”. Constituem essa palavra dois elementos: *filo*, que traduz a idéia de “amor”, “apreço e estima especial”, e *logia*, que significa “doutrina, ciência, erudição, conhecimento ou estudo científico”.

Desde a origem, essa palavra, que do grego passou ao latim, com o sentido amplo de “amor da ciência” e “culto da erudição ou da sabedoria em geral”, e com o sentido especial de “culto da ciência da linguagem” ², foi empregada

¹ Texto revisto, corrigido e ampliado da comunicação apresentada na mesa redonda “Rumos da Filologia” do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, em sessão do dia 10 de setembro de 2000 no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² Cf. *Lições de Filologia Portuguesa – Segundo as Preleções Feitas aos Cursos de 1911/12 e de 1912/13 – Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico* (Lisboa, Revista de Portugal, 1946) [Lições I e II: “Filologia: Noções Etimológicas e Semasiológicas” e “História da Filologia”, p. 121-141]. V. também verbete “Filologia” de autoria de Otto Maria Carpeaux e Antônio Houaiss, na enciclopédia *Mirador* (Rio de Janeiro, Encycl. Britannica do Brasil, volume 9, 1975, p. 4599).

para indicar toda a sorte de indagações sobre os textos de qualquer natureza – históricos, religiosos, filosóficos, literários e científicos – com a finalidade de preservá-los e de interpretá-los corretamente, o que implicava o trabalho de restituí-los na medida do possível à apresentação original, através de minuciosos estudos comparativos dos testemunhos existentes, conservados muitíssimos deles apenas por cópias de diversas origens, a que se deu o nome de *apógrafo*s. Assim sendo, para designar “os homens que se distinguiram quer pela vastidão, multiplicidade e profundidade dos seus conhecimentos gerais, quer pelo culto especial das ciências da linguagem”, foi usada a palavra *filólogo* ³.

Sendo fundamental para o exame dos textos o aprofundamento dos conhecimentos sobre a estrutura e o funcionamento das línguas em que estavam redigidos, logo se criou também, como referência ao “pensamento especulativo sobre a linguagem”, a palavra *gramática* (com base no substantivo *gramma*, “sinal gravado”, “letra”), aplicada de início ao que respeita “à escrita e, derivadamente, à leitura” e por extensão à língua e ao saber lingüístico ⁴. Tais especulações gramaticais eram porém a princípio meramente ancilares, voltadas para o objetivo fundamental de favorecer a compreensão dos textos de maior expressão cultural, como o que foi feito pelos primeiros filólogos – para dar apenas dois exemplos – na Grécia e em Alexandria (Egito), em relação aos textos literários helênicos e na Índia aos textos de caráter religioso de especial valor para o hinduísmo.

Desde os albores da época do Renascimento, renovando-se e aumentando o interesse pelo estudo dos textos, as palavras *filologia* e *filólogo* nas acepções mencionadas passaram a ser empregadas para designar estudos diferenciados, em expressões como *filologia greco-latina* ou *filologia clássica*, e a partir do século XVIII *filologia indo-germânica*, *filologia românica* e assim por diante. Todavia, segundo a observação de Carolina Michaëlis, à medida que tais estudos se aprofundavam, sentia-se a necessidade de “separar o estudo das línguas do das literaturas de cada uma delas” ⁵.

A noção exata da riqueza e complexidade da linguagem humana foi conquista de muitos e muitos anos de pacientes reflexões. Espíritos mais atilados, analisando a variedade das línguas e dos usos lingüísticos, perceberam afinal a ocorrência de usos circunstanciais, todos eles merecedores de atentos estudos e observações. Lembre-se, por exemplo, que numa de suas cartas de

³ Carolina, op. cit., p. 128.

⁴ Cf. Herculano de Carvalho, verbete “Gramática”, in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, vol. 9, 1969, col. 903-905.

⁵ Op. cit., p. 129.

tom familiar o grande orador e escritor romano Cícero já indagara do seu correspondente se não lhe causava estranheza o fato de estar usando palavras da linguagem vulgar, um tanto diferente da dos seus discursos no Senado romano, marcados pela preocupação de uma escolha mais cuidada dos meios de expressão ⁶. Lembre-se mais que data dessa época o precioso registro que um observador dos fatos lingüísticos nos deixou, no documento conhecido como *Appendix Probi*, de palavras ou expressões da linguagem mais apurada em confronto com o que se dizia na linguagem corrente (o chamado “latim vulgar”), atestando assim uma série de fatos de fundamental importância para a explicação da origem de muitas formas das línguas românicas ⁷.

2. Usos antigos das palavras *filologia* e *gramática*.

Sabe-se muito bem, mas é preciso repetir neste excurso, que mantendo-se sempre o interesse pelo funcionamento das línguas e pelo exame dos textos escritos no correr dos séculos, todavia só decorrido muito tempo, ou seja, do século XVIII em diante, os estudos sob os rótulos de *filologia* e *gramática* conseguiram progressivamente maiores avanços e melhor caracterização dos seus objetivos e métodos. Aos poucos, pautados por crescente rigor metodológico, foram assumindo caráter novo, realmente científico, graças às percepções de grandes mestres, expostas em trabalhos de fundamental importância.

Já nas primeiras décadas do século XIX, graças às luminosas contribuições desses grandes renovadores dos estudos filológicos, lingüísticos e literários, passou-se a ter uma visão, incompleta embora, de um complexo de novas ciências, interligadas, e ancilares umas das outras, que teriam o mesmo objeto material – o estudo da linguagem humana articulada – mas ao mesmo tempo objetos formais distintos ⁸: eram as denominadas *ciências da linguagem* (usada a palavra *linguagem* não em sentido geral, mas apenas referida à linguagem humana articulada). Uma série de fatos, porém, dificultou ou impediu a delimitação das áreas de atuação respectivas. A esse conjunto de ciências diversas, mas de limites ainda indefinidos, continuou a aplicar-se, à falta de outros nomes, o antigo rótulo de *filologia*.

⁶ Exemplo citado por Sousa da Silveira nas *Lições de Português* (v. 9ª edição, Rio de Janeiro, Presença, 1983, § 26, p. 29).

⁷ V. Serafim da Silva Neto, *Fontes do Latim Vulgar: o “Appendix Probi”*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1956.

⁸ A distinção entre *objeto material* e *objeto formal*, da lógica escolástica, é assim explicada por F.-J. Thonnard: sendo o objeto em geral “la chose dont on s’occupe en agissant”, o objeto material é “la chose prise en elle-même”, e o objeto formal “l’aspect spécial sous lequel l’agent ou la fonction atteint la chose qui l’intéresse” (*Précis de Philosophie en Harmonie Avec les Sciences Modernes*, Paris, Société de Saint Jean l’Évangéliste, 1950, p. 484).

Quanto à palavra *gramática*, entendida como “estudo ou conhecimento especulativo da língua como saber prático”⁹, também teve desde a sua remota origem variado uso, com acepções diversas, como já assinalaram os melhores tratadistas da matéria. Não é porém nosso objetivo neste artigo expor os diversos conceitos com que essa palavra tem sido usada¹⁰.

Para *filologia* encontrou o notável dicionarista D. Rafael Bluteau, no seu gigantesco *Vocabulário Português e Latino*, publicado em seis volumes, de 1712 a 1720, a seguinte explicação:

É palavra grega composta de *philos*, “amigo”, e *logos*, “discurso”; e *filologia* val o mesmo que estudo das letras humanas, começando da gramática (que antigamente era a parte principal da filologia), e prosseguindo com a eloquência oratória, e poética, com as notícias da história antiga, e moderna, com a inteligência, interpretação, e crítica dos autores, com a erudição sagrada, e profana, e geralmente com a compreensão e aplicação de todas as cousas, que podem ornar o engenho, e discurso humano. Rigorosamente falando, filologia é a parte das ciências, que tem por objeto as palavras, e propriedade delas.

Na continuação do verbete, Bluteau alerta para o uso diversificado ou identificado das palavras *filologia* e *gramática* já documentado em autores latinos.¹¹

3. Francisco Adolfo Coelho e o uso das palavras *lingüística*, *glotologia* e *filologia*.

Só com a criação de palavras ou expressões mais apropriadas para designar o estudo científico da linguagem humana articulada – *lingüística* ou *lingüística geral* ou *teoria da linguagem* – surgiu da segunda metade do século passado em diante a possibilidade de resolver a deficiência e imprecisão terminológica de que estamos tratando. Uma das soluções era restituir à palavra *filologia* o sentido primitivo que lhe atribuía como tarefa principal a equivalente ao que hoje se denomina *crítica textual*. Foi o que procurou fazer em Portugal o grande renovador dos estudos lingüísticos naquele país, Francisco Adolfo Coelho, ao dizer logo no início de um trabalho publicado em 1881 e com reedição emendada e aumentada em 1887:

⁹ Herculano de Carvalho, *ibid.*, col. 904.

¹⁰ Leia-se para maiores esclarecimentos, além do já citado verbete de Herculano de Carvalho sobre “Gramática” na enciclopédia *Verbo*, o que o mesmo autor escreveu no capítulo 18 da sua *Teoria da Linguagem* (tomo 2, Coimbra, Atlântida, 1973, p. 577-578), e o pequeno livro de Pierre Guiraud *La Grammaire* (Paris, Presses Universitaires de France, 1961).

¹¹ Cf. Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, Lisboa, na Oficina de Pascoal da Silva, tomo VI, 1720, p. 482.

Filologia propriamente dita é o conjunto de conhecimentos que se referem à literatura dum ou mais povos e à língua que serve de instrumento a essa literatura, considerados principalmente como a mais completa manifestação do espírito desse povo ou desses povos.

Logo em seguida, esclarecendo melhor seu pensamento, Adolfo Coelho afirma que o “estudo da língua” e outros estudos correlatos “são para a filologia auxiliares, não fins”, e acrescenta:

Por *filologia portuguesa* deve pois entender-se o estudo dos monumentos literários da língua portuguesa sob todos os pontos de vista.

Indica mais, entre as nove partes que deve compreender uma ciência assim denominada, a “determinação da autenticidade” e a “restituição dos textos a uma forma tão próxima quanto possível da original”.

Na conclusão do primeiro tópico de seu luminoso livro, Francisco Adolfo Coelho, depois de mencionar as palavras *lingüística*, *glótica* e *glotologia* como as apropriadas para denominar a nova ciência que se voltaria para o estudo científico histórico-comparativo de todas as manifestações do fenômeno língua –, declara preferência pela última denominação, assinala que a *glotologia* “não tem por fim o estudo prático das línguas para as falar ou escrever, nem o estudo das línguas como meio para o estudo das literaturas”, e adverte:

A *glotologia* é porém uma ciência histórica, como a *filologia*, e não uma ciência natural. A linguagem não é um produto natural, mas sim um produto social, como o direito, a religião, a arte.¹²

4. O sentido de *filologia portuguesa* para Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos e seus seguidores em Portugal e no Brasil.

Por bom tempo, os três termos – *filologia*, *lingüística* e *glotologia* (ou também *glótica*) – dividiram a preferência dos estudiosos, nem sempre usados com o mesmo sentido.

Ferdinand de Saussure, entre as formulações iniciais do seu famoso *Cours de Linguistique Générale*, segundo o que se publicou postumamente e pela primeira vez em 1916, usou os termos *filologia* e *lingüística* para designarem

¹² As passagens citadas são transcritas da primeira edição do livro de F. Adolfo Coelho *A Língua Portuguesa: Noções de Glotologia Geral e Especial Portuguesa* (Porto, Magalhães & Moniz, 1881, “Secção I – Noções Gerais, 1. A Filologia e a Glotologia”, p. 1-4). V. ainda, para exata apreensão do pensamento do autor, o que ele diz mais extensamente nas páginas 9 a 23 da segunda edição da obra, de 1887.

duas ciências distintas, cada uma delas com finalidade própria. Assim, já no primeiro capítulo da obra se lê:

A língua não é o único objeto da filologia, que quer, antes de tudo, fixar, interpretar, comentar os textos; este primeiro estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc.; em toda parte ela usa seu método próprio, que é a crítica. Se aborda questões lingüísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura.¹³

Quanto à lingüística, devia ter como “tarefa” [*tâche*] fundamental a de “fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger”¹⁴, “procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história”¹⁵. Para Saussure, portanto, devia estabelecer-se uma distinção nítida entre *filologia* e *lingüística*, “malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam”¹⁶.

Saussure, como se sabe, assumiu tal posição nos três cursos ministrados em Genebra (Suíça) entre a primeira e a segunda década do século XX (1907-1911), mas ela só se tornaria bastante conhecida alguns anos mais tarde. Enquanto isso, entrava em cena no mundo de língua portuguesa um elemento altamente perturbador: a posição clara, incisiva, categórica, de dois dos maiores linguistas e críticos textuais portugueses, Carolina Michaëlis e Leite de Vasconcelos, em favor do emprego amplo da expressão *filologia portuguesa* para englobar toda a sorte de investigações a respeito da língua e dos seus diferentes usos. Para Leite de Vasconcelos, por *filologia portuguesa* se devia entender:

¹³ Cf. Ferdinand de Saussure, *Curso de Lingüística Geral*, tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, São Paulo, Cultrix, 1969, p. 7-8. Na edição crítica do mesmo *Cours de Linguistique Générale*, preparada por Tullio de Mauro (Paris, Payot, 1973), p. 13-14: “La langue n’est pas l’unique objet de la philologie, qui veut avant tout fixer, interpreter, commenter les textes; cette première étude l’amène à s’occuper aussi de l’histoire littéraire, des moeurs, des institutions, etc.; partout elle use de sa méthode propre, qui est la critique. Si elle aborde les questions linguistiques, c’est surtout pour comparer des textes de différentes époques, déterminer la langue particulière à chaque auteur, déchiffrer et expliquer des inscriptions rédigées dans une langue archaïque ou obscure.”

¹⁴ Tullio de Mauro, ed. cit., p. 20: “faire la description et l’histoire de toutes les langues qu’elle pourra atteindre”.

¹⁵ Idem, p. 20: “chercher les forces qui sont en jeu d’une manière permanente et universelle dans toutes les langues” e “degager les lois générales auxquelles on peut ramener tous les phénomènes particuliers de l’histoire”.

¹⁶ Idem, p. 21: “malgré les points de contact des deux sciences et les services mutuels qu’elles se rendent”.

o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua ¹⁷.

Para Carolina Michaëlis, *filologia portuguesa* seria:

o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional ¹⁸.

Desde então, no Brasil, a palavra *filologia* se usou preferentemente no amplo sentido das definições de Leite de Vasconcelos e de Carolina Michaëlis. Entre os primeiros mestres que adotaram e ajudaram a divulgar os ensinamentos dos dois filólogos portugueses estavam os professores Mário Barreto, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Augusto Magne e outros.

Quando em 1934 começou a funcionar a primeira Universidade brasileira já na vigência dos novos ditames sobre a organização universitária estabelecidos pela legislação federal (a Universidade de São Paulo – USP), instituiu-se entre as suas cátedras a de Filologia Portuguesa, cujos programas abrangiam estudos variados de lingüística portuguesa (sincrônica e diacrônica) e estudos de textos que hoje estão no âmbito da crítica textual. Dela foi colaborador, vindo da Universidade de Lisboa, o professor contratado português Francisco Rebelo Gonçalves, que no Brasil publicaria o seu livro *Filologia e Literatura* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937).

Todavia, com o correr do tempo, a percepção mais nítida da existência de uma ciência geral da linguagem humana, avivada com a leitura da obra de Saussure e das obras de outros grandes mestres, deu ensejo a que na segunda experiência do ensino superior de Letras no Brasil, a da Universidade do Distrito Federal, que funcionou na cidade do Rio de Janeiro (então capital da República), apenas entre os anos de 1935 e 1938, se instituisse uma cadeira autônoma de Lingüística Geral e que no curso da matéria aí ministrado em 1938 pelo professor Joaquim Matoso Câmara Júnior se sentisse o alcance da teoria da linguagem e da sua utilização como base dos estudos das lingüísticas especiais. A atuação de Matoso Câmara se consagraria com o apoio do então catedrático de Língua Portuguesa da UDF, o professor Sousa da Silveira, que com lucidez percebera

¹⁷ Cf. *Lições de Filologia Portuguesa*, 2ª edição (melhorada), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, p. 9. A primeira edição da obra é de 1911, e nela a definição de *filologia* não está nos mesmos termos, mas é substancialmente a mesma.

¹⁸ Cf. *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa, Revista de Portugal, 1946, p. 152.

a necessidade de se reconhecer a Lingüística como ciência autônoma e matéria básica e indispensável à boa formação dos estudantes de Letras. Sem demora as lições de Matoso Câmara foram publicadas, primeiramente nos anos de 1939-1940 em artigos de revista especializada (a *Revista de Cultura*, dirigida pelo Padre Tomás Fontes), e logo em seguida, em 1941, em livro editado pela Livraria Briguiet, com o título de *Princípios de Lingüística Geral (Como Fundamento Para os Estudos Superiores de Língua Portuguesa)* e prefácio de Sousa da Silveira. Essa obra é portanto um marco na evolução dos estudos das ciências da linguagem no Brasil.

Deve ser lembrado no entanto, como prova da persistência do uso da palavra *filologia* no seu sentido mais extensivo, que em 1944, ao se criar no Rio de Janeiro uma instituição nacional para congregar os que se dedicavam a tais estudos, tendo como “finalidade precípua” o conhecimento mais extenso e profundo da língua portuguesa, o nome escolhido para a mesma foi Academia Brasileira de Filologia, nela se admitindo como ocupantes das 40 cadeiras não só lingüistas ou críticos textuais como Sousa da Silveira (aclamado presidente da instituição), Padre Augusto Magne (Vice-Presidente), Said Ali, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Ismael de Lima Coutinho, Matoso Câmara Júnior e outros, mas também especialistas em estudos literários como Afrânio Peixoto (o festejado autor dos *Ensaíos Camonianos*), Renato Almeida (grande folclorista) e Silvio Júlio de Albuquerque Lima (autor de obras de literatura comparada e de interpretação de textos da literatura brasileira). Ficou assentado pois que podem fazer parte da Academia como membros efetivos os especialistas em teoria da linguagem ou lingüística geral, em lingüística portuguesa, em crítica textual, e em ciências afins, como a história e a crítica literária entre outras.

Serafim da Silva Neto, na “Explicação” prévia do seu *Manual de Filologia Portuguesa* (1952), via a lingüística como “uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas”, e a filologia como a ciência que “encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas: filologia portuguesa, filologia indo-européia”¹⁹. Reafirmava pois a posição de Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis e tantos outros. Na “Introdução” da terceira edição (1956) do seu livro *Fontes do Latim Vulgar*, dizia o grande mestre:

Por *filologia portuguesa* devemos entender todos os estudos referentes à nossa língua e literatura. Não pareça estranho incluir-se a literatura no rol dos estudos filológicos, pois ela é a execução estética da matéria lingüística.

¹⁹ Assim está também na segunda edição “melhorada e acrescentada” (Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957, p. XI-XII).

E acrescentava mais adiante:

As pesquisas filológicas podem cingir-se a determinada fase da língua [estudo sincrônico] ou abranger todos os períodos, desde o início à fase atual [estudo diacrônico] ²⁰.

Portanto, no conglomerado de disciplinas que compõem a filologia portuguesa deviam figurar, conforme o parecer de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis, retomado por Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto e outros seguidores das lições dos dois eminentes linguistas e filólogos portugueses:

estudos de lingüística portuguesa sincrônica e diacrônica;
 história da literatura;
 estudos da literatura oral e do folclore;
 versificação portuguesa;
 crítica textual aplicada a textos em língua portuguesa.

5. O uso de *filologia* como equivalente a *crítica textual*.

5.1. Posições assumidas por Eugênio Coseriu, Herculano de Carvalho e Bertil Malmberg.

Já foi mencionado que Francisco Adolfo Coelho em 1881 propôs, para resolver o problema terminológico, o uso das seguintes expressões:

glotologia ou lingüística geral;
 glotologia ou lingüística especial (como a glotologia portuguesa);
 filologia [geral];
 filologia [especial] (como a filologia portuguesa).

Ficou patente em suas explicações citadas que para ele *filologia* (geral ou especial) designaria um complexo de ciências entre as quais a que hoje se denomina com mais frequência e mais adequadamente *crítica textual*.

Já foi mencionado também que Ferdinand de Saussure, nos cursos ministrados em Genebra entre 1906 e 1911, teria proposto que o nome *filologia* se destinasse apenas à ciência que tem como finalidade principal “fixar, interpretar e comentar os textos”, bem diversa da finalidade da lingüística geral.

O uso do termo *filologia* como equivalente a *crítica textual* é o que se observa largamente entre ensaístas italianos, mormente da segunda metade do

²⁰ Serafim, op. cit., p. 17.

século XX, em que tantas obras de fundamental importância têm dado inestimável contribuição ao estabelecimento mais preciso dos princípios teóricos dessa ciência e à aplicação dos mesmos ao estudo da gênese, da fixação e da interpretação dos textos, entre os quais os de língua portuguesa.

Por outro lado, três grandes figuras no campo da teoria da linguagem – o romeno Eugênio Coseriu, o português Herculano de Carvalho e o sueco Bertil Malmberg – em diferentes ocasiões propuseram em termos incisivos essa identificação.

Num trabalho pela primeira vez publicado em 1951, e reeditado em espanhol em 1986 com o título *Introducción a la Lingüística*, Eugênio Coseriu trata da confusão dos usos dos termos *lingüística* e *filología* e das explicações para o fato. Deixa bem claro, no entanto, o que no seu entender seria a melhor opção de uso:

En sentido estricto, por *filología* se entiende hoy comúnmente la *crítica de los textos* y, en su sentido mas amplio, *la ciencia de todas las informaciones que se deducen de los textos*, especialmente antiguos, sobre la vida, la cultura, las relaciones sociales y familiares, económicas, políticas y religiosas, etc., del ambiente en que los textos mismos se escribieron o a que se refieren.²¹

Em seguida Coseriu estabelece os limites com relação ao uso dos termos *lingüista* e *filólogo*, aplicáveis respectivamente a estudiosos das línguas ou a estudiosos dos textos como objetos materiais comuns mas como objetos formais distintos, visando a finalidades bem diversas.

O lingüista e crítico textual Herculano de Carvalho, tratando das dificuldades acarretadas pela polissemia do termo *filología*, falou na conveniência para “evitar mal-entendidos” de só se usar a palavra para designar o estudo dos textos “com vistas à sua fixação e interpretação”, tarefa que como sabemos é a da Crítica Textual²².

Bertil Malmberg, no livro de 1957 que em sua tradução espanhola tem o título de *Los Nuevos Caminos de la Lingüística* (México, Siglo XXI Editores, 1967), faz logo na introdução uma distinção entre os termos *lingüística* e *filología*, dizendo em relação a este último:

La lingüística es bien diferente de la *filología*, que estudia también el lenguaje, pero desde un punto de vista distinto.

²¹ Coseriu, op. cit., Madrid, Editorial Gredos, 1986, cap. I.- “Objeto de la Lingüística”, p. 11-19.

²² V. *Teoria da Linguagem*, tomo I, Coimbra, Atlântida Editora, 1967, p. 5, nota.

La filología se ocupa sobre todo de la interpretación de textos, si tomamos la palabra *texto* con el sentido mas lato posible. La tarea de la filología es, por lo tanto, establecer el contenido de un texto, en algun lenguaje.

[...] Determinar el estado original del texto, siguiendo la pista a los errores de los copistas e impresores, es el auténtico propósito de la critica de textos. (p. 1-2.)

5.2. Posição que assumimos até época recente: razões que nos fizeram compreender a necessidade de outra solução.

Foi essa mesma posição a que assumimos nós como professor do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, ao apoiarmos em 1963 a decisão de dar a uma das divisões do nosso Instituto de Letras como nova unidade universitária o nome de Departamento de Linguística e Filologia (sendo a outra o Departamento de Literatura), e mais adiante ao tomarmos a iniciativa de dividir a disciplina de Língua Portuguesa em dois setores: o de estudos de linguística especial portuguesa e o de estudos de crítica textual. Tendo adotado para o setor de crítica textual, pouco depois convertido em disciplina autônoma, a denominação de Filologia Portuguesa, organizamos para ele programas e atividades de pesquisa próprios, como a preparação de edições críticas e comentadas de autores brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX. Inclusive fizemos realizar em 1973 o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, o primeiro no gênero de que se tem notícia, cujo temário propunha exclusivamente o debate dos problemas teóricos da crítica textual e a aplicação dos seus princípios ao estudo dos textos da nossa língua, antigos, modernos e contemporâneos.²³

Essa posição nossa, sustentada firmemente durante vários anos, mas com muitas incompreensões por parte de outros colegas de magistério, nos fez ver afinal que são insolúveis os problemas da polissemia da palavra *filologia*, razão pela qual a matéria básica criada por nossa iniciativa no curso de Letras da UFF, de que fomos Titular e em cujo domínio obtivemos o título de livre-docente²⁴, depois de ter as denominações sucessivas de Filologia Portuguesa e Filologia / Crítica Textual, hoje se denomina Crítica Textual simplesmente, para que não paire mais nenhuma dúvida a respeito do seu campo de atuação. Por outro lado, na última divisão em setores do Instituto de Letras da UFF em

²³ Este congresso se realizou em novembro de 1973, sob o patrocínio da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Casa de Rui Barbosa, juntamente com a II Reunião Internacional de Camonistas, em sessões no auditório da Reitoria da UFF e no salão nobre do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

²⁴ Nossa tese de livre docência intitula-se *Sousa da Silveira / O Homem e a Obra / Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, e foi publicada em 1984 pela editora Presença, com prefácio de Pedro Nava.

1989 o antigo Departamento de Lingüística e Filologia se converteu em Departamento de Ciências da Linguagem, abrangendo como disciplinas básicas Lingüística Geral, Crítica Textual e Teoria da Literatura.

6. Soluções que se impõem ante os problemas da polissemia.

Tendo em vista o que acabamos de expor, dizemos nós para dar realce ao que nos parece absolutamente incontestável:

6.1. A palavra *filologia* é usada hoje não só no Brasil como em outros países com duas acepções principais: na acepção ampla que abarca um complexo de disciplinas como lingüística especial sincrônica e diacrônica, crítica textual, história e análise literária e várias outras; na acepção restrita de crítica textual.

A experiência mostra que é impossível impor o uso dessa palavra apenas num único sentido, pois não há como deixar de reconhecer a polissemia que a caracteriza em âmbito internacional e pois o direito de cada um dos especialistas em ciências da linguagem fazer a escolha que julgar mais conveniente. Assim sendo, devemos conformar-nos com a ambigüidade do sentido da palavra, não alimentando qualquer ilusão de que se resolva tal problema com a adoção de uma solução única, pois ele é com toda a certeza insolúvel.

Não há como impedir portanto que a palavra *filólogo* se empregue tanto em sentido geral como em sentido restrito para indicar apenas os estudiosos de crítica textual.

6.2. Sendo imperativa a aceitação da polissemia da palavra *filologia*, é necessário todavia que o seu uso se faça com as cautelas exigidas pela precisão e univocidade desejáveis na linguagem científica mais apurada, tendo-se sempre o cuidado nos casos que possam suscitar dúvidas de deixar bem nítido o sentido em que está empregada.

Por outro lado, não é admissível nos dias atuais dar a denominação de *filologia* aos estudos puramente de teoria da linguagem ou de lingüística geral, como os que compõem a obra principal de Eugênio Coseriu, a quem o rótulo de *filólogo* estaria mal aplicado, pois, como se vê pela leitura de sua extensa e tão valiosa obra de ensaísta, ele é acima de tudo um lingüista teórico ou especialista em teoria da linguagem.

6.3. Os que preferem usar a palavra *filologia* para designar as atividades compreendidas no âmbito da crítica textual – e não são poucos os que o fazem – podem solucionar os problemas da polissemia indicando com clareza a acepção em que tomam a palavra. Um exemplo de solução a ser considerado é

o do linguísta e filólogo italiano Giuseppe Tavani, com o uso da expressão *filologia textual*.²⁵

7. Filologia e Crítica Textual – Crítica Textual e Ecdótica.

Analisando as obras que compõem a bibliografia da ciência que trata da gênese dos textos, da sua transmissão através dos tempos, e das técnicas de reprodução cuidadosa dos mesmos e preparação das edições fidedignas ou de edições críticas, vemos que para designá-la, além da palavra *filologia* com os problemas da polissemia já apontados, têm sido usadas as denominações *crítica textual*, *crítica dos textos*, *crítica de textos*, *ecdótica* (com a variante *edótica*, de uso discutível), *crítica verbal*, a partir das décadas finais do século XIX; e *textologia* e *filologia textual*, já nas últimas décadas do século XX. O especialista em tal tipo de estudos tem sido denominado *filólogo*, mas como a palavra está igualmente marcada pela polissemia, entrou em cena mais recentemente a designação de *crítico textual*, que nos parece bastante clara e apropriada²⁶.

Como as atividades da crítica textual se desenvolvem em várias etapas distintas, e a cada uma delas tem de ser dada atenção especial, surgiram outras denominações para designá-las, entre as quais as de *estemática*, *variantística*, *crítica genética*, *hermenêutica* e outras mais. A expressão *crítica genética* deve ser objeto de algumas observações nossas em outro artigo, por estar muito em evidência nos dias atuais, como proposta de uma ciência nova, com objeto formal e finalidades próprias, e cujos fundamentos merecem análise detida, tendo em vista alguns equívocos propagados pelos seus divulgadores no Brasil.

Em resumo, podemos dizer a respeito das várias denominações para as atividades múltiplas da crítica textual:

²⁵ V. artigos incluídos na coletânea de ensaios de vários autores intitulada *Litterature Latino-Americaine et des Caraïbes du XX^e Siècle / Théorie et Pratique de l'Édition Critique* (Roma, Bulzoni Editore, 1988): em francês – *philologie textuelle* no artigo “Le Texte: son Importance, son Intangibilité”; em espanhol – *filologia textual* no artigo seguinte “Teoría y Metodología de la Edición Crítica”. Merecem leitura atenta as lúcidas considerações de Giuseppe Tavani nesses artigos a respeito da amplitude e importância das atividades de crítica textual.

²⁶ A expressão *crítico textual* é muito usada por Ivo Castro, professor da Universidade Clássica de Lisboa, no livro *Editar Pessoa* (Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990), que trata das suas profícuas e tão significativas atividades de coordenador do Grupo de Trabalho Para o Estudo do Espólio e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa: por exemplo, na página 20 ele declara que “a edição da obra completa de Pessoa será confiada a críticos textuais”.

7.1. As denominações de *crítica textual*, *crítica de textos* e *crítica dos textos* foram muito bem aceitas e disseminadas entre os tratadistas da matéria, e nos parecem realmente as que melhor definem os métodos e objetivos da ciência.

7.2. A expressão *crítica verbal* foi usada por Louis Havet, que deu ao alentado volume com que contribuiu para o progresso dos estudos clássicos o título de *Manuel de Critique Verbale Appliquée aux Textes Latins* (Paris, Librairie Hachette, 1911). Não teve todavia maior acolhimento.

7.3. O romanista Salomon Reinach, no seu substancioso *Manuel de Philologie Classique*, cuja segunda edição (a que possuímos) é de 1883 (Paris, Librairie Hachette), ao tratar das fontes dos textos clássicos, apresenta a seguinte definição, que envolve uma distinção bastante curiosa:

A Crítica dos Textos é a ciência das alterações a que os textos estão sujeitos, dos meios de reconhecê-las e de corrigi-las. A Ecdótica é a arte de publicar os textos ²⁷.

Por aí se vê que Salomon Reinach destaca a palavra *ecdótica* para indicar a parte culminante da crítica textual, ou seja, a “entrega” (publicação) do resultado final que restitui o texto à sua versão original ou ao que dela supostamente mais se aproxima. Infelizmente, não nos é possível verificar, o que demandaria longas pesquisas, a origem e outras ocorrências no século XIX anteriores ou posteriores da palavra *ecdótica*, cuja forma etimológica assim está registrada em verbete de autoria de Teresinha Marinho e Antônio Houaiss na *Enciclopédia Mirador* (vol. 7, p. 3534):

francês *ecdotique*, calcada no adjetivo grego *ékdotos*, ‘entregue, posto fora’, conexo com o substantivo grego *ékdosis*, ‘ação de produzir para fora’ e com o verbo grego *ekdídomi*, ‘produzir para fora’, correlato com o verbo latino *edere* (perfeito *edidi*), (supino *editum*), ‘pôr fora’, ‘pôr para fora’, donde ‘produzir’ e donde o substantivo derivado latino *editor*, ‘o que gera, produz; autor, fundador’. A forma *ecdótica* supõe a expressão grega *ekdotikē tékhne*, ‘arte de produzir’, donde o substantivo *ecdótica* pode ser também usado em sua função original de adjetivo.

No Brasil, somente se referiram com destaque ao registro da palavra feito por Salomon Reinach o professor Segismundo Spina e o autor deste artigo.

²⁷ Cf. Reinach, op. cit., p. 31: “La Critique des Textes est la science des altérations auxquelles les textes son sujets, des moyens de les reconnaître et d’y remédier. L’Ecdotique est l’art de publier les textes”.

Misteriosamente, na bibliografia estrangeira de crítica textual que conhecemos, os ensaístas que mencionam a palavra *ecdótica* demonstram não ter conhecimento da obra de Reinach em que ela aparece, e por isso, como veremos mais adiante, cometem erros de atribuição de primazia no emprego da mesma absolutamente incompreensíveis.²⁸

7.4. Em 1926, o monge beneditino Dom Henri Quentin, ao publicar os seus estudos sobre os manuscritos bíblicos e outros textos, deu à obra um título que geraria confusões: *Essais de Critique Textuelle (Ecdotique)*²⁹.

No início do prefácio ele afirma:

A ecdótica é a parte da crítica relativa ao estabelecimento e à edição dos textos. Nela geralmente não se vê senão uma arte exercida com mais ou menos virtuosidade pelo editor de acordo com os conhecimentos e habilidade técnica que possua a mais ou a menos.³⁰

Embora no título da obra Dom Quentin dê a impressão de identificar no uso as expressões *crítica textual* e *ecdótica*, percebe-se pela definição acima que ele também como Salomon Reinach usa *ecdótica* para referir a fase final do estabelecimento e da edição dos textos.

Já demonstramos que, ao contrário do que está dito no verbete citado da enciclopédia *Mirador* e em outros autores de muito nome, não é esta a primeira ocorrência da palavra *ecdótica* na bibliografia internacional: bem antes dela, existe pelo menos a de Reinach, já apontada.

7.5. No Brasil, quem provavelmente usou pela primeira vez a palavra *ecdótica* foi o professor Francisco da Silveira Bueno, Catedrático da Universidade de São Paulo, como se lê na página 144 dos seus *Estudos de Filologia Portuguesa* (São Paulo, Saraiva, 1946). Todavia, por motivo inexplicável, converteu a forma *ecdótica* em *edótica*, e assim ficou infelizmente registrado. Curiosamente, Silveira Bueno não incluiu entre os verbetes do seu *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*, em 12 volumes, nenhuma das duas formas da palavra.

²⁸ É o que se vê em obras de grande valor como *Principi e Applicazioni di Critica Testuale* de Aurelio Roncaglia (Roma, Bulzoni Editore, 1975), *Principi di Critica Testuale* de D'Arco Silvio Avalle (Padova, Editrice Antenore, 1978), *Manual de Crítica Textual* de Alberto Blecuca (Madrid, Editorial Castalia, 1983), *Breviario di Ecdotica* de Gianfranco Contini (Milano-Napoli, Riccardo Ricciardi Editore, 1986) e outros.

²⁹ Paris, Éditions Auguste Picard, 1926.

³⁰ Quentin, op. cit., p. 9: "L'ecdotique est la partie de la critique relative à l'établissement est à l'édition des textes. On n'y voit généralement qu'un art exercé avec plus ou moins de virtuosité par l'éditeur, suivant que celui-ci possède plus ou moins de connaissance, de flair et d'habileté technique."

A forma *edótica* tem sido usada em São Paulo por alguns dos antigos alunos da USP, como os professores Segismundo Spina e Edith Pimentel Pinto, apesar dos protestos bem fundamentados da crítica especializada.³¹

7.6. Já estando sendo usada a palavra *ecdótica* para designar a parte culminante da crítica textual (conforme acentuara Salomon Reinach) ou como sinônimo de crítica textual, um novo complicador entrou em cena com a proposta de dar o nome de *ecdótica* à ciência geral dos textos e de se reservar o nome de crítica textual a somente uma parte das suas atividades habituais. É o que se vê, por exemplo, em 1973, no livro *Principi e Applicazioni di Critica Testuale* do filólogo italiano Aurélio Roncaglia, e ele mesmo define a sua posição com as seguintes palavras:

A Crítica Textual constitui o núcleo central e propriamente filológico da Ecdótica [...].

A rigor, de fato, a noção de Ecdótica deve considerar-se mais ampla do que a noção de Crítica Textual, incluindo nela todos os aspectos da técnica editorial [...].³²

Aurélio Roncaglia insiste no erro de atribuir a Dom Quentin a primazia do uso de *ecdótica*. Na extensa bibliografia do seu livro não há referência a Salomon Reinach.

7.7. Em 1973 um novo termo ganhou realce com a publicação do livro *Introduction à la Textologie: Vérification, Établissement, Édition des Textes*, do filólogo Roger Laufer (Paris, Librairie Larrousse, 1972).

O autor assim explica o uso de *textotogia* no título da sua obra:

A palavra é empregada de forma corrente nos países de línguas eslavas. Ela foi criada por Tomachevski nos anos vinte e usada por ele no subtítulo de um livro publicado em Leningrado em 1928, *O Escritor e o Livro: Esboço de Textologia*.³³

³¹ O Professor Segismundo Spina é autor do primeiro compêndio de divulgação dos princípios da crítica textual no Brasil, a que deu o título de *Introdução à Edótica* (São Paulo, Cultrix, 1977), onde se divulgam importantes noções de crítica textual, mas também há afirmações insubsistentes que merecem reparo. Em 1994, saiu uma segunda edição “revisada e atualizada” desse livro, mas o professor Spina preferiu conservar o mesmo título e também no correr do texto da obra a forma (e não apenas grafia) *edótica*, que agora se apresenta como fato consumado.

³² Cf. Roncaglia, op. cit., Roma, Bulzoni Editore, 1975, p. 26: “La Critica testuale costituisce il nucleo centrale e propriamente filológico dell’*Ecdotica* [...]. A rigore, infatti, la nozione di *Ecdotica* deve considerarsi più estesa della nozione di Critica testuale [...]”.

³³ Cf. Laufer, op. cit., p. 5: “Le mot s’emploie couramment dans les pays de langues slaves. Il a été créé dans les années vingt par Tomachevski et employé par lui dans le sous-titre d’un livre publié à Leningrad en 1928, *L’Écrivain et le Livre: Esquisse de Textologie*”. [Do livro de Laufer há tradução brasileira, de Leda Tenório da Mota, revista por Vera Lúcia Bolognani e Dainis Karepoyš: São Paulo, Editora Perspectiva, 1980.]

Nas palavras preliminares Laufer define:

A textologia estuda as condições gerais da existência dos textos. Palavras, o vento leva; o que se escreve permanece: nem os textos, nem as leituras, contudo, escapam às investidas do tempo. A escrita se altera, muda o espírito. A textologia se empenha em assegurar a boa transmissão de certas mensagens. Ela faz parte, portanto, das ciências da comunicação, assim como a filologia clássica e medieval, das quais se distingue por sua menor extensão (tendo por objeto textos melhor conservados e culturalmente mais próximos), um desenvolvimento modesto (a filologia clássica reúne o saber de muitos séculos), mas uma maior abertura a um problema de hoje: a transformação da cultura ligada aos meios de comunicação de massa, o questionamento da tipografia e da escrita.³⁴

Por estas explicações, verifica-se que o filólogo tomou a palavra *textologia* para definir uma ciência que, identificando-se fundamentalmente com a crítica textual, se propõe todavia a tratar apenas dos textos modernos transmitidos por via tipográfica e inseridos no processo da comunicação de massa.

8. Conclusão.

Neste artigo, procuramos deixar bem claro:

8.1. Entre as palavras usadas para a designação da ciência dos textos, *filologia* e *ecdótica* estão definitivamente marcadas pelos problemas da polissemia. Por este motivo, aos usuários de tais palavras, por imposição da clareza que deve caracterizar a boa linguagem científica, impõe-se o cuidado de só se valerem das mesmas num contexto em que esteja bem especificado o sentido a elas atribuído, como opção de uso legítima e incontestável diante dos fatos comprovados a que fizemos referência. De fato, vimos com clareza que *filologia* no uso moderno tanto corresponde ao sentido amplo das definições

³⁴ Cf. Laufer, op. cit., p. 5: “La textologie étudie les conditions générales d’existence des textes. Les paroles s’envolent, les écrits demeurent: mais ni les textes, ni les lectures n’échappent aux atteintes du temps. La lettre s’altère, l’esprit change. La textologie s’efforce d’assurer la bonne transmission de certains messages. Elle fait donc partie des sciences de la communication, comme la philologie classique et médiévale, dont elle se distingue par une extension moindre (portant sur des textes mieux préservés et culturellement plus proches), un développement modeste (la philologie classique accumule le savoir de nombreux siècles), mais une ouverture majeure à un problème d’aujourd’hui: la transformation de la culture liée aux moyens de communication de masse, la mise en question de la typographie et de l’écriture”.

de Carolina Michaëlis e de Leite de Vasconcelos como ao sentido restrito de crítica textual; e que a palavra *ecdótica*, usada por Salomon Reinach e por Dom Henri Quentin para indicar a fase culminante da crítica textual, também é tomada para designar uma ciência de objetivos mais amplos, da qual a crítica textual seria a parte nuclear.

8.2. Não há a menor razão para justificar a substituição da forma *ecdótica* por *edótica*, esta última divulgada por infeliz iniciativa de Silveira Bueno em 1946, e adotada por Segismundo Spina: é uma palavra de cunho erudito, e não é a única que pode causar espécie aos iniciantes em estudos das ciências da linguagem, aos quais não restam outras alternativas senão conformar-se com o uso desta e de numerosas palavras ou expressões de aparência hermética ou então simplesmente rejeitá-las e substituí-las se possível por outras designações mais simples e adequadas.

8.3. A vantagem oferecida pelas designações *crítica textual*, *crítica de textos* ou *crítica dos textos*, de uso já tão generalizado, é que contribuem de imediato para a percepção do seu significado, sem necessidade de explicações etimológicas ou relativas a problemas de polissemia, que não as envolvem.

8.4. A melhor maneira de designar os especialistas em Crítica Textual sem deixar nenhuma dúvida a esse respeito é no nosso entender usar a expressão *crítico textual*, como tem feito Ivo Castro nos seus valiosos trabalhos. A palavra *filólogo*, pela sua polissemia, não se aplica exclusivamente a quem se dedica à crítica textual.

8.5. Quanto à palavra *textologia*, na verdade, pondo de lado a restrição de sentido que lhe impôs Laufer, consideramos que poderia merecer a atenção dos estudiosos, como uma das boas soluções para o problema terminológico em pauta, pois o sentido dos radicais que a constituem em nada impede que viesse também a ser aplicada à ciência dos textos de modo geral, tendo em vista a origem dos mesmos, a sua transmissão através dos tempos e reprodução em edições fidedignas e edições críticas, como está nos planos da crítica textual.

SOBRE O ENSINO DO IDIOMA NACIONAL
PROBLEMAS, PROPOSTAS E PERSPECTIVAS¹

† Eugenio Coseriu
Universidade de Tübingen

Neste trabalho, que ora traduzimos, trata Eugenio Coseriu, resumida mas luminosamente, dos principais caminhos que se podem trilhar, no ensino do espanhol, para levar a atual educação lingüística ministrada nas escolas dos países de língua espanhola a uma plena aprendizagem desejada por qualquer bom professor da disciplina e pela escola e sociedade como um todo. Insiste, dados os planos e escalões particulares a uma língua histórica, em que o professor de “língua” nacional amplie suas atenções e tarefas para se transformar num professor de “linguagem” a fim de que seus alunos, sem se preparem para ser lingüistas ou gramáticos, passem do conhecimento intuitivo com que chegam à escola a um conhecimento reflexivo da linguagem para estimular neles a criatividade lingüística.

Substituindo, no presente artigo de Eugenio Coseriu, as referências do idioma espanhol na situação do seu ensino nos países de língua espanhola ao português e à situação do seu ensino nos países de língua portuguesa, é fácil perceber que os caminhos e descaminhos no trato do tema são muito semelhantes e que o programa a ser proposto, neste último caso, para tentar reverter a situação, deve ser bem parecido. Este programa facilmente aponta quanto podem ser enriquecidos os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, da Secretaria de Educação Fundamental do MEC como guia de orientação para professores de Língua Portuguesa, quer no que concerne ao método analítico de descrição e análise do objeto de ensino, quer no que concerne ao método didático de transmissão de conhecimentos. Ainda o programa de Eugenio Coseriu põe na posição central dessas atividades do professor a variedade culta, que os *Parâmetros*, por falta de uma correta visão dela, em alguns momentos procura minimizar e caracterizar como exigência “de professores e gramáticos puristas”.

Evanildo Bechara

¹ Publicado inicialmente em *Philologica II*, 1989 (33-37) Salamanca, 1989

1. Os problemas do ensino do idioma nacional costumam ser apresentados, antes de tudo, com relação a “como ensiná-lo”. E o “como” é entendido em dois sentidos diferentes, mas que, com freqüência, ou se identificam ou se confundem: por um lado, refere-se, com efeito, ao MÉTODO DIDÁTICO (método de transmissão de conhecimento), por outro, ao MÉTODO ANALÍTICO, isto é, de descrição e análise do objeto que se há de ensinar (método para identificar os “fatos” que se pretende transmitir). Assim, tanto no didático quanto no analítico, aplicaram-se nas últimas décadas no ensino idiomático, isoladamente ou combinados, vários métodos: no analítico, praticamente, todos os métodos mais bem conhecidos, desde a gramática tradicional (em particular, em sua forma normativa) até a gramática transformacional e a pragmática. E se há de admitir que todos esses métodos fracassaram ou, pelo menos, não lograram os resultados desejados; isto, estranhamente, no que em particular diz respeito ao campo próprio do idioma nacional e, muito menos, no campo dos idiomas estrangeiros.

Já pelos anos de 1920 Américo Castro lamentava o “desconhecimento do espanhol” entre os espanhóis cultos, e observava que também as pessoas com educação universitária, ainda os egressos das Faculdades de Letras, escreviam “mal”. E depois de tantos anos a situação não mudou muito, apesar da aplicação de novos métodos didáticos e analíticos: nos países hispânicos, sem excluir a Espanha, se continua escrevendo “mal” em níveis culturais em que em outros países o normal é que se escreva “bem” ou, pelo menos, “corretamente”, isto é, de forma aceitável. Abundam os exemplos: desde os jornais até as teses de doutorado e os trabalhos científicos. Trata-se, pois, em grande parte, de uma situação especificamente hispânica que cumpre analisar. Onde estarão as deficiências e as dificuldades? Ter-se-á de buscá-las ou nos métodos de ensino e dos objetivos deste mesmo ensino ou no próprio objeto que se pretende ensinar? Já que os resultados também nos países hispânicos são, no seu conjunto, melhores em relação aos idiomas estrangeiros, faz isto supor que os males, neste caso, não estão nos métodos como tais, mas sim no objeto e nos objetivos do ensino; e que, em parte, se devem esses males também a uma peculiar atitude hispânica diante dessa forma fundamental da cultura que é a língua nacional.

2.1 Já o conceber o problema do ensino primariamente como problema de método é um erro de perspectiva; erro quase sem conseqüência em casos em que os problemas prévios são resolvidos sem dificuldade ou que se acham implicitamente resolvidos, porém com conseqüências muito graves no caso particular do idioma nacional. A rigor, o problema do ensino deve ser posto antes de tudo como problema do “quê”, ou seja, do objeto que se há de ensinar,

e do “para que”, isto é, dos objetivos do ensino. O problema dos métodos é racionalmente secundário, não por ser menos importante, mas porque só pode ser posto com sentido depois da delimitação do objeto e dos objetivos do ensino. Com efeito, os métodos analíticos ganham valor pela sua adequação ao objeto; e os métodos didáticos, pela sua adequação aos objetivos. Temos, portanto, a seguinte ordem racional:

- a) Delimitação do objeto que se deve ensinar.
- b) Determinação dos objetivos do ensino.
- c) Determinação dos métodos adequados à análise do objeto.
- d) Determinação de método didático.

2.2 O objeto deve abarcar: a) aquilo que os alunos simplesmente NÃO SABEM; b) aquilo que SÓ SABEM DE MANEIRA INTUITIVA e que se há de levar ao plano da reflexividade. E a finalidade do ensino deve ser o manejo reflexivo, por parte dos alunos, tanto do já sabido como do aprendido. Destes dois pontos de vista, o ensino dos idiomas estrangeiros se encontra numa situação mais favorável do que o idioma nacional. Para o ensino de idiomas estrangeiros, o objeto está de antemão delimitado: trata-se, em cada caso, de UMA língua, em UMA forma, em geral, bem determinada e que se pode estudar contrastivamente (a partir da língua nacional, que se dá por consabida); e a reflexividade, neste caso, se dá quase automaticamente, pelo próprio fato de se tratar de matéria não conhecida antes de sua aprendizagem.

No caso do idioma nacional, ao contrário, o objeto, por um lado, sobrepassa à “língua” como tal e, por outro lado, não está bem delimitado no próprio plano da língua. Por essas mesmas razões, os objetivos do ensino se tornam imprecisos. Com freqüência, parte-se da idéia de que o aluno já conhece a língua nacional e se lhe ensina sobretudo um método para descrevê-la e analisá-la; as mais das vezes esse método se reduz a uma nomenclatura para fatos que se supõem sabidos ou intuitivamente identificados. Ou seja, os alunos não aprendem “linguagem” mas tão-somente uma “metalinguagem” lingüística e gramatical (é, mais ou menos, o que A. Castro queria dizer quando se referia ao fato de que se ensinaria “gramática” e não “língua”).

3.1 Antes de mais nada, o saber falar não é só “língua”. No saber lingüístico de que os falantes fazem uso quando falam, na chamada “competência”, há que se distinguir, como na linguagem em geral, um plano biológico e um plano cultural; e no plano cultural se há de distinguir três escalões: o *universal*, o *histórico* e o *particular* ou circunstancial. No plano biológico, o saber lingüístico é *saber psicofísico*: poder manejar os mecanismos

psicofísicos do falar; o plano cultural é, de acordo com os três escalões: *saber elocucional* (saber falar em geral), *saber idiomático* (conhecer um idioma determinado) e *saber expressivo* (saber estruturar discursos em situações determinadas). A suficiência do saber lingüístico manifestado no falar nestes três planos e escalões é o que se pode chamar (e com freqüência se chama), respectivamente, o *normal*, o *congruente*, o *correto* e o *apropriado*.

3.2 O objetivo do ensino da linguagem em geral é o de alcançar a suficiência (a conformidade com as normas) em cada um destes planos e destes escalões. É certo que o “normal” não é assunto do professor de idioma, pois diz mais respeito a disciplinas pertencentes à medicina; todavia, os professores das primeiras séries e ainda os professores de idioma se vêem amiúde obrigados a (tratar de) corrigir também vícios “biológicos”.

No plano cultural, ao contrário, supõe-se tacitamente, dada a redução geral da educação lingüística (em particular, pela decadência da retórica), que o professor de idioma nacional deve atender também ao saber elocucional e ao saber expressivo, ou seja, que se lhe exige ser professor de “linguagem”, e não só de “idioma”.

4.1 Ora, as deficiências mais graves do falar espanhol nos países hispânicos correspondem ao saber elocucional e, em menor medida, ao saber expressivo. Quase todos os exemplos que se apontam de um “escrever mal” em ESPANHOL são na realidade exemplos de incongruência e, ocasionalmente, de impropriedade expressiva: não se trata, a rigor, de “desconhecimento do espanhol” mas, na maioria dos casos, de desconhecimento ou descuido de normas elocucionais ou expressivas. Resulta daqui, em grande parte, no ensino, o fracasso dos diferentes métodos analíticos e didáticos, que concernem, antes de mais nada, ao plano idiomático.

4.2 Para o ensino do saber elocucional e do saber expressivo, o professor de idioma nacional necessitaria, em sua forma aplicada, de uma LINGÜÍSTICA DO FALAR EM GERAL e de uma LINGÜÍSTICA DO DISCURSO; lamentavelmente, a lingüística do falar em geral não existe como tal, nem mesmo quanto disciplina descritiva. E a lingüística do discurso está se desenvolvendo em nossos dias como disciplina descritiva, porém muito menos como disciplina aplicada. O professor de idioma nacional deve, portanto, elaborá-las mais ou menos intuitivamente, de acordo com as necessidades imediatas e as condições do ensino, que é precisamente o que por tradição retórica se faz explícita ou

implicitamente em outros países. A este respeito, porém, o professor enfrenta, não só na Hispanoamérica mas também na Espanha, com a atitude negativa aludida acima. Os falantes, ainda os cultos, se conformam com falar de qualquer modo, “desde que se entenda”; e os professores de outras disciplinas, embora apontando às vezes, nos escritos dos alunos, erros elocucionais ou expressivos, não os corrigem se o “conteúdo” específico dos escritos for aceitável: entende-se que o cuidado da expressão está a cargo do professor de idioma (e este entende com frequência que sua tarefa se limita ao saber idiomático).

5.1 No plano do saber idiomático como tal, é preciso delimitar o objeto que se há de ensinar dentro da variedade da língua histórica. Com efeito, neste plano o espanhol se apresenta, precisamente, como *língua histórica*, ou seja, como língua estabelecida historicamente e delimitada como tal em face de outras línguas, porém com notável variedade interna diatópica (no espaço), diastrática (nos estratos socioculturais das comunidades hispânicas) e diafásica (segundo as circunstâncias do falar): é um conjunto complexo de “dialetos”, “níveis” e “estilos de língua” que, em cada caso, interferem uns nos outros.

Por outro lado, por cima dos dialetos primários, temos a *língua comum* espanhola; e por cima da variedade regional e cultural da língua comum, a *língua exemplar*. Que tipo de espanhol deverá ser ensinado?

A língua histórica é objeto da lingüística, mas não pode ser objeto do ensino, da educação idiomática. O que se há de ensinar é: a) o espanhol exemplar atual; b) a língua da tradição cultural comum (ou o que se quer que seja comum) das comunidades hispânicas.

5.2 Aqui, entretanto, nos encontramos com novas dificuldades no que toca ao ensino do idioma nacional em geral e ao ensino do espanhol em particular. Quase sempre, o ensino do idioma nacional é muito mais complexo do que o de um idioma estrangeiro. Para os idiomas estrangeiros, limitamo-nos somente a uma determinada exemplaridade atual. No caso do idioma nacional, ao contrário, há de se ensinar também a língua da tradição cultural, ou seja, várias exemplaridades pretéritas. Por outra parte – e isto já se refere ao próprio mundo hispânico –, os idiomas estrangeiros que se ensinam na escola se acham mais bem fixados do que o espanhol e, em parte, se apresentam mais unitários em seu nível de exemplaridade. Em espanhol, por um lado, o exemplar não está claramente fixado em suas formas, conteúdos e procedimentos; por outro lado, no mundo hispânico temos uma série de exemplaridades regionais e, ao mesmo tempo, pelo menos como tendência, uma “superexemplaridade” hispânica (na morfossintaxe e no léxico, embora não na fonética). Portanto, se

no caso de um idioma estrangeiros nos podemos limitar a uma só exemplaridade relativamente bem conhecida, deixando aos especialistas o cuidado com outras exemplaridades da língua da tradição cultural correspondente, o mesmo não se pode fazer em relação ao idioma espanhol. Neste caso há que se ensinar uma exemplaridade ainda vacilante e, ao mesmo tempo, pelo menos o essencial de outras exemplaridades, à medida que isso seja necessário para a aquisição da cultura pan-hispânica.

5.3 Também neste plano se terá de distinguir entre o que os alunos simplesmente NÃO SABEM e o que eles não sabem de maneira reflexiva. Sustentou-se que se teria de “ensinar língua e não gramática”: declaração infeliz, por ser certa e falsa ao mesmo tempo. É certo que se há de ensinar LÍNGUA, porque os alunos não sabem TODA a língua que se lhes deve ensinar, mas sim só sabem uma pequena parte dela. Também é certo que no ensino fundamental e médio não cabe ensinar gramática como disciplina e nomenclatura gramatical: o que se há de ensinar é o saber idiomático como tal, que implica o conhecimento das estruturas e procedimentos gramaticais da língua correspondente. O objetivo do ensino idiomático não consiste em que os alunos se convertam em lingüistas e gramáticos, mas que adquiram conhecimento reflexivo e fundamentado das estruturas e possibilidades de sua língua e cheguem a manejá-la de maneira criativa. Porém, se a gramática (como DISCIPLINA GRAMATICAL) não pode ser o objeto próprio do ensino idiomático – sendo este o saber idiomático, a língua –, a mesma gramática pode e deve ser seu INSTRUMENTO, já que representa precisamente o passo de um conhecimento intuitivo a um conhecimento reflexivo, isto é, fundamentado e justificado. O mesmo cabe dizer da lingüística em geral, que, neste nível, só pode ser instrumento e não objeto de estudo. E ainda a gramática como nomenclatura não é de nenhum modo supérflua; porém serve só depois do passo do intuitivo para o reflexivo, para fixar um conhecimento já adquirido.

6.1 Os métodos analíticos subjacentes à aplicação no ensino devem corresponder em cada caso ao objeto estudado. Em nossa opinião, a gramática transformacional corresponde ao plano do falar em geral e, assim, ao saber elocucional; a gramática funcional, ao plano das línguas e do saber idiomático; e a lingüística do texto ao plano dos discursos e do saber expressivo. Em particular, a gramática transformacional, bem entendida e feita com plena coerência, não é – nem sequer quando é aplicada a tal língua determinada – estudo efetivo de uma língua quanto saber propriamente idiomático, e sim se aplica melhor no estudo do “falar POR MEIO de uma língua; mas, precisamente

por isto, contém importantes particularidades concernentes ao saber elocucional: particularidades que ela teria de explicitar, ordenar, completar e desenvolver.

6.2 Por sua parte, os métodos didáticos devem corresponder aos objetivos do ensino. Se se admite que os objetivos têm de ser os que indicamos, significa isto que o professor de idioma nacional, além de possuir o saber lingüístico nas três formas que deve transmitir, deveria conhecer a gramática transformacional (na medida que esta coincide com uma gramática do falar em geral), a gramática funcional de várias formas do espanhol e a lingüística do texto; porém não deveria ensiná-las como tais: deveria melhor aplicá-las com inteligência e tato, por meio de exercícios práticos e comentários, de tal modo que permitisse aos alunos saber passar do conhecimento intuitivo ao conhecimento reflexivo da linguagem e estimular neles a criatividade lingüística.

7 O programa que se acaba de delinear, com os objetivos que propusemos, é, sem dúvida, imenso. Porém, parece-nos necessário, diante da situação atual da educação lingüística no mundo hispânico. Entre outras coisas, nosso programa implica: a) que ao ensino idiomático se lhe deveria dedicar nas escolas muito mais tempo daquele que atualmente lhe é atribuído; b) que os professores de qualquer disciplina deveriam ser ao mesmo tempo “professores de linguagem” e atentar também para a expressão lingüística em cada uma de suas matérias; c) que cumpriria combater publicamente a atitude negativa das pessoas em relação à educação lingüística em nossos países.



Nota da Redação

Ao concluir a tradução do presente artigo, chegou-nos a dolorosa notícia do falecimento de Eugenio Coseriu, ocorrido em Tübingen, no dia 7 de setembro último, aos 81 anos. O grande lingüista desde muito estava ligado ao Brasil e, mais recentemente, ao Liceu Literário Português, para cujo Instituto de Língua Portuguesa proferiu vários cursos, comparecendo aos congressos por ele promovidos. A profundidade de sua cultura e a excelência de suas lições encontram no Instituto de Língua Portuguesa um dos seus mais ardorosos discípulos. Brevemente, a *Confluência*, revista que se honra pela sua colaboração constante, programará um número especial em homenagem ao Amigo e Mestre sempre presente em nossa admiração e eterna saudade.

CONTRIBUIÇÃO PARA O TRATAMENTO DE PREPOSIÇÕES NUM DICIONÁRIO ESPANHOL/ PORTUGUÊS

Valter Kehdi
USP

Geralmente apresentadas como palavras vazias de sentido, cujo valor semântico aflora em contextos variados, as preposições são normalmente arroladas em ordem alfabética, com a especificação de usos e sentidos em que não se percebe um valor *básico* a partir do qual possam ser explicados os demais. Não temos dúvida de que é essa forma de apresentação a responsável pela impressão generalizada (frise-se, contudo: incorreta) de que o estudo das preposições é um dos capítulos mais complexos de nossas gramáticas e o uso correto desses elementos de relação é um desafio permanente ao aprendiz/ usuário de qualquer idioma.

A coincidência geral no uso das preposições em português e em espanhol, antes de constituir um fator de facilitação representa uma dificuldade a mais no domínio dos dois idiomas, dadas as enormes semelhanças que existem entre eles e que, com frequência, encobrem armadilhas que os lingüistas denominam “zonas de interferência”.

Pelo exposto acima, resolvemos, aqui, desenvolver alguns aspectos vinculados a esse tema, sobretudo com o objetivo de mostrar que é possível sistematizar e explicar alguns fatos que são retidos como mera questão de uso; esperamos, também, que nossas considerações contribuam para um tratamento mais adequado das preposições na elaboração de um dicionário espanhol/ português. Não é nossa intenção exaurir um problema que ultrapassaria os limites de um pequeno artigo.

Enfoquemos, inicialmente, algumas preposições comuns aos dois idiomas, salientando os casos em que não há correspondência perfeita de usos.

À preposição *de*, quando exprime local de procedência, corresponde, em espanhol, a preposição *desde*:

Escreveu-me *de* Buenos Aires / Me escribió *desde* Buenos Aires

Da janela vê-se um jardim / *Desde* la ventana se ve un jardín

Embora os pares correlativos recomendados pela norma culta sejam *desde... hasta e de ... a*, é freqüente, aqui, a substituição de *desde* por *de*:

Há venido andando *desde/de* su casa a la mia

Com valor de ponto de partida, *desde* temporal é usado em português e em castelhano:

Estou aqui *desde* o dia 9 / Estoy aquí *desde el* dia 9

Como as noções de espaço e tempo se associam estreitamente, podemos constatar que, em espanhol, se desenvolve o emprego extensivo de *desde*, em oposição ao português, que só o aplica com valor temporal.

Antecedendo nomes de transporte, com valor de meio, a preposição *de* é substituída em castelhano, pela preposição *en*:

Viajei *de* trem (avião, carro,...) / Viaje *en* tren (avión, auto,...)

Cumprе ressaltar que, aqui, outras línguas românicas, como o francês e o italiano, também utilizam as preposições *en* e *in*, respectivamente, uso coerente com a noção de interioridade. Nesse caso, o emprego de *de*, em português, expressando meio ou modo, aponta não só para uma mudança de uso, mas, sobretudo, para uma mudança de enfoque. Confirma-o o fato de que ocorre em nossa língua a utilização de *em* com valor de interioridade (Ele está *na* sala). Lembre-se, ainda, que em espanhol é perfeitamente possível o uso de *de* com valor de modo/ meio (Ha salido *de* paseo).

Entre, em espanhol, rege os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas do singular nas formas retas, ao contrário do que ocorre em português:

entre ti e mim / *entre* tú y yo

A explicação para esse fato reside em que, em frases mais completas, após a preposição *entre*, os pronomes pessoais correspondem aos agentes; cf.: *Entre* tú y yo lo haremos.

Observe-se que em nossa língua, quando o primeiro membro do conseqüente dessa preposição é um substantivo, o pronome pessoal pode vir em forma nominativa ou oblíqua, sendo preferível esta última:

Entre minha irmã e *ti* (*tu*) que foi que houve?¹

Idêntica construção ocorre em espanhol: “*entre* mi oficial y yo hicimos este retablo” (Caballero, *Cuentos* 51), explicável pelo distanciamento do pronome relativamente à preposição. O maior afastamento de um elemento implica, com freqüência, alterações sintáticas; haja vista alguns casos de

¹ Gramática da língua portuguesa, p. 558.

concordância nominal e/ou verbal: O livro e a caneta eram *novos* / Era *novo* o livro e a caneta.

Com relação a *sob*, a preposição correspondente em castelhano é *bajo*; mantém-se a forma *so* apenas nas construções *so capa*, *so color*, *so pena* e *so pretexto*. Atente-se para o barbarismo *bajo este punto de vista*, que deve ser substituído por *desde este punto de vista*, em conformidade com o que se disse, acima, a respeito do emprego de *desde*.

Razões de ordem fonética, bem como possíveis homonímias, contribuíram para que *so* fosse substituída. Recorreu-se ao adjetivo *bajo*, empregado inicialmente como advérbio; em seguida, formou-se a locução prepositiva *bajo de*; finalmente, com a supressão do *de*, obteve-se a preposição simples *bajo*, que se divulga a partir dos séculos XVII/ XVIII. Também em português tivemos a forma *so* (séc. XIII), substituída pela divergente semiculta *sob* (séc. XIV).

Inexistente em português, a preposição *hacia*, contração do castelhano arcaico *faze a*,² deve-se traduzir por “em direção a”, “para” (ou “por volta de”, com referência a horas). Reproduzimos abaixo observação do *Esbozo de una nueva gramática...*:

“Sirve para indicar el lugar en que, sobre poco más o menos, está o sucede alguna cosa, y para señalar a donde una persona, cosa o acción se dirige: *Hacia allí está El Escorial*; (...); *Voy hacia mi tierra*; (...)” (p. 441, k).

Da citação acima se inferem as conexões com *a* e *para*, muito bem percebidas por Gonzalo Correas (1570-1631), que, em sua *Arte de la lengua española castellana*, observa:

“(...) la diferencia que ai entre *para*, *i hazia* es que *para* determina lugar zierto, a lo menos con más zerteza, como *voi para la iglesia*, *voi para italia*; *hazia* denota encaminarse a la vanda del lugar que se nombra, no determinante a él; *a* le señala con toda zerteza: *voi hazia Salamanca*, *a Texares*”. (p. 341)³

A citação aponta para a necessidade de especificação da diferença entre *a* e *para*, o que também não escapa à argúcia de Correas, conforme o atesta o trecho seguinte da mesma obra:

“Algunas vezes la confunden [a la prep. *a*] con *para*, i ponen una por otra, no rreparando, como se entienden em su lengua todos, pero ai distinzión,

² Corominas, J. – *Breve diccionario etimológico...*, s.v. *hacia* (p.313)

³ Cf. Alvar&Pottier – *Morfología histórica del español*, § 182.1, p.290.

como *voi para Italia*, es *ir hazia Italia*, *voi a Italia* es *ir determinadamente a Italia*, a estar o negociar em ella”. (p.150)⁴

Quanto à oposição entre *a* e *para* com relação a nomes de lugares, o português apresenta um uso diferente do espanhol; considerando-se que *para* é uma preposição composta, formada de *per+ad*, era natural que, reforçada, servisse para exprimir demora. Daí, a diferença entre: Vou *ao* Rio (por pouco tempo) e Vou *para* o Rio (por muito tempo), embora seja comum no português do Brasil a tendência a privilegiar *ir para...* em detrimento de *ir a...* (sem contar o uso popular *ir em...*). No caso do castelhano, *para* passou a substituir *hacia* com certa frequência, o que determinou outro tipo de diferenciação, como se explicitou acima.

Passemos a examinar duas construções de preposição + infinitivo.

A preposição *sobre*, quando rege infinitivo com a idéia de “além de”, deve ser traduzida em espanhol por *trás (de)*:

Sobre ser culpado, é o que mais eleva o grito / *Tras (de)* ser culpado, es el que más levanta el grito.

Em nossa língua, a preposição *trás* arcaizou-se, sendo substituída por *atrás de, depois de, após*. Em espanhol, conserva certa vitalidade:

Voy *trás* ti

Trás la primavera, el verano⁵

A segunda construção, representada por *de* + infinitivo, com valor condicional, corresponde, em português, a *a* + infinitivo:

De tener tiempo, iré con vosotros (=si tengo tiempo...)

Provavelmente por influência de expressões condicionais como *de otro modo, (en el) caso de, de no*, a preposição *de* passou a concorrer com *a*, que, como em português, ainda exprime condição em construções em que rege o infinitivo:

A juzgar por su aspecto, tiene mucho dinero (= Si juzgamos...)

Cumprе assinalar que *de* + infinitivo só adquire valor condicional quando anteposta à oração principal (à semelhança de *a* + infinitivo); posposta, apresenta normalmente valor causal:

Está agotado *de* trabajar

⁴ Id. – *ibid.*, § 181.1, n.7, p.289.

⁵ Exemplos extraídos do *Esbozo...*, p.443, r.

Não poderíamos deixar de fazer referência a uma tentativa de estudo sistemático das preposições, proposto por um lingüista de orientação guillaumiana, que se destaca como hispanista, Bernard Pottier. Em um esclarecedor ensaio intitulado “Espacio y tiempo en el sistema de las preposiciones”⁶ estabelece o autor dois valores básicos para as preposições: movimento e situação; em cada um deles, são analisados os traços de espaço, tempo e noção, com as respectivas correlações, a partir das quais os usos específicos e variados ficariam facilmente explicados. Não podemos deter-nos numa tentativa de aplicação dessa proposta, que, com toda a certeza, contribuiria para aprofundar muitas das observações por nós apresentadas. Ressaltamos, contudo, tratar-se de um veio de pesquisa urgente e altamente estimulante.

Não nos detivemos nos usos da preposição *a* antes de objeto direto (sobretudo quando o traço humano é mais perceptível), em espanhol, uso esse não estranho ao português, sendo que, no idioma vizinho, essa construção repercute no emprego dos pronomes pessoais, gerando o *leísmo* (e suas correlações com o *laismo* e o *loísmo*), em virtude da multiplicidade de posições relativas a esse problema, o que exigiria um longo ensaio específico.

BIBLIOGRAFIA

A. TEXTOS TEÓRICOS

- ALVAR, M & POTTIER, B. – *Morfología histórica del español*. Madrid, Gredos, 1983. (Manuales, 57)
- MORENO, Concha & TUTS, Martina – *Las preposiciones. Valor y función*. Madrid, Sociedad General Española de Librerías – SGEL, 1998.
- POTTIER, Bernard – *Lingüística moderna y filología hispánica* (versión española de Martín Blanco Álvarez). Madrid, Gredos, 1970 (*Estudios y Ensayos*, 110).
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA – *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid, Espasa-Calpe, 1974.
- VAZQUEZ CUESTA, Pilar & LUZ, Maria Albertina Mendes da – *Gramática da língua portuguesa* (trad. de Gabriela de Matos e Ana Maria Brito). Lisboa, Ed. 70/Martins Fontes, 1980.

⁶ Cf. *Lingüística moderna...*, p.144-53.

B. DICIONÁRIOS

BECKER, Idel – *Dicionário espanhol-português e português-espanhol*. 9.ed., São Paulo, Nobel, 1980.

_____ – *Pequeno dicionário espanhol-português*. São Paulo. Ed. Nacional, 1945. .

_____ – *Grande dicionário latino-americano português-espanhol*. São Paulo. Nobel, 1983.

COROMINAS, J. – *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. 3.ed. Madrid, Gredos, 1983.

O PROFESSORADO DE PORTUGUÊS ANTE PROBLEMAS DO ENSINO: ANÁLISE CRÍTICA DE SEU DESEMPENHO EM UM CONCURSO PÚBLICO

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
UFF

1. Introdução

O ensino de Português tornou-se o principal objeto, já há algum tempo, de meus estudos e pesquisas. Na verdade, a minha trajetória acadêmica, a partir dos anos 80, vem sendo a de traçar, através de cursos na Universidade Federal Fluminense, orientações de dissertações e teses, palestras, artigos, debates com professores de colégios, uma política de ensino do Português, que o torne mais produtivo, fundamentando-me para isso em conhecimentos que julgo mais pertinentes em várias áreas da pesquisa lingüística contemporânea. Em cada uma dessas áreas busco encontrar subsídios úteis para os inúmeros desafios com vistas a uma prática pedagógica que venha a contribuir para a formação de leitores e produtores textuais competentes, afinal o real objetivo do ensino da língua materna.

Nos dias atuais, não se pode ignorar que a produção de lingüistas brasileiros na área de *Lingüística e ensino de Português* é das mais profícuas, contando com um elenco significativo de publicações (obras, revistas especializadas¹, artigos, monografias finais de pós-graduação). Muitos destes trabalhos são relatos de experiências pedagógicas bem sucedidas. Alguns são textos que alcançaram certa divulgação, embora só quase no âmbito universitário, infelizmente, que se caracterizam, quase todos, pela preocupação de seus autores em orientar alunos de Letras e professores de Português, sugerindo-lhes atividades de ensino da língua fundamentadas pelas perspectivas abertas pelos lingüistas. Defendo, contudo, que a preocupação com a formação dos professores deve partir de uma reflexão crítica sobre o porquê ainda de práticas improdutivas recorrentes nas salas de aula, e não de uma suposta necessidade de atualização teórica em si, como elemento condicionador da mudança. Citaria como utilíssimos, dentro desta orientação, os trabalhos, entre

¹ Por exemplo, a revista *Trabalhos em Lingüística Aplicada* da UNICAMP, com 40 números publicados.

vários outros, de Eglê Franchi *E as crianças eram difíceis...* : a redação na escola² e o de Ângela Kleiman, *Oficina de leitura: teoria e prática*³.

A universidade brasileira, através de orientações teóricas muito diversificadas (objeto para uma pesquisa interessante!), até mesmo entre os docentes de uma mesma universidade, vem cumprindo o seu papel de dar aos futuros professores uma formação lingüística eficiente? Outro objeto para pesquisas. Este artigo intenta mostrar (é apenas uma avaliação sobre o desempenho de um grupo de professores) que não. Esta diversidade de posições teóricas, não se nega, é enriquecedora para o debate acadêmico. Penso, contudo, que os cursos introdutórios de Lingüística devem, em cada universidade, representar um consenso entre os professores do setor. Que convivam, no setor de Lingüística, os gerativistas, os diversos funcionalistas, os variacionistas, os seguidores da análise do discurso desta ou daquela linha teórica! Mas que a formação lingüística inicial, de caráter mais geral, não fique à mercê da orientação deste ou daquele professor. Afinal, um dos objetivos dos cursos optativos é que os alunos já possam escolher, em sua grade curricular, o que mais lhes despertar interesse no campo da Lingüística: um curso de Sociolingüística ou um de Lingüística do Texto, disciplinas cujo objeto já tenha sido delineado nos cursos básicos.

Já o espaço que deveria ser reservado à reflexão sobre o ensino do Português é, até onde sei, muito limitado, não propiciando, assim, a desejável interação da pesquisa lingüística com práticas a serem desenvolvidas na sala de aula. Acolho, em mais este texto meu, as palavras incisivas de Salomão (1997:153) a tal propósito:

De fato, nos cursos de Letras, em que se ensina - Lingüística-para-valer, a tendência geral é “ensinar Lingüística para que o aluno venha a saber lingüística”, não para que ele se capacite para pensar sobre pedagogias da linguagem!

Se esta é a realidade – e temos fortes razões empíricas para pleitear que seja assim – não há “mudança de programa”, “reforma curricular” ou “curso de reciclagem” que dêem conta: o professor, já na sua formação, apresenta-se desequipado para produzir o almejado *saneamento* do ensino da linguagem⁴.

Muitos professores, uma vez formados, têm retornado à Universidade, em busca de atualização. Mas são retornos descontinuados, para um congresso,

² São Paulo: Martins Fontes, 1986.

³ Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

⁴ Salomão, Maria Margarida Martins. Lingüística e ensino de Português. In: *Língua e linguagem em questão*. Organizadora: Maria Tereza G. Pereira. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

simpósio ou encontro, em que até recebem observações úteis voltadas para o ensino, que carecem, no entanto, de uma orientação contínua, ou investem – uma minoria! – num programa de pós-graduação, com alguma possibilidade então de desenvolverem uma pesquisa voltada para o ensino da língua.

Não me parece, em contacto, há muitos anos, com expressivo número de professores de Português, em razão da minha linha de pesquisa, que, mesmo em grandes centros urbanos e mesmo com toda a literatura publicada, intermediária entre a pesquisa lingüística e o ensino / aprendizagem da língua nos níveis fundamental e médio, a maioria do professorado de língua materna se sinta segura, fundamentada, para uma boa prática pedagógica, isto é, para uma prática consciente, crítica em relação à sua própria atuação docente. A falta de um embasamento lingüístico consistente, bem assimilado, de nosso professorado está vinculada ao problema da formação desse professorado, vale dizer, como a Universidade vem desempenhando esta sua função. O redirecionamento do ensino, sabemos, está na dependência de vários fatores; o principal deles, a meu ver, é a formação adequada do magistério, como carreira que venha a ser de fato valorizada pelas políticas governamentais.

Estará a maioria do professorado fundamentada para se posicionar ante os problemas centrais do ensino, a começar por ter claros o objeto e o objetivo do ensino da língua materna? Estará apta a estimular os alunos a perceberem, explicarem e utilizarem as variações da língua, sem desconsiderar a importância básica de alcançarem eles um domínio satisfatório da variedade padrão? Eis um problema agravado porque, na maioria dos manuais didáticos, não se observa um tratamento sistemático da variação lingüística, que, afinal, caracteriza o domínio da língua. A despeito até mesmo de medidas institucionais de divulgação de uma perspectiva não gramatical de ensino da língua, ensinar ou não gramática, ou que tipo de gramática ensinar, continuam sendo questões não resolvidas, ou, pelo menos, ainda tidas como muito problemáticas e polêmicas pelos professores e também pelos especialistas voltados para o assunto. E no que diz respeito à leitura, à compreensão de textos? Consultando também algumas séries didáticas para avaliação deste aspecto fundamental do ensino, é flagrante, com poucas exceções, o despreparo de seus autores no tocante às atividades concernentes à leitura, com inevitáveis reflexos sobre a prática dos professores, freqüentemente seguidores acríticos do manual adotado. Embora julguem os compêndios escolares relevante o trabalho com a compreensão textual, falham pela orientação com que lidam com os textos selecionados, principalmente quanto a uma errônea noção de compreensão como simples decodificação, longe estando ela de ser encarada como um processo criador, ativo e construtivo que não se reduz à informação estritamente textual. Por fim, no concernente à produção textual, Brito (1997:117) proclama

contudentemente: “Afinal, para que tem servido o ensino de português, se o estudante ‘não aprende’ o domínio real da escrita?”⁵ Na verdade, o ensino reconhecidamente precário da língua se evidencia sobretudo no “escrever mal”, como proclama a maioria dos professores de qualquer matéria, ao enfatizarem o deficiente uso da língua por parte de seus alunos, quando chamados a produzirem mensagens escritas. Estará a maioria do nosso professorado consciente das causas de tal desempenho, ou dirá genericamente apenas que os alunos “escrevem mal” – sem precisar o que entende por tal – porque não costumam ler?

2. A prova de português: análise de suas questões

Este artigo intenta mostrar a deficientíssima formação lingüística e domínio da língua de um grupo expressivo de professores em relação a um total de 703 que se submeteram a um concurso público para o magistério de Português (de 5ª a 8ª série do ensino fundamental) em prova que organizei, a convite da ACCESS – Seleção, para o Município de Duque de Caxias (RJ). A elaboração e os resultados de tais provas constituem experiência importante para um pesquisador da área de *Lingüística e ensino de Português*, pela oportunidade de ele pôr em prática sua política de ensino da língua, formulando questões que possam aferir o preparo dos professores no tocante à desejada interação de fundamentos lingüísticos consensuais (sem, pois, se centrar nesta ou naquela corrente lingüística) com práticas a serem desenvolvidas em sala de aula e no tocante também (e sempre!) ao domínio dos fatos da língua.

Na elaboração das vinte questões fixadas pelo edital do concurso, selecionei um primeiro texto (uma crônica de Fernando Sabino) em que pudesse avaliar o posicionamento dos professores quanto aos importantes problemas da variação lingüística, da organização textual, das funções da linguagem e da análise gramatical (nível do texto). Formulei, também, não mais considerando o texto, questões sobre descrição gramatical (nível da língua) para aferir o conhecimento dos professores sobre classes e categorias gramaticais, sobre a perspectiva sincrônica no estudo gramatical e sobre a variedade padrão.

Selecionei um segundo texto (uma curta crônica de Luis Fernando Veríssimo), visando à caracterização do texto literário e à utilização nele de recursos lingüísticos do discurso informal.

⁵ Brito, Percival Leme Brito. Em terra de surdos-mudos: um estudo sobre as condições de produção de textos escolares. In: João Wanderley Geraldi (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Por fim, incluí na prova um terceiro texto, escrito por um aluno de 6ª série, com a finalidade de avaliar o procedimento do professorado ante os diversos problemas nele ocorrentes.

Eis o texto de Fernando Sabino:

Prazer em conhecê-la

Ele entrou com a mulher num bar do Leblon e foi sentar-se a uma das mesas ao longo da parede. Logo o freguês a seu lado cutucou-lhe o braço:

– Me apresenta.

Não entendeu bem.

– Te apresenta o quê?

– Me apresenta essa mulher – o outro esclareceu.

Um homenzinho de nada – não parecia desses pilantras que costumam importunar Deus e o mundo dentro de um bar e que se assanham sempre ao ver uma mulher. Mas, pelo jeito, já devia ter tomado as suas.

– Essa mulher aí – insistiu o homem: – Me apresenta.

Fez que não se importava, com um gesto de deixa-pra-lá, pretendendo dar o incidente por encerrado. Mas, no que o outro tornou a cutucá-lo e pedir “me apresenta”, acabou perdendo a esportiva:

– Te apresento é a mão na cara, tá? Olha aqui, meu amigo, não sou de briga nem de criar caso, mas tu tá chateando! Me pede de novo para apresentar que eu te parto em dois aqui mesmo.

O outro ouviu atentamente suas palavras, olhos vidrados na mulher, como os de uma coruja:

– Me apresenta – repetiu afinal.

Ele se voltou bruscamente, disposto a passar um susto no importuno. Tanto bastou para que este se erguesse de um salto, a gritar:

– Ele quer me matar! Segurem esse homem! Ele quer me matar!

E foi refugiar-se atrás do balcão, enquanto se estabelecia o tumulto no bar: que aconteceu? quem quer matar quem? segura esse homem!

Os garçons correram, a turma do deixa-disso se alvoroçou, mas ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo. Por detrás do balcão surgiu, cautelosa, uma cabeça, para acompanhar com olhinho vivo os acontecimentos. O gerente abriu caminho:

– Calma, pessoal! Que é que está havendo aí?

– Estou aqui com a minha mulher e aquele cara de coruja não pára de me importunar – explicou ele irritado.

– Só pedi que me apresentasse – justificou-se o outro, lá de trás do balcão.

Ajudado por dois garçons, o gerente promoveu a sua retirada do recinto, não sem alguma relutância de sua parte:

– Que é que custava ele me apresentar? – dizia ainda, enquanto era carregado para fora.

O gerente veio trazer ao casal as suas desculpas:

– Não reparem, mas esse é um que está sempre causando perturbação aqui dentro. Já proibi a entrada dele na Casa, não adianta: acaba sempre entrando, muito bonzinho, e de repente ele começa. Mas fiquem tranqüilos que hoje, pelo menos, ele não volta mais, espero. Estejam à vontade. Que é que desejam tomar?

Enquanto o gerente falava, a carinha do outro surgiu lá na porta, lançou um olhar comprido para a mulher, e tornou logo a sumir, assim que o garçon correu a espantá-lo com um gesto de quem enxota uma galinha:

– Te manda daí!

Serenado o ambiente, ele se acomodou novamente ao lado da mulher. Esta, calada até então, limitou-se a comentar:

– Ele tinha razão, coitado: que é que custava?

Fernando Sabino. *A falta que ela me faz*. 1980, p. 124-126

Comecemos por examinar as questões referentes à variação lingüística.

1. Observam-se, no discurso de três personagens da crônica de Fernando Sabino, exemplos de próclise de pronome átono em início de período. Que posição, no ensino da língua, o professor deve adotar ante tais ocorrências?

A opção a ser assinalada mereceu a preferência dos candidatos, mas com o percentual de apenas 47,3%: “apresentá-las (tais ocorrências) com uma colocação adequada à fala descontraída dos personagens”. Não houve, note-se, recurso a uma metalinguagem teórica. Trata-se, evidentemente, de construção de um estilo ou registro informal, ou, em uma metalinguagem muito usual atualmente, de um caso de variedade diafásica.

A maioria dos candidatos inclinou-se por outras opções: 25,7% pela seguinte justificativa: “apresentá-las como uma construção já aceitável em nossa língua atual, superando, assim, o autor o preconceito lingüístico”. Um percentual expressivo, pois, de professores considera ainda a língua como um bloco homogêneo, monolítico (“língua atual”). Sabe-se que tal colocação não se dá em qualquer situação de fala. Quase 10% dos professores preferiram a justificativa “apresentá-las como a colocação típica da fala de pessoas de pouca

instrução”. É significativo (e espantoso!) que quase 70 professores, num total de pouco mais de 700, ainda considere a colocação pronominal átona em início de período como característica de pessoas iletradas.

Observa-se que a presença de crônicas em livros didáticos é expressiva: seus autores, no entanto, quase sempre se abstêm de comentar fatos lingüísticos propiciados por tal gênero textual: colocações, misturas de tratamento, marcadores conversacionais...

2. Que explicação adotar, numa aula de Português, ante a ocorrência “mas tu tá chateando” na crônica de Fernando Sabino?

A opção preferida por 40% dos candidatos foi: “reproduz a fala de um personagem que se vale de termos do uso popular”. Mas, levado em conta o contexto, ou seja, a participação, ao longo da narrativa, do personagem que se valeu da estrutura citada, constata-se facilmente que sua fala se dá apenas em três breves momentos textuais, e em todos eles “em uma situação de extrema espontaneidade”, observação que melhor justifica, neste contexto concreto, o uso (no caso, a mistura de tratamento e a forma *tá*) bastante espontâneo da língua. É justamente nestas situações em que o falante, tomado pela exaltação, exacerbação ou agressividade, vem a empregar formas bem informais como as do texto, como também seria o caso dos chamados palavrões. Tais formas fazem parte do acervo lingüístico de um usuário culto, que delas pode vir a se utilizar nas situações mencionadas. Só 25% dos candidatos souberam perceber que não se tratava simplesmente do emprego de estruturas de uso popular, mas possíveis de serem utilizadas mesmo por um falante culto em certos momentos. Em um conto de Fernando Sabino (Albertine Disparue, selecionado de *O homem nu*), a empregada, ao dialogar com o patrão diz: “A moça aí da vizinha disse que tou beba”; trata-se já aqui de uma ocorrência lingüística, *beba*, que é forma inequivocamente privativa do uso popular, e o perfil sociocultural de baixo nível cultural desta personagem fica evidente neste conto, o que não acontece com o texto de Fernando Sabino que escolhi para a prova.

3. Observam-se enunciados marcadamente cultos na fala do narrador. Assinale a alternativa em que NÃO ocorre construção privativa do discurso de uma pessoa com bom nível de instrução.

Nesta questão, um percentual expressivo de 74% assinalou a opção certa: “Mas, pelo jeito, já devia ter tomado as suas”. Chama, no entanto, a atenção que 12,3% dos professores tenham escolhido o enunciado “Por detrás do balcão surgiu, cautelosa, uma cabeça, para acompanhar com olhinho vivo os

acontecimentos”. Certamente, foram atraídos pela expressão “com olhinho vivo”, de uso comum entre falantes de distinto grau de instrução. Mas o “surgiu, cautelosa, uma cabeça” é de emprego tipicamente da fala culta. Examinemos, agora, a questão referente à organização textual.

Assinale a alternativa em que o termo grifado NÃO está adequadamente caracterizado como fator de coesão textual.

No tocante a esta questão, faria a seguinte observação: os úteis conceitos de *coesão* e *coerência* vêm tendo, nos últimos anos, largo emprego no estudo e ensino da língua, incluídos até nos programas dos vestibulares e de concursos públicos em geral. No entanto, na prática, na identificação dos fatores de coesão textual, o que se constata é a incapacidade da esmagadora maioria dos professores (74%) de analisarem os fatores de coesão textual na estruturação de um texto. Em “– Só pedi que me apresentasse – justificou-se *o outro*, lá de trás do balcão”, *o outro* se reporta a alguém já referido, cuja última fala foi: – “Ele quer me matar! Segurem esse homem! Ele quer me matar!” Logo, trata-se de uma forma referencial anafórica, e não catafórica. A alternativa assinalada como equivocada por um maior número de professores (42,6%) foi: “*Os garçons* acorreram, a turma do deixa-disso se alvoroçou, mas ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo”. Apresentou-se para o termo *os garçons* a seguinte caracterização como fator de coesão textual: “operador sequencial com a função de garantir a progressão temática do texto”. Nada mais evidente para uma leitura atenta do texto: tumulto no bar pela desavença entre dois clientes ou fregueses, surgem então os garçons, termo cujo conteúdo semântico pertence ao mesmo campo significativo de *bar*, tornando a progressão temática do texto perfeitamente inteligível. Chama ainda atenção que quase 20% dos professores tenham estranhado a caracterização do fator de coesão textual em: “Logo o freguês a *seu* lado...” – forma referencial anafórica. O possessivo *seu* reporta-se ao *ele* do período anterior. Pode-se levantar também a hipótese de os termos *anafórico* e *catafórico* não serem do domínio de boa parcela do professorado.

Avaliemos as duas questões sobre análise gramatical com base em ocorrências textuais.

1. Assinale a alternativa em que NÃO se depende adequadamente o sentido da forma verbal em construções ocorrentes no texto

Uma maioria pouco expressiva assinalou a opção errada (53,6%): “Que é que está havendo aí?” – o presente empregado para exprimir dúvida. Claro está que a dúvida se manifesta pelo enunciado interrogativo. Um percentual

não desprezível de professores (16,6%) assinalou como equivocada, sem que se possa levantar uma explicação, a alternativa: “... aquele cara de coruja não pára de me importunar – *explicou* ele irritado.” – o pretérito perfeito empregado para indicar uma ação produzida em certo momento do passado.

2. Assinale a afirmativa em que a expressão grifada NÃO tem valor adjetivo.

Também uma maioria pouco expressiva assinalou a opção errada (55,2%): “Por detrás do balcão surgiu, cautelosa, uma cabeça, para acompanhar *com olhinho vivo* os acontecimentos.” Apreende-se que a expressão grifada tem valor adverbial, modificando o verbo *acompanhar*. Causou certa dificuldade aos professores (17,6%) reconhecer o valor adjetivo na expressão grifada em “com um gesto *de quem enxota uma galinha*.”

Focalizemos a questão referente às funções da linguagem.

Assinale a alternativa em que a função da linguagem predominante em trechos extraídos de crônicas de Fernando Sabino está ERRADAMENTE indicada.

Apenas 46,2% dos professores indicaram que em – “Me apresenta essa mulher – o outro esclareceu” a função prevalente não é a expressiva, mas a apelativa ou conativa. Cerca de 37% dos professores, com percentuais quase idênticos, não reconheceram a função fática em “– Te apresentar o quê?” e a função metalingüística em “As palavras em ária são sempre inspiradoras”. Desconhecimento teórico (metalingüístico)? Ou dificuldade mesmo de, em exemplos concretos, determinar a função?

Detenhamo-nos agora nas questões de descrição gramatical (nível da língua).

1. Assinale a alternativa que NÃO serve para caracterizar a classe do verbo em português.

A questão evidencia que a grande maioria dos professores se acha despreparada para caracterizar ou descrever o verbo em português. Senão vejamos: 28% assinalaram como errada a afirmativa “A distinção entre os pretéritos perfeito e imperfeito é aspectual”, desconhecendo certamente o conceito de aspecto; 25,9% marcaram como errada a alternativa “A função obrigatória da classe, na estrutura oracional, é de predicado”, desatentos, talvez, a que não se falou em núcleo de predicado; 22,6% acertaram: “O verbo se

flexiona em voz”, o que é um equívoco. Em *descobriu / foi descoberto* não há como se falar em flexão como acontecia em latim *amat / amator*. Assim, a questão evidenciou o despreparo da maior parte dos candidatos no tocante a conceitos básicos como flexão, aspecto, além de modo; mais de 10% dos que se submeteram à prova indicaram como equivocada a afirmativa “A distinção entre indicativo e subjuntivo repousa na atitude do falante ante o fato expresso”.

2. Assinale a afirmativa que não pode ser aceita na descrição da classe dos pronomes em português.

A questão também evidenciou que a grande maioria do professorado se mostrou despreparada para caracterizar ou descrever o pronome em português. Só 29,1% assinalaram a resposta errada: “Organizam-se os pronomes em um sistema aberto de unidades”. Ora, não sendo palavras lexicais, os pronomes constituem um inventário fechado, limitado de formas. A alternativa mais assinalada (35,9%) foi: “Não se deve falar na categoria de caso, já que funções distintas são exercidas através de formas distintas e não através do processo flexional”. Na verdade, não há como falar na categoria de caso em nossa língua em exemplos como *ele/ o* ou *ele/ lhe*. O fato de algumas de nossas gramáticas referirem-se a expressões como caso acusativo (para o objeto direto pronominal) ou caso dativo (para o objeto indireto pronominal), além de caso nominativo (para o sujeito pronominal), deve ter levado bom número de professores a considerar a existência de caso como processo flexional, como se dava em latim (cf: *illa, illam, illae*). Chama ainda a atenção que quase 20% do professorado assinalou como errada a afirmativa: “Comportam os pronomes a distinção funcional entre substantivo e adjetivo.” A questão evidencia então a falta de preparo de expressiva parcela dos candidatos quanto a conceitos como flexão, distinção funcional e sistema aberto e sistema fechado.

3. Assinale a alternativa NÃO pertinente à descrição das palavras relacionais em português.

Mais uma questão em que apenas 30,2% dos candidatos, portanto, uma minoria, marcaram a alternativa errada: “Os pronomes relativos têm valor dêitico”. A afirmativa mais assinalada (43,2%) foi: “As preposições subordinam orações.”, esquecendo-se os professores de estruturas como “Arrependo-me de não ter comparecido à festa.” Causa perplexidade que 15% tenham achado errônea a afirmativa “As preposições subordinam palavras.”

4. Assinale a alternativa EQUIVOCADA na orientação do estudo da categoria de gênero, à luz das recentes descrições da língua portuguesa.

A opção expressivamente mais marcada como errada foi: “*Cabra* não é feminino de *bode*; trata-se de um nome distinto para indicar o sexo feminino do animal.” Apesar dos já longínquos estudos descritivos de Mattoso Câmara (anos 60), em que ele sinaliza, em seu estudo sobre o gênero, que, em pares como *bode/cabra*, *cavalo/égua*, *genro/nora*, etc, se têm duas formas lexicais distintas, não havendo obviamente o processo flexional em tais pares, um percentual expressivo de professores (38,2%) continuam ter a noção, de todo equivocada, que *cabra* é feminino de *bode*. A alternativa a ser assinalada “A oposição de gênero pode ser marcada redundantemente (aluno/aluna)”, por não ocorrer, no exemplo dado, redundância, como em *novo/nova*, foi escolhida apenas por 20,4% dos candidatos. Mais de 35% dos professores, com ínfima diferença percentual, assinalaram como erradas as afirmativas “A correspondência entre gênero e sexo não é cabal e coerente (a criatura)” e “A indicação de gênero é dada basicamente pela forma do determinante (o intérprete)”. Em suma, a maioria dos professores, cujo desempenho estamos analisando, se posiciona muito equivocadamente quanto ao gênero, revelando falta de leitura até mesmo das nossas gramáticas tradicionais de maior prestígio.

Questão sobre a perspectiva sincrônica no estudo gramatical:

A perspectiva diacrônica se faz ainda presente em alguns pontos de nossas gramáticas. Qual a única alternativa que pode ser considerada pertinente em relação ao sistema atual da língua portuguesa?

Embora a justificativa correta tenha sido a mais assinalada (“Em *deverei* e *deverá*, -re e -ra são variantes de um mesmo morfema gramatical”), o percentual de acerto não atingiu a metade dos candidatos (48,1%). Chama a atenção que 20% dos professores tenham assinalado a alternativa “Em *altruísmo* e *outro* têm-se palavras pertencentes a um mesmo paradigma léxico”. Na verdade, estas duas palavras são cognatas apenas diacronicamente. Algumas de nossas gramáticas apresentam listas de co-radicaís que só podem ser assim consideradas do ponto de vista diacrônico (cf: *adequar*, *igual* e *iníquo*; *cabeça*, *decapitar* e *precipício*, etc).

Questão sobre o signo lingüístico

Assinale a alternativa ERRADA a respeito do signo lingüístico.

A alternativa a ser assinalada (“Em *por* o significado é zero”) alcançou o sofrível percentual de 36,4%. Na verdade, nenhuma forma lingüística tem significado zero. No caso das preposições (dos conectivos, em geral), elas exprimem, com base no seu valor categórico, significado relacional, vindo a adquirir valores textuais ou sentidos específicos nos enunciados em que ocorrem (assim, por exemplo, em “esperei-o por um bom tempo”, ao valor semântico genérico relacional de *por* se associa o valor semântico específico, textual, de duração). Duas outras alternativas, com índices praticamente idênticos, foram escolhidas como afirmativas erradas por 50% dos professores (“Em garçons há dois signos mínimos” e “Em importava há um significante zero de pessoa”). A questão revela, assim, desconhecimento de boa parte de candidatos que se submeteu ao concurso de noções descritivas elementares da língua.

Questões sobre a variedade padrão

“Escritores modernos – e alguns dos maiores – não têm duvidado em alçar a construção à língua literária.” Entre as construções abaixo, freqüentes no uso informal da língua, assinale aquela que NÃO poderia merecer tal comentário de uma das nossas mais conhecidas gramáticas.

O comentário é de Celso Cunha em *Gramática do português contemporâneo* (p. 92) a propósito do emprego do verbo *ter* como impessoal. É surpreendente, e revelador da pouca familiaridade de tantos professores com a língua culta atual, que apenas 26,6% deles tenham assinalado a construção “Eu sempre lhe estimei muito”, em que o emprego do *lhe* é sintaxe ainda inaceitável na língua culta escrita. Os candidatos se inclinaram mais pela construção “Assisti um filme”, cuja acolhida na própria língua literária é comentada por Celso Cunha (p. 356), na *Gramática* que citamos, publicada em 1970⁶. Não deixa ainda de chamar a atenção que as três demais construções, já bem documentadas entre nós, na língua escrita culta dos nossos dias (“Pôde me atender logo”, “Hoje tem festa na igreja” e “As medidas visavam impedir o avanço da epidemia”) foram as preferidas, com percentuais próximos, por 40% do grupo de professores analisado, o que demonstra claramente desatualização em relação à língua culta contemporânea.

2. Assinale a alternativa em que a concordância verbal NÃO pode ser explicada estilisticamente, constituindo-se uma mera infração da norma culta da língua.

⁶ *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.

A alternativa mais assinalada, a correta, teve o sofrível percentual de 33,7% : “Qual de nós poderíamos almoçar com sossego naquele dia?”, com pequena margem de marcação em relação às alternativas (“Naquele restaurante estava o diretor e todos os funcionários” e “Um grupo expressivo de fregueses freqüentam aquele restaurante”). Ora, faltou aos professores a compreensão de que, no primeiro exemplo, o emprego de *estava* ou *estavam* acarretava uma distinção estilística (em *estava*, destaque para o sujeito mais próximo, *o diretor*, enquanto em *estavam* “todos os funcionários” aparece no mesmo plano valorativo de *o diretor*); no segundo exemplo, o emprego de *freqüentam* ou *freqüenta* traduz também uma nuance estilística (em *freqüentam* realça-se *fregueses*, ao passo que em *freqüenta* destaca-se “um grupo de fregueses”. Ambos os casos são, em geral, comentados pelas nossas gramáticas, que assinalam que a cada uma destas possibilidades corresponde um novo matiz da expressão.

3. Assinale a alternativa em que a forma verbal DESTOA da norma culta da língua.

Só 51,6% dos professores marcaram a questão errada (“Aceitarei o trabalho que me proporem”). Chama a atenção que 23,7% dos candidatos vejam erro na conjugação de um derivado de *ver* no futuro do subjuntivo: “Se eu o revir na rua, irei falar com ele”.

Eis o segundo texto selecionado, com as duas questões sobre ele formuladas:

Calor

Rogério bufava.

– E ainda tem gente que gosta de verão...

Marina nem estava.

– Eu adoro.

– Olha aí, fico todo suado. A pele oleosa. Não adianta banho, não adianta nada. Fico com brotoeja, assadura, até cheiro mal.

– Rogério, meu querido. Vou te dizer uma coisa.

– O quê?

– O problema não é o verão. O problema é você.

– Ah, é? Aposto que o Alberico não suava.

Marina só pôde fazer cara de sentida e dizer “puxa, como você é, Rogério”. Sabia que nunca devia ter contado do Alberico e do que ele gostava de fazer no banheiro. “Dezessete anos e você não esquece.”

O sorriso na cara do Rogério era de puro gozo. Marina só estava esperando a Rosilene ficar maiorzinha para lhe dar o único conselho que uma mãe deve à filha. “Nunca conte nada do seu primeiro marido.”

Luís Fernando Veríssimo. *Histórias brasileiras de verão*: as melhores crônicas da vida íntima, 1999, p. 17)

1. Com base na crônica de Luís Fernando Veríssimo, assinale a característica NÃO concernente a um texto literário.

Só 26,5% dos professores souberam apontar a característica *não* concernente ao texto literário: “Os limites entre a transcrição de um texto oral e o diálogo literário mais espontâneo são tênues.” Na verdade, longe estão de ser tênues. O diálogo em um texto literário não é uma conversação real, por mais natural que ele nos pareça ser. Nele não são frequentes os anacolutos, a luta pelo turno, os processos de refeitura da frase... A naturalidade do diálogo literário será sempre elaborada. Esta falta de fundamentação levou 32,8% dos professores a marcarem a seguinte característica *não* concernente a um texto literário: “Os diálogos literários, em relação à grande flexibilidade da língua oral, têm suas limitações, em função das próprias limitações da língua escrita.” Na verdade, a língua escrita se apresenta realmente “mutilada” em confronto com a linguagem oral, pois não conta com os elementos não vocais (mímica, gestos) e vocais (entoação, ênfase em certas sílabas tônicas e subtônicas), para efeitos de clareza e expressividade. Chama ainda a atenção que 20% dos candidatos tenham assinalado como errada a alternativa que caracteriza fundamentalmente o diálogo literário, como acima se explicitou: “Os diálogos ocorrentes (no texto literário) não são uma conversação real por mais espontâneos que eles nos pareçam, produto, ao contrário, de um trabalho elaborado da língua por parte do escritor.” Em suma, a questão revela o despreparo das maioria dos professores quanto à especificidade da língua literária e da relação língua escrita literária/língua oral. As crônicas literárias, gênero textual tão presente em nossa vida cultural, acolhem, frequentemente, dependendo do autor e do objeto focalizado, variados recursos do discurso informal, mas de um discurso informal que é trabalhado; logo, tais crônicas não são exemplo de textos escritos informais, como frequentemente informam os livros didáticos, à maneira de uma carta que se destina a um efeito eminentemente prático, com um mínimo de consciência quanto à escolha das formas lingüísticas usadas.

2. Assinale o recurso lingüístico, freqüente no discurso informal, NÃO presente no texto.

A resposta correta (“anacoluto”) foi a mais assinalada pelos professores, mas com percentual abaixo dos 50% (46,9%). De fato, no texto de Veríssimo, não ocorre este traço lingüístico comum na fala descontraída. É de se registrar que 23,5% dos candidatos tenham indicado que no texto não há “mistura de tratamento”. Ora, a mesma personagem que, conversando com o marido, diz “- Rogério, meu querido. Vou te dizer uma coisa”, logo a seguir, ante “- O quê?” do companheiro, esclarece: “- O problema não é o verão. O problema é você.” Causa ainda estranheza que quase 20% dos professores não tenham detectado, na curta crônica de Veríssimo, a ocorrência de “marcadores conversacionais” (“Olha aí”, “Ah, é?”, “O quê?”)

Eis, por fim, o terceiro texto selecionado⁷ – o de um aluno da 6ª série, curso supletivo noturno. Com a inclusão deste texto, transcrito como foi apresentado pelo aluno, tive a intenção de aferir como o professorado se posicionaria ante tantos problemas nele ocorrentes, pensando numa reescritura dele.

O Medo

Eu tenho medo de andar pela rua, sozinho com precentimento de ser assautado e outras coisas mas, que possa me acontecer.

Nos dias de hoje não se pode fazer nada não se pode andar tramquilo aí em qualquer passo que as pessoas dão eu fico com medo medo que eu também tenho e de morrer com um tiro ou doenssa ou de ser atropelado, tenho medo de passar em becos desertos em lugares escuros onde pode estar bandidos, tenho medo de autura de derrepente me dar uma tontura e eu cair, tenho medo de morrer afogado aí eu tenho medo de tudo que para mim possa representar perigo.

1. Transcreve-se acima um texto produzido por um aluno de 6ª série, curso supletivo noturno. Qual o principal problema nele ocorrente com que um professor de Português deve preocupar-se em sua ação pedagógica?

⁷ Texto reproduzido na dissertação de mestrado de Carlos Alberto dos Santos: *Produção textual induzida: é possível?: uma experiência em escola pública supletiva de 1º grau, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 1997.*

Apenas 32,0% dos professores assinalaram a resposta correta: “A deficiência na estruturação de um texto escrito”. A opção mais escolhida (43,3%) foi “A falta de domínio do sistema ortográfico”, o que revela o peso que o professorado continua a atribuir ao erro ortográfico, identificando, ainda, quem sabe, língua com o sistema de escrita, quando esta não passa de simples roupagem daquela. É preciso que nossos professores se conscientizem de que a gravidade não está no erro ortográfico em si, está no que ele revela ou traduz: falta de exposição assídua, constante, à língua escrita, pela leitura e pela prática de escrever. Os que marcaram (14,3%) que o principal problema ocorrente é “O desconhecimento do emprego dos sinais de pontuação” não captaram que tal problema ainda também se deve à falta de familiaridade com a modalidade escrita.

2. Assinale a alternativa que NÃO se aplica ao texto acima

A resposta a ser assinalada era “coexistência de estilos ou registros distintos de língua”(34,3% apenas dos professores a marcaram). Na verdade, no texto, pelo deficientíssimo domínio da escrita revelado pelo aluno, era difícil de se esperar a ocorrência de variedades diafásicas.

Com percentual muito próximo (31,2%), um grupo, pois, expressivo de professores registrou “presença de marcador com função conversacional”; levanto a hipótese de os professores ignorarem o que vem a ser marcador conversacional (o *aí*, tipicamente da língua falada, aparece duas vezes no texto). As outras possibilidades de resposta (“confusão em distinguir vocábulo fonológico de vocábulo significativo” como em “derrepente”), “ocorrência de erros ortográficos por influência da oralidade”, como em “assautado”, “autura”, e “ausência de conectores coesivos”) não fazem mais do que apontar para o problema central do texto do aluno, objeto da questão anterior.

3. Conclusões

A esta prova de Português, organizada para o Município de Duque de Caxias, município, pelo que soube, que melhor remunera os professores do Estado do Rio de Janeiro, concorreram, talvez por isso, 703 professores para o preenchimento de apenas duas vagas iniciais (de 5^a a 8^a série do ensino fundamental).

Acredito que, pela análise das vinte questões, a primeira conclusão que fica clara é que o desempenho da maioria dos concursados foi muito deficiente. Apenas três questões tiveram um percentual de acerto superior a 50%, e duas delas com um índice muito pouco acima deste percentual.

Com base neste desempenho, explicitam-se outras conclusões: a maioria dos concursados não se ressentem apenas da dificuldade de como pôr em prática ou mediar a desejada interação de fundamentos lingüísticos com atividades a serem desenvolvidas em sala de aula, como tantas vezes proclamam os alunos de Letras e os que avaliam o ensino. Tal fato efetivamente se dá, como no caso das duas questões iniciais sobre variação lingüística: dificuldade quanto às explicações ou comentários a fazer a propósito das ocorrências textuais localizadas. Diria ainda que o problema também se apresenta na primeira questão sobre o texto do aluno: ante um conjunto lingüístico com variadas deficiências, sentiu-se a maioria dos professores, o que deve acontecer na prática deles, confusa para hierarquizar tais deficiências; qual a preocupação maior que deviam ter com vistas a um trabalho de orientação de reescrita do texto com o aluno?

Na verdade, o desempenho dos professores configurou um quadro mais grave: os concursados, em sua maioria, evidenciaram desconhecer conceitos lingüísticos básicos herdados da tradição gramatical, como *aspecto*, *flexão*, *modo* ou *caso*; mostraram-se igualmente despreparados na descrição do gênero e das palavras relacionais em português; revelaram ainda não dominar, ante exemplos concretos, noções elementares veiculadas pela Lingüística: a dicotomia sincronia/diacronia, as funções da linguagem, a entidade signo lingüístico e o que se entender por marcador conversacional, por coesão referencial e sequencial.

Mais grave ainda, contudo, no tocante ao desempenho dos professores, me pareceu a constatação de a maioria dos avaliados revelar falta de preparo para trabalhar, fora da análise tradicional – exercício metalingüístico quase mecânico – com os recursos lingüísticos do texto literário aos do texto dos alunos, vale dizer, com os fatos da língua em uso: colocação pronominal, fatores coesivos, a presença da oralidade no diálogo literário...

Muito grave ainda: em duas questões, referentes especificamente ao domínio da norma culta – concordância e flexão verbal – o resultado, vimos, foi significativamente revelador de que boa parte do professorado de Português parece, com base no universo analisado, não ter mesmo o domínio desta norma, cujo ensino é o compromisso fundamental de sua ação docente.

A análise do desempenho dos professores de Português neste concurso público (que outras análises semelhantes sejam feitas!) deve servir não de desalento, mas de estímulo a todos os interessados (professores de Língua Portuguesa que atuam nos diversos níveis de ensino e de Lingüística) pelo problema da formação do professorado de língua materna, criando-se espaços competentes em que se debata tal formação, partindo-se – é importante repetir

– de uma reflexão crítica sobre o porquê de resultados tão insatisfatórios de experiências como esta e de outras e sobre o porquê de conhecidas práticas ainda recorrentes e improdutivas nas salas de aula, e não de uma suposta necessidade de atualização teórica em si, como elemento condicionador da mudança de um ensino comprovadamente ineficiente para um ensino formador de leitores e produtores textuais capazes.

Quanto aos resultados do chamado Provão, em que diversos Cursos de Letras alcançaram o conceito A, atestado, em princípio, da proficiência deles, gostaria de dizer como Mattoso Câmara, ao finalizar uma das suas obras, repetindo Kipling: “Isso já é outra história”. Só para começar esta outra história: cada Curso tem feito, através dos setores interessados, uma análise crítica das provas organizadas pelo MEC?

UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL

Ricardo Cavaliere
UFF

Não foram muitos os estudiosos das questões historiográficas que se impuseram a tarefa de edificar uma periodização dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil. Considerando que a própria trajetória da produção científica brasileira nesses campos ainda não mereceu obra de maior fôlego, naturalmente ressentimo-nos de uma visão abrangente de todo o percurso já feito, de tal sorte que se possam segmentar com rigor e precisão os momentos de continuidade e descontinuidade que se evidenciam nas novas vertentes do caminho trilhado.

Dentre os especialistas que se dedicaram à periodização dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil, cito Antenor Nascentes, Sílvio Elia e, em proposta recente, Leodegário A. de Azevedo Filho, com o texto *Os estudos filológicos e lingüísticos no Brasil – uma tentativa de periodização*, apresentado, em julho de 2000, no Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusófono. O trabalho de Azevedo Filho destaca-se dos demais por atribuir relevância, ainda que relativa, aos períodos anteriores ao século XIX, em que a produção lingüística brasileira praticamente se reduz aos volumes sobre língua indígenas e alguns textos gramaticais de inspiração lusitana.

A rigor, as tentativas de periodização partem da proposta pioneira de Antenor Nascentes¹ no texto *A filologia portuguesa no Brasil* (NASCENTES, 1939), que traça uma linha evolutiva dos estudos sobre a língua em que figuram o **período embrionário**, que vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1834, data da publicação do compêndio *Gramática da Língua Nacional*, de Pereira Coruja, o **período empírico**, que vai dessa data até a publicação da *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro em 1881, com acentuada tendência histórica, e o terceiro, denominado **gramatical**, que vai de Julio Ribeiro até 1939, ano em que se funda a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

¹ A resenha de Maximino Maciel sobre os estudos filológicos brasileiros, oferecida no posfácio da *Grammatica Descriptiva* (MACIEL, 1922), não pode a rigor ser entendida como uma proposta de periodização.

Já Silvio Elia, no volume *Estudos de Filologia e Lingüística* ofereceu-nos o texto *Os estudos filológicos no Brasil* (ELIA, 1975), em que procura traduzir uma visão crítica do percurso de nossos estudos gramaticais desde a metade do século XIX até os anos 60 do século passado, época em que redigiu o texto. A proposta de periodização de Sílvio Elia promove grande avanço ao tema, sobretudo por emitir opinião sobre trabalhos e autores que lhe foram contemporâneos, não obstante com respeito a esses tenha traçado juízo mais elogioso do que avaliativo.

Elia denomina **período vernaculista** o lapso temporal que “coincide grosso modo com o advento e o triunfo da escola literária denominada Romantismo” (ELIA, 1975, p. 117), evocando como termo *a quo* a data expressiva da Independência do Brasil. Trata-se de período em que a descrição gramatical ainda não se impusera como tarefa basilar do gramático, senão a prelavência de formas tidas como modelares, que expressam um ideal de vernaculidade tido por expressão máxima do bem-dizer. Em seguida, abre-se, na visão de Elia, o **período científico**, composto de duas fases, a primeira de 1880 a 1900, de forte impulso renovador, com acolhimento dos novos métodos de investigação em que despontam as “primeiras investigações da direção filológica” (ELIA, 1975, p.121), a segunda de 1900 a 1960, um grande lapso temporal que finda justamente na década em que nosso grande lingüista trouxe a lume o texto historiográfico a que me refiro.

Certamente, podem-se fazer reparos à periodização de Elia, não obstante nela se revele grande esforço de síntese e coesão. Seu período vernaculista, por exemplo, esquece o que se fez antes da Independência, de tal sorte que algumas obras então produzidas sequer merecem alusão genérica, como se não expressassem um ideário norteador dos estudos vernáculos predominantes na época. Assim, nomes do início do século XIX, ligados ao fazer gramatical no Brasil, como é o caso de Madureira Feijó – este português, mas com uma edição brasileira de sua gramática –, Frei Caneca e Moraes Silva hão de levar-se em conta numa proposta de periodização, até porque seus textos não diferiam quanto ao método de outros que saíram a lume após a Independência, a rigor volumes de cunho meramente didático, pautados na concepção da gramática como repositório de normas do bem-dizer.

Ainda sobre a periodização de Sílvio Elia, nota-se nela certa desconsideração da grande vertente do período dito científico, surgida com o contributo de Joaquim Mattoso Câmara Jr. para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil. Dessa forma, os efeitos da presença de Mattoso Câmara no cenário lingüístico brasileiro são verdadeiramente cruciais para os rumos enveredados no século XX, a partir da década dos 40, conforme procurarei comentar adiante. Elia, entretanto, prefere batizar todo o longo percurso da

segunda fase – que vai de 1881 até aproximadamente 1960 – como de “direção filológica”, em evidente descompasso com manifestações relevantes do fazer científico brasileiro no curso deste lapso temporal, absolutamente divergentes de semelhante linha investigatória.

Vale ainda mencionar que o próprio Mattoso Câmara redigiu aquele outro texto sobre o percurso dos estudos filológicos no Brasil, com ênfase em determinadas figuras exponenciais, como Manoel Said Ali e João Ribeiro. Também não cuida o mestre fluminense – não diria por equívoco, senão por preferência – de um relato das idéias, porém dos homens, de cunho severamente pontual, satisfazendo-se em tecer juízo sobre a contribuição dos filólogos mais expressivos, com ordinário tom elogioso, não obstante aqui e ali revele certa interpretação enviesada das tendências doutrinárias. Incorre, por assim dizer, na imagem que nos oferece Foucault sobre a dispersão dos fatos tratados: sua história não é, pedra sobre pedra, a construção de um edifício (FOUCAULT, 2000).

Algumas posições de Mattoso sobre o perfil científico de certos filólogos parecem-me indevidas. Cite-se, por exemplo, sua referência a Mário Barreto, notoriamente ligado à escola filológica do português europeu, em cuja obra afirma haver “uma coerência do presente com as linhas do desenvolvimento histórico da língua, que aquela escola depreendia em termos neogramáticos” (CÂMARA JR., 1972, p.200). Quanto a Sousa da Silveira, filólogo da geração legatária do período científico, afirma ter-se destacado “por um espírito de rigor neogramático, que não se encontra nas obras de seus antecessores” (CÂMARA JR., 1972, p. 204). Não creio, sobretudo quanto à teoria linguística, que se possa atribuir a esses dois nomes real influência neogramática.

Mário Barreto, como bem revela sua obra, tinha uma personalidade científica reta e rigorosa. Seguiu aquela vertente do empirismo exacerbado, em que toda afirmação teórica é exaustivamente corroborada com *corpora* de língua literária. Nada em seus textos, entretanto, revela influência dos neogramáticos, senão o rigor metodológico; já as bases do mentalismo, da sintaxe psicológica, por exemplo, que tanto agradavam ao grupo de Leipzig e a seus seguidores, como é o caso de Hermann Paul, não estão no modelo seguido por Barreto. Há, decerto, uma certa tendência de qualificar como neogramático qualquer modelo de investigação pautado no rigor e no historicismo, o que decididamente não procede. Quanto a Sousa da Silveira, a vertente de sua obra dedicada à descrição gramatical é claramente fundada nos estudos histórico-comparativistas. Percebeu-o, por sinal, o olhar lúcido do próprio Mário Barreto, que não escondia o prazer de encontrar entre nós um filólogo que, como ele próprio, seguia as trilhas abertas pela filologia lusitana: “Felicito-o como a um dos discípulos mais distintos da escola de filologia, digna da mais alta estima,

e que se desenvolve e fortifica cada vez mais, criada por leite de Vasconcelos, Gonçalves Vianna e Carolina Michaëlis” (PEREIRA, 1945).

Por sinal, o verdadeiro legado do paradigma neogramático no Brasil está na obra de Said Ali, sobretudo nos estudos sintáticos publicados nas *Dificuldades da língua portuguesa*, em que nosso mestre desfila uma rica argumentação sobre estruturas com *se* indeterminado e *se* apassivador, com base na tese da “função psicológica de agente indeterminado” em estruturas como *compra-se o palácio* e *morre-se de fome*² (ALI, 1966, p.92). Nesse estudo, aliás, Said Ali cita nominalmente as obras de Hermann Paul, *Prinzipien der Sprachgeschichte*, e Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, que tratam da distinção entre termos psicológicos e termos gramaticais.

Considerando que a lingüística e a filologia no Brasil sempre se apoiaram em cânones de paradigmas estrangeiros, não se estaria distanciando da verdade científica se erigíssemos um quadro periódico-historiográfico dos estudos brasileiros com fulcro nessas escolas ou linhas de investigação ao longo do tempo. Seria uma hipótese de denominação em que se reconheceriam os trabalhos produzidos em determinada época em face de suas influências doutrinárias. Semelhante procedimento, certamente, funcionaria bem para os primeiros períodos, do século XXI e metade do século XX, em que lingüística e filologia não tinham faces claramente distintas. A partir de Mattoso Câmara, entretanto, em meados do século XX, as fontes doutrinárias só se renovam claramente na vertente de estudos sobre a linguagem a que se resolveu denominar propriamente Lingüística. Já a Filologia, assim entendida como o estudo da língua no texto, manteve-se fiel aos velhos cânones historicistas, cunhados pela “geração de ouro” da filologia portuguesa formada por Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Vianna, entre outros. Os estudos dialetológicos, que, segundo algumas opiniões, estariam ligados à linha investigatória da Filologia, na verdade seguiam orientações teóricas pontuais, quando não se esteavam na metodologia da Geografia Lingüística herdada ao século XIX.

Voltando ao problema da periodização, julgo ser difícil erigir um modelo pautado nas fontes doutrinárias envolvendo conjuntamente a Filologia e a Lingüística brasileiras a partir da quarta década do século XX. Isso porque, a partir desse momento, as fontes da Lingüística já não são as mesmas da Filologia, fato que se faz observar com a grande aceitação de que goza a Lingüística Estrutural nos estudos de língua vernácula publicados a partir desse momento. Como o modelo proposto pelo estruturalismo, extremamente formal e distanciado da análise do texto, em nada contribuía para o avanço da Filologia, esta

² Os exemplos são do próprio Said Ali.

manteve-se fiel ao historicismo herdado do século XIX, enquanto via a Lingüística enveredar por novas e cativantes sendas ao longo de todo o século XX.

Disto resultou, como se sabe, certa discriminação da Filologia, excluída aos poucos das discussões científicas e ausente das novas teses acadêmicas durante vários anos. Há hoje certa retomada do percurso aberto pela Filologia, sobretudo no concernente ao papel da palavra na concepção do texto, como se observa em certa vertente da Análise do Discurso voltada para a análise lexical (MAINGUENEAU, 1987). Fato, entretanto, é que, no Brasil, a Filologia estagnou durante décadas, muito em face do “modismo” da Lingüística Estrutural, muito também em face do “envelhecimento” de suas fontes doutrinárias. Os cursos oficiais de Lingüística na Universidade brasileira, que já buscavam, desde as origens, clara inspiração no Estruturalismo – haja vista os conteúdos do curso pioneiro de Mattoso Câmara na Universidade do Distrito Federal em 1938³ – firmaram-se, ao longo do final da década dos 60 até boa parte da década dos 80, como divulgadores eficientes desta escola, com predominância avassaladora da pesquisa sincrônica com *corpora* em língua oral.

Uma solução alternativa, a de distinguir o percurso dos estudos lingüísticos do trilhado pelos estudos filológicos, não nos parece útil do ponto de vista historiográfico, porque quebra a necessária unicidade que semelhante procedimento requer. Além disso, ficaria a filologia “marginalizada” a partir de certo momento, já que, como se observou nos parágrafos precedentes, sua produção na área da pesquisa universitária brasileira sofre intensos revezes, sobretudo nos anos 70, cujos motivos, além dos já citados, vão do desprestígio da língua literária, a rigor, da norma escrita em geral como objeto de investigação, a certa – e indevida, diga de passagem – “vinculação necessária” entre a Filologia e a gramática normativa, que caíra em desgraça durante largo período no meio universitário.

Outra questão, atinente à produção acadêmica, dificulta a construção de um quadro de periodização dos estudos sobre a língua no Brasil. Refiro-me à concepção dos textos escritos ao longo de todo o nosso percurso historiográfico. A leitura dos textos do século XIX e boa parte do século XX, por exemplo, revela grande predominância dos compêndios gramaticais, seguidos dos estudos especializados – majoritariamente volumes sobre sintaxe, morfologia, fonologia e ortografia – e das teses acadêmicas, sobretudo as elaboradas para concursos

³ Interessante notar que, com a extinção da UDF e posterior criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o curso de Lingüística Geral de Mattoso Câmara foi interrompido por vários anos, reiniciando em 1948, com uma turma de apenas três alunos: Rosalvo do Valle, Solange Pereira de Vasconcellos e Maximiano de Carvalho e Silva.

públicos. Hoje, entretanto, o perfil das obras publicadas sobre linguagem não é o mesmo. Proliferam em grande maioria os estudos pontuais, em que se exploram temas de grande especificidade, seguidos das teses acadêmicas, ordinariamente adaptadas para uma versão editorial. Já as obras extensas, que procuram dar tratamento abrangente sobre a gramática do português, figuram em flagrante minoria.

A rigor, a partir dos anos 70, com a maior disseminação de programas de capacitação docente em nível estatal, cujas verbas são destinadas a cursos de pós-graduação, publicação de periódicos e organização de eventos, os textos científicos passaram a ter menor extensão e maior especificidade, um tipo de trabalho ordinariamente divulgado em dado encontro científico e depois publicado na forma de um artigo. Ou mesmo ensaios curtos, publicados em periódicos, em capítulos de obras coletivas, estas últimas à feição dos volumes temáticos que tanto se popularizaram e até hoje gozam de especial aceitação. O fato se deve, possivelmente, a uma nova ordem editorial, combatida por crise econômica crônica, aparentemente infundável, em que se busca repartir o espaço – e também as verbas – de publicação, de tal sorte que se possa dar conta de grande e difusa produção científica.

Esse fato, talvez, tenha inibido o surgimento de um volume, de um dado livro que se considere um marco historiográfico, tendo em vista os efeitos de ruptura e reconstrução da ordem acadêmica dele decorrente, como por exemplo ocorre com a *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro, no século XIX, e os *Princípios de lingüística geral*, de Mattoso Câmara, na primeira metade do século XX. Semelhante hipótese não se pode acatar sem ressalvas, já que outros fatores certamente contribuem para que um dado texto emblemático surja no cenário científico. Fato é que, com o dinamismo da difusão do saber, com o compartilhamento de experiências empíricas dentro da universidade moderna, em que o objeto se desnuda a vários olhares nos grupos de trabalho, as novas conquistas deixam de surpreender, porque já não se restringem ao esforço pontual de poucos pesquisadores.

Em síntese, já não vivemos a época de um Júlio Ribeiro, que lutava por uma descrição gramatical pautada na forma e na função da palavra, em oposição ao generalizado pendor para uma descrição pautada no racionalismo de Port-Royal, ou a época de um Manoel Said Ali, que lia os neogramáticos, enquanto os demais ocupavam-se do historicismo comparativista de Bopp, Grimm, Darmesteter ou dos vernaculistas europeus. Já não há um Mattoso Câmara que se abeberava na fonte estruturalista de Saussure, Bloomfield e Jakobson, enquanto a maioria mantinha-se fiel a Diez, Meyer-Lubke, Gonçalves Vianna e Leite de Vasconcelos. Com efeito, caso o atual trânsito do saber científico, em que as trocas e contribuições mútuas são intensas e profícuas, já

caracterizasse os anos em que viveram esses grandes nomes de nossa História lingüística, decerto não nos teriam eles surpreendido como fizeram.

O problema, pois, no que tange à construção de um quadro periódico dos estudos sobre a linguagem no Brasil, desdobra-se em várias faces, que inibem a aplicação de um critério homogêneo. Se se considera a publicação de obras expressivas, por exemplo, como marco de uma nova vertente, de novos rumos, haveremos de encontrá-las em dado período mas não em outros. Se se leva em conta a ocorrência de fatos relevantes para a difusão e desenvolvimento desses estudos, como é o caso da inclusão da disciplina Lingüística Geral nos cursos de Letras da antiga Universidade do Distrito Federal, também não os teremos em todo momento de transição. A hipótese mais acatável de organizar um quadro vinculado às tendências teóricas, às escolas lingüísticas ou às fontes doutrinárias, certamente enfrentaria óbices severos em dada época, como a dos anos 40 e 50, em que a tradição filológica coexistiu com a modernidade da Lingüística Estrutural.

Julgo possível uma tentativa de periodização heterogênea, com fulcro em dois fatores: as fontes teóricas, que dão feição a novas ordens no desenvolvimento e difusão dos estudos lingüísticos, e as obras representativas desses momentos de ruptura. As fontes teóricas conferem unicidade e identidade ao período, ao passo que as publicações atuam como marcos históricos de sua vigência. Quanto à denominação dos períodos, creio que se possam usar termos que façam referência genérica ao momento em foco, como uma espécie de palavra-síntese de seu perfil, o que, sem dúvida, também vai muito ao gosto pessoal.

O período embrionário: das origens até 1802

Cabem, agora, duas palavras sobre fato não menos complexo. Se admitirmos que o trabalho de periodização só pode encetar-se pela análise dos textos sobre a linguagem, cumpre liminarmente definir o objeto: que é um texto lingüístico brasileiro? A indagação procede na medida em que uma dada obra, que desfruta de grande valor historiográfico para alguns, pode não ser considerada idônea por muitos pesquisadores, dentre outros motivos, por não ser aceita como genuína expressão de nossa produção científica. Há, em princípio, dois caminhos para deslindar essa questão: o primeiro, serve-se de um critério *ratione loci*, ou seja, decorrente da publicação do texto dentro das fronteiras nacionais, independentemente de sua autoria. Neste caso, textos aqui publicados por cientistas estrangeiros também haveriam de considerar-se nacionais. O outro caminho pauta-se em critério *ratione auctoris*, com atribuição de *status* nacional somente a textos que tenham sido escritos por lingüistas ou filólogos brasileiros.

Uma questão subliminar, entretanto, confere maior complexidade à bifurcação inicial, já que aqui a escolha certamente definirá o que é *texto brasileiro*, mas não o que é *texto lingüístico*. Na busca dessa última definição, vislumbram-se algumas opções: texto lingüístico é o que trata apenas de Lingüística Geral, ou o que também trata especificamente de língua vernácula? Hão de considerar-se também os textos sobre línguas vernáculas estrangeiras publicados no Brasil? Decerto que a discussão desse tema requer mais espaço – e significativo esforço –, razão por que adoto aqui uma solução *ad hoc*, que diz respeito unicamente à proposta de periodização encerrada neste estudo, qual seja a de considerar texto lingüístico brasileiro o que trata de questões sobre Lingüística Geral, Filologia, língua vernácula nacional ou língua não-oficial falada em território nacional.

No que tange à questão da nacionalidade, julgo mais conveniente resolvê-la de acordo com o critério *ratione loci*, razão por que estabeleço o marco inicial de um primeiro período historiográfico na publicação da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (ANCHIETA, 1990), cuja primeira edição data de 1595⁴. A *Gramática* de Anchieta, por sinal, foi escrita cerca de quarenta anos antes de sua *editio princeps*, fato que lhe confere maior caráter precursor. Se o critério *ratione auctoris* fosse o agasalhado, então haveria de situar-se o termo *a quo* dos estudos lingüísticos no Brasil bem mais tarde, pois não era Anchieta brasileiro, como sequer eram os demais missionários jesuítas ou leigos que trataram de questões lingüísticas no Brasil dos séculos XV e XVI. O critério evidencia-se, decerto, como inaceitável quando lembramos que inúmeros filólogos e lingüistas que participaram e ainda participam da formação do pensamento lingüístico no Brasil, como é o caso de Charles Grivet, do Padre Augusto Magne e, bem mais recentemente, Antony Naro, nele não se enquadrariam.

Julgo, pois, conveniente denominar **período embrionário**, termo que peço emprestado a Antenor Nascentes (NASCENTES, 1939) – embora nosso filólogo o tenha usado para caracterizar lapso cronológico diferente –, esse grande segmento que vai de 1595, ano em que é publicada a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, a 1802, quando surge entre nós o *Epítome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva. Trata-se, a rigor, de um período pré-histórico, na medida em que os estudos filológicos em toda sua extensão são esparsos e sem qualquer valor significativo como expressão do pensamento lingüístico no Brasil. Entretanto, há de considerá-lo ao menos no que tange à formação intelectual dos que,

⁴ Sabe-se que entre a primeira versão, manuscrita, e a tradição impressa, a obra de Anchieta sofreu inúmeras modificações de conteúdo lingüístico.

efetivamente, a partir do século XIX, viriam construir as bases de nossa verdadeira identidade nos estudos sobre a linguagem. Diga-se ainda que a pesquisa pouco se tem aventurado na busca a textos gramaticais do período embrionário, veio que talvez se venha a enriquecer com a pesquisa aos imensos arquivos públicos e privados, repletos de documentos dos séculos XVII e XVIII, os quais se mantêm até hoje à espera de mãos investigadoras.

O período racionalista: de 1802 a 1881

A publicação do *Epítome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva pode situar uma nova vertente dos estudos gramaticais no Brasil com fulcro na tradição dos compêndios didáticos lusitanos, que, até então, seguiam as bases da gramática latina aplicadas ao vernáculo. Sem dúvida, trata-se de um momento coeso em nossa produção gramatical por seguir uma linha de estudos uniforme, com objeto bem definido: o ensino da norma literária na escola de nível elementar. Vislumbram-se, entretanto, nesse período as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre os fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente, sobretudo após a data expressiva da Independência.

Com notável presença do chamado “grupo maranhense”, formado, dentre outros, por Antonio Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Francisco Sotero Reis, a par de conhecidos vernaculistas, como Charles Grivet, autor da *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, publicada em 1865, o período racionalista deixou marcas profundas no ensino do português do século XIX, constituindo, sem dúvida, o primeiro modelo de produção gramatical que perdurou por mais de uma geração de estudiosos da língua vernácula. A principal crítica que se lhe impõe, decerto, reside na pouca ou mesmo nenhuma importância que então se dedicava ao estudo do português brasileiro, de tal sorte que nossas gramáticas mais se resumiam a copiar regras e dispositivos dos compêndios congêneres lusitanos.

Neste momento dos estudos sobre a língua no Brasil desponta em qualidade a obra de Francisco Sotero dos Reis. Em sua *Grammatica Portugueza*, cuja terceira edição – a mais recomendada – é de 1877, Sotero avança em considerações importantes sobre a natureza da linguagem humana, demonstrando conhecer os limites entre a ciência lingüística, que despontava nos grandes centros europeus, e a arte gramatical. À primeira denominava **Grammatica Geral**, “sciencia dos princípios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as linguas” e à segunda **Grammatica Particular**, ou seja, a arte de “applicar os principios immutaveis e geraes da palavra ás instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua” (REIS, 1871, p.V).

No que tange à estrutura, a obra de Sotero segue o paradigma dos compêndios vernáculos europeus que dividiam a matéria gramatical em **etimologia**, **sintaxe**, **ortografia** e **prosódia**. Neste modelo, a sintaxe recebia tratamento igualitário ao da ortografia, por exemplo, fruto da obsessão purista que acabava por empanar a fundamentação teórica e a própria descrição do fato gramatical. A obra de Sotero – como, por sinal, a de todos os autores de maior relevância do período – também revela, em face das fontes diretas, sensível influência da descrição lingüística herdada à *Grammaire de Port Royal*, inclusive no que tange à sinopse gramatical, à teoria sintática calcada no tripé sujeito–verbo–atributo e na conhecida hipótese dos verbos substantivos e verbos adjetivos.

O período científico: de 1881 a 1941

Os ecos dos estudos histórico-comparativistas europeus, iniciados nos primeiros anos do XIX, chegaram-nos com considerável atraso, certamente em face da forte tendência de estudo vernáculo com conotação meramente normativa, predominante no período racionalista. O contributo da nova Ciência Lingüística, dedicada à construção da História da língua, como fenômeno universal, e mergulhada no estudo exaustivo das línguas clássicas, não conseguiu ambiente propício para florescer em terras brasileiras senão a partir da segunda metade do século. Contribuíram para uma mudança de atitude as então recentes teses sobre o evolucionismo lingüístico, em que despontam os textos de Schleicher, que buscavam trazer para a investigação acerca da natureza da línguas os princípios darwinistas sobre a evolução dos seres vivos, a par da metodologia inovadora, proposta por nomes como Schlegel, Whitney e Max Müller. Surge, enfim, um novo olhar sobre a gramática, em que o objeto, o fato gramatical, deixa de ser contemplado para ser analisado.

O primeiro texto sistêmico em que imperam as novas tendências é sem dúvida a *Grammatica Portuguesa*, de Julio Ribeiro, cuja primeira edição é de 1881. Nos dois decênios finais dos novecentos, explode uma riquíssima produção lingüística, entre teses de concursos, gramáticas históricas e gramáticas descritivas, quase todas destinadas ao estudo anatômico da palavra. Citem-se, por constituírem exemplo emblemático, as teses *Archaismos e Neologismos* e *Themes e Raizes*, oferecidas pelo filólogo Fausto Barreto às bancas de seus dois concursos à cátedra do Colégio Pedro II. Barreto, um estudioso da História Natural, convenceu-se de que era possível aplicar na língua os mesmos métodos de investigação utilizados na Biologia, com ênfase marcante nos estudos etimológicos.

Este primeiro momento do período científico, que bem se pode denominar **fase fundadora**, estende-se até o primeiro decênio do século XX, com ampla

produção de compêndios de língua vernácula em que muitas páginas se dedicavam aos estudos etimológicos, não obstante se ocupassem primordialmente da descrição do português contemporâneo. São dessa fase nomes como Maximino Maciel, Manuel Pacheco da Silva Júnior, Lameira de Andrade, Alfredo Gomes, Heráclito Graça, Eduardo Carlos Pereira, entre outros, a par de dois grandes linguistas que, beneficiados pelo extremado saber científico e pela vida longa, seguiram curso mais prolongado e profícuo em sua caminhada acadêmica: João Ribeiro e Manoel Said Ali. Cumpre, também, observar que certos nomes, como o de Ernesto Carneiro Ribeiro, percorreram trilhas anteriores ao cientificismo reinante no final do século XIX, com perfil inicialmente racionalista, para finalmente, acatar sem reservas as novas teses da Ciência Linguística.

Uma nova feição, de caráter mais filológico, estaria por iniciar-se na geração seguinte, sobretudo no que tange às fontes doutrinárias e ao objeto imediato de pesquisa. Enquanto a corrente de Julio Ribeiro pautou-se numa doutrina em que os fundamentos gerais da história da língua aliam-se à uma descrição minuciosa da palavra como objeto de análise em todas as partes da gramática – fonologia, morfologia, sintaxe e, em alguns textos, semântica –, uma nova vertente busca inspiração na Filologia de Diez e Meyer-Lübke, agasalhada sem ressalvas e bastante enriquecida no estudo do português em face dos trabalhos da “geração de ouro” lusitana, já aqui mencionada, de que faziam parte Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Gonçalves Vianna, José Joaquim Nunes e Júlio Moreira.

Com essa novel abordagem do fato gramatical, que dá início a uma **fase legatária** dos primeiros esforços empreendidos pelo período científico, o pesquisador ou filólogo ocupa-se essencialmente com o fato em língua vernácula, pautado em minuciosa pesquisa etimológica e no comparativismo típico da romanística européia, no intuito de privilegiar as formas gramaticais mais fidedignas em face da tradição vernácula e da origem clássica. Um traço particular dessa fase, ademais, diz respeito ao uso de *corpus* eminentemente literário, em que dominam os clássicos portugueses, para abonar teses sobre construções vernáculas contraditórias. Não se abandona, decerto, o rigor científico e o espírito positivista que esteve na formação do período científico; percebe-se, isto sim, uma mudança de interesse na pesquisa, de tal sorte que questões mais abrangentes, como, por exemplo, a construção do paradigma verbal ou o problema das partes do discurso, cedem espaço para aspectos idiossincráticos do português, tais como as construções com *se*, as regências e os casos mais raros de concordância verbal. Busca, enfim, uma descrição minuciosa das construções portuguesas, de tal sorte que se distingam as dignas de uso em norma elevada, por serem as mais abonadas pelo texto literário.

Essa constatação não diminui o valor científico dos trabalhos então produzidos, já que, nesta arqueologia do ideal vernáculo, constroem-se estudos magníficos sobre o funcionamento da gramática do português, com especial enfoque na sintaxe e na morfologia. Integram a fase legatária do período científico, que vai até o final dos anos 30, nomes de escol como Otoniel Mota, Silva Ramos, Mário Barreto, Sílvio de Almeida, estes num primeiro momento, além de Sousa da Silveira, Augusto Magne, Antenor Nascentes, José Oiticica, Clóvis Monteiro e Cândido Jucá (Filho). Cumpre, ainda, notar, como já assinado anteriormente, que a intensa produção intelectual que caracteriza a obra de João Ribeiro e Said Ali – membros da fase fundadora falecidos em 1934 e 1953, respectivamente – conferiu a ambos participação ativa também nesta fase legatária, havendo-se destacado Said Ali pelo vanguardismo na macrovisão da sinopse gramatical em sua *Gramática secundária*, cuja primeira edição remonta ao início dos anos 20 (ALI, 1966) e nos estudos semânticos em língua oral publicados nos *Meios de expressão e alteração semântica*, vindos a lume no início dos anos 30 (ALI, 1971).

O período lingüístico: de 1941 aos nossos dias

O ato de política educacional que maior repercussão provocou nos rumos dos estudos lingüísticos no Brasil certamente está na organização do curso de Letras da Universidade do Distrito Federal, no final dos anos 30, em cujo *currículum* básico decidiu-se incluir a disciplina Lingüística Geral. Percebe-se haver na época noção inequívoca de que a Lingüística merecia estudo teórico específico, emergindo como disciplina em nível superior e evidenciando-se como objeto da pesquisa universitária. Com efeito, em todo o percurso até então traçado nos estudos lingüísticos, o objeto imediato da descrição era a língua vernácula, mesmo nos primeiros momentos do período científico, não obstante nessa época as teses sobre Lingüística Geral se evidenciassem em considerável ênfase.

Não se pode negar, entretanto, que jamais anteriormente se dedicara atenção específica à teoria lingüística, assim entendida como objeto desvinculado da análise do fato gramatical em português, ou mesmo da área mais abrangente da romanística. A inclusão da disciplina Lingüística Geral no *currículum* da UDF, pois, viria desviar as atenções acadêmicas para as teses universais sobre as língua, para o estudo e reflexão sobre os paradigmas teóricos, sem necessária referência ao português, que continuava, obviamente, a merecer estudo particular em outras disciplinas da grade curricular.

A primeira turma de Lingüística Geral no Brasil foi regida por José Oiticica (SILVA, 1984), mas, por motivos não muito esclarecidos, o autor da *Teoria da correlação* não conseguiu cumprir os objetivos esperados. Após uma

profunda reforma de conteúdos nos cursos da UDF, convocou-se o professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior para dar seguimento ao curso no ano de 1938, de cujas aulas saíram os textos que viriam, por iniciativa de Sousa da Silveira (SILVA, 1984), a ser publicados na *Revista de Cultura* em 1939 e 1940. No ano seguinte, o trabalho saiu em volume único sob o título *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. A Lingüística, enfim, passara de matéria adjetiva a matéria substantiva no Brasil.

A ordinária referência que se faz a Mattoso Câmara como introdutor da Lingüística no Brasil, a meu juízo, merece certo reparo. Sabemos que foi ele o executor de um programa destinado a divulgar nos meios acadêmicos os estudos de Lingüística Geral. Sabemos também que a ele se deve o ingresso do paradigma estruturalista entre nós, com fulcro nas teses já mundialmente acolhidas acerca dos elementos estruturais do sistema lingüístico, com ênfase nas formas mínimas significativas. Mattoso, por sinal, cuidava de diferenciar em seus estudos a nova ordem, para ele uma “nova disciplina interessada justamente nesta função lididamente lingüística”, que teria surgido “a bem dizer simultâneamente, na Europa e nos Estados Unidos da América. Lá, sob inspiração das doutrinas de Saussure em lingüística, com as pesquisas e as elucubrações dos lingüistas russos e tcheques reunidos no famoso Círculo Lingüístico de Praga, a partir de 1925. Na América teve uma primeira concretização com Edward Sapir, também na década de 20, e em seguida se consolidou e em parte reformulou com o ensinamento de Leonard Bloomfield, desde 1933, e os trabalhos de uma numerosa escola de discípulos diretos e indiretos” (CÂMARA, 1973, p.15).

Enfim, a Mattoso devemos a implantação da Lingüística Geral no cenário acadêmico brasileiro, em suas bases estruturalistas⁵. Dizer que a ele devemos a introdução da Lingüística no Brasil é fazer supor, *contrario sensu*, que seus antecessores sequer se envolveram com a Lingüística como ciência, o que decididamente é inverídico. A antiga ordem, que se abeberava nas lições de Bopp, Whitney, Scheicher, Bréal, Max Müller e outros, para referirmo-nos à fase fundadora do período científico, bem como nas teses de Meyer-Lübke, Diez, Adolfo Coelho e dos neogramáticos em geral, para mencionarmos os que compuseram a fase legatária do mesmo período, não pode ser qualificada como meramente “filológica” ou “normativa”. Utilizava, decerto, um aparato teórico que envelheceu rapidamente, inerte ante a avassaladora febre estruturalista dos anos 20, que até hoje produz estudos de excelente nível. Fato

⁵ Mattoso usava o termo “lingüística descritiva”, em oposição a “lingüística histórica”, para caracterizar o paradigma que surgiu no século XX com Saussure, L. Hjelmslev, Anton Marty, J. Firth, Bloomfield, entre outros (CÂMARA, 1973)

é que o que se produziu no Brasil em matéria de linguagem antes de Mattoso no Brasil também tinha amparo conceptual na Lingüística.

Considerando, entretanto, que o cisma teórico-metodológico que se estabeleceu no cenário brasileiro após a publicação do *Princípios de Lingüística Geral* trouxe, entre outras, novidades, a consolidação da Lingüística como ciência autônoma dentro da Universidade, com decorrente produção científica desatrelada do dogmatismo vernaculista e alheia a qualquer compromisso didático, creio ser cabível denominar esta fase como **período lingüístico**, estabelecendo seu marco inicial no ano de 1941, em que vem a público os *Princípios de lingüística geral*⁶, a mais importante obra teórica sobre linguagem escrita no Brasil em todo século XX. Neste período, que se prolonga até nossos dias, abre-se de plano uma fase estruturalista, pelos exatos motivos que venho alinhavando, na qual, além da óbvia presença de Mattoso Câmara, pode-se incluir o nome de Sílvio Edmundo Elia.

A Sílvio Elia, decerto, não se pode atribuir uma “postura” estruturalista, já que sua riquíssima obra percorre sem dificuldades outros paradigmas da descrição lingüística no século XX, aí incluindo-se a Filologia Românica e a Sociolingüística. Sua contemporaneidade ao trabalho desenvolvido por Mattoso, a par de sua feição receptiva aos estudos de Lingüística Geral, conferem ao saudoso mestre, um dos fundadores dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, perfil absolutamente compatível com a nova ordem de estudos sobre a linguagem no Brasil. Prova o espírito vanguardista de Sílvio Elia a explicação que o mestre carioca oferece (RANAURO, 1997, p. 79) para a conhecida polêmica travada com José Oiticica. O problema girou em torno do termo **fonologia**, presente no volume *Compêndio de língua e literatura*, publicado no ano de 1951 em co-autoria com a Prof.^a Jeannete Budin. No referido livro, Elia abre uma nota de rodapé para comentar o sentido que **fonologia** tinha numa nova vertente de descrição proposta por Nicolas Trubetzkoy em seu *Grundzüge der Phonologie* (publicado em 1939). O fato irritou profundamente Oiticica, que já usara o termo **fonologia** em seu conhecido *Manual de análise (léxica e sintática)* (OITICICA, 1953), e, portanto, se sentira “roubado”. A verdade é que, como bem assinala Elia, o sentido que tem o termo fonologia na obra de Oiticica em nada se aproximava dos conceitos disseminados pela Escola de Praga⁷.

⁶ Esta obra decisiva de Mattoso Câmara recentemente mereceu detido estudo da Prof.^a Nilda Cabral, com vistas ao estabelecimento do texto definitivo.

⁷ O primeiro estudo que aplica a fonologia da Escola de Praga entre nós é a tese de doutoramento de Mattoso Câmara Jr. intitulada *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, publicada em 1953. Bem antes, porém, as teses de Trubetzkoy já tinham sido objeto de comentário em resenha de Serafim da Silva Neto no n.º 10 da *Revista Filológica*, saído a lume em 1941 (RANAURO, 1997:79).

Não obstante, resta inequívoco que a geração filológica que florescera nas décadas dos anos 20 e 30, alheia ao percurso alternativo que o cisma de 1941 abriu, tenha formado novo e excelente grupo de pesquisadores, fiéis às bases da Filologia Românica, porém receptivos a novas influências, ainda que de modo superficial. Estes “novos filólogos” mantiveram certos princípios herdados ao período científico, com a produção de gramáticas para o ensino fundamental, a centralização dos estudos em língua vernácula e a importância do estabelecimento de uma norma padrão, calcada em *corpus* literário (agora, clássicos portugueses e brasileiros). Não rejeitaram a Linguística Geral, mas escudaram-se de absorvê-la sem reservas em seus trabalhos, razão por que logo se lhes conferiu um papel de “oposição” aos que se dedicavam exclusivamente aos estudos estruturalistas. Nesta primeira fase do período lingüístico, cria-se uma atmosfera densa e hostil, que encobre uma “guerra” de interesses e prestígio entre Filologia e Linguística no Brasil.

Os membros do “grupo filológico” mantiveram o domínio do pensamento gramatical no ensino elementar, como era de supor, até meados dos anos sessenta. Dele participaram, dentre outros, grandes nomes da descrição gramatical, que hoje são freqüente e indevidamente citados como membros da “tradição gramatical brasileira”⁸:

Ismael Coutinho, Ernesto Faria Júnior, Cândido Jucá (Filho) – este último pertencente a um período de transição entre a fase legatária do período científico e o período lingüístico –, a par de figuras exponenciais como Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo, Jesus Belo Galvão, Carlos Henrique da Rocha Lima, Renato Mendonça, Theodoro Maurer, Isaac Nicolau Salum, Mário Pereira de Sousa Lima, Silveira Bueno, Albino de Bem Veiga e tantos outros que a memória não me permite agora citar. Num momento posterior, essa corrente viu nascer o trabalho emérito de Evanildo Bechara, Leodegário de Azevedo filho, Ângela Vaz Leão, Walmírio Macedo, além de outros que bem se inscrevem nesse perfil de investigação filológico⁹.

Diga-se, ainda, que, embora tenha erguido pilares que o tornaram senão absoluto, certamente predominante no ensino e na pesquisa dos fatos lingüísticos até o final da década dos 70, o estruturalismo logo se viu acompanhado de outras correntes da Linguística contemporânea na conquista de novos adeptos dentro do ambiente universitário. A onda de estudos sobre a oralidade, inclusive com a criação de grandes projetos de pesquisa em nível nacional – cite-se o

⁸ São, na verdade, membros do período lingüístico que herdaram as bases da tradição gramatical iniciada no período científico.

⁹ A mais recente edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (BECHARA, 1999) revela novos rumos da descrição gramatical agasalhados pelo eminente lingüista, com fulcro na teoria de Eugênio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr.

Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil, depois conhecido como Projeto *Nurc* – deu oportunidade ao trabalho respaldado na Sociolingüística variacionista, com suas propostas de investigação baseada em questionários e levantamento de dados. Focaliza-se a pesquisa no melhor entendimento de uma norma urbana culta, por ser ela a expressão mais evidente da língua em termos nacionais. Nas palavras de Juan Lope Branch, lingüista mexicano que coordenou o *Proyecto de Estudio del habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamerica*, um projeto mais abrangente do que o *Nurc* brasileiro, “no hay duda de que, de todas las realizaciones del habla existentes en una nación, la urbana normal – o standard – es la más importante y digna de estudio, puesto que suele ser el foco de irradiación lingüística desde el cual se extienden los hechos de la lengua al resto del país”. (BEM VEIGA, 1971:99).

Os estudos sincrônicos dominam a Universidade, acolhendo a simpatia de grades pesquisadores, dentre os quais se podem citar alguns dos envolvidos com o Projeto *Nurc* no Brasil dos anos 70: Néelson Rossi, Celso Cunha, Isaac Nicolau Salum, Ataliba de Castilho, Cidmar Teodoro Pais, Enzo del Carratore. Cria-se, ademais, com a divulgação intensa dos novos rumos de pesquisa certa confusão – sem que, para tanto, tenha contribuído o trabalho correto dos pesquisadores envolvidos – sobre o conceito de norma urbana culta, obviamente restrito à manifestação oral da linguagem, mas que, para muitos professores menos cuidadosos, se estendia ao padrão escrito. Com isso, o ensino do português na escola fundamental e média luta por modernizar-se, atualizando as matrizes normativas às novas conquistas da pesquisa lingüística, sem contudo deixar sempre claro que certas variáveis normativas ditas “cabíveis” em língua oral não se podiam aplicar sem restrição à língua escrita.

Ainda nessa fase inicial do período lingüístico, que melhor julgo denominar **estruturalista** – pela predominância marcante do modelo na produção acadêmica brasileira até finais dos anos 70 – há de observar-se a crescente criação de linhas de pesquisa com inspiração em novos modelos da Lingüística norte-americana, notadamente a Gramática Gerativa, que em face do severo formalismo e, numa certa medida, do percurso pontificado por grandes lapsos de ruptura teórica, não alcançou a mesma disseminação que a escola estruturalista usufruiu nos meios acadêmicos. Algumas tentativas de descrição do português com inspiração nos modelos iniciais da Gramática Gerativa encontram-se nos volumes *Análise sintática*, de Miriam Lemle, *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*, de Mário Perini e *Sintaxe gerativa do português*, de Lúcia Lobato, sem contar com inúmeros artigos em periódicos e obras coletivas. O aparato teórico dessa vertente de investigação no Brasil, naturalmente, busca inspiração predominantemente na obra de

gerativistas norte-americanos, como Noam Chomsky, George Lakoff, Ray Jackendoff e Paul Postal.

Como alternativa ao veio gerativista e à onda avassaladora do estruturalismo, eixos demasiadamente formais, em cujo entorno desenvolveram-se as teses universitárias dos anos 70 e de boa parte dos anos 80, surge, em meados dessa década, uma pujante vertente que retoma a análise lingüística do texto e a investigação da língua em uso pelo falante. Essa nova rota, na realidade, inaugura uma nova fase do período lingüístico, a que se pode denominar **fase diversificada**, em que o foco da atenção sai das entranhas da gramática, para expandir-se no ambiente sem fronteiras dos usos lingüísticos. Cria-se, pois, um cenário em que cooperam modelos teóricos díspares, não obstante tangentes, como o da Sociolingüística laboviana, do Funcionalismo inspirado no trabalho de T. Givón, na Pragmática de Stephen Levingson, a par do campo imenso aberto pela Análise do Discurso (em seus conhecidos ramos: o francês e o anglo-saxão)¹⁰, com significativa presença da semântica argumentativa inspirada no trabalho de Oswald Ducrot e Patrick Charaudeau, entre outros. Já a antiga ordem filológica, que se vira obliterada pelo culto ao formalismo ortodoxo do Estruturalismo, volta a respirar com maior vigor, renovada em modelos de investigação da língua no texto, a par da retomada dos estudos diacrônicos, agora em novas bases calcadas em *corpora* não-literários, sobretudo em fontes documentais que auxiliam na reconstrução da trajetória do português no Brasil. Contribuí, por seu turno, para essa diversificação uma nova ordem científica, em que a iniciativa pessoal cede espaço para grupos de trabalho organizados em nível nacional, invariavelmente vinculados aos programas de pós-graduação das universidades estatais.

Ao tratar dessa **fase diversificada**, acometem-me as dificuldades próprias de quem visa fazer a história de seu tempo, o que, do ponto de vista epistemológico, haver-se-á mesmo de considerar impossível. Surgem problemas que o olhar recente não resolve, como o de verificar que experiências em articulação constituem efetivo domínio de saber, distinguindo-se de meras recorrências de experiências passadas. Algumas premissas inarredáveis da *praxis* historiográfica, como é o caso do *princípio da contextualização* (KOERNER, 1995), resultam inaplicáveis, já que a proximidade do fatos inibe a exata – para não dizer isenta ou imparcial – avaliação do momento político-científico-cultural em que surgem e se disseminam as idéias.

¹⁰ Não discuto aqui, embora seja pertinente, a questão polêmica sobre as relações entre a Análise do Discurso e a Lingüística. No Brasil, inegavelmente, a Análise do Discurso vem crescendo em grupos de pesquisadores sem formação específica na Lingüística.

Quando, por exemplo, dirigimos o olhar para a segunda metade do século XIX no Brasil, enxergamos sua *episteme*, que emerge do discurso formulado no âmbito das ciências em geral, com identidades claras de princípios, um conjunto de relações que está em todo o discurso científico dessa época. O olhar sobre o passado pode observar essa “fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporá a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estagio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima” (FOUCAULT, 2000, p.217). O olhar sobre a contemporaneidade, infelizmente, segmenta-se em recortes que deixam o todo invisível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, Manuel Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1966.
- _____. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 7 ed., São Paulo, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.
- _____. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 3. ed., Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Ed. fac-similar. São Paulo, Edições Loyola, 1990.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. Os estudos filológicos e lingüísticos no Brasil – uma tentativa de periodização. *Anais do Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusófono*. Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, 2002.
- BEM VEIGA, Albino do. Projeto de estudo da norma lingüística culta em algumas capitais do Brasil. *Littera*. Rio de Janeiro, Grifo, n. 3, ano I, 1971, p. 99.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Os estudos de português no Brasil. In: *Dispensos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- _____. *Problemas de lingüística descritiva*. 6, ed. Petrópolis, Vozes, 1973.
- ELIA, Sílvio. Os estudos filológicos no Brasil. In: *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro, Grifo, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, 2000.
- KOERNER, Konrad. Persistent issues in linguistic historiography. In: KOERNER, Konrad (ed.). *Professing linguistic historiography*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1995.

- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. 22 ed. Rio de Janeiro, Paris, Francisco Alves & Cia, Aillaud & Cia., 1922.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. São Paulo, Editora da Unicamp, Pontes, 1997.
- NASCENTES, Antenor. A filologia portuguesa no Brasil. In: *Estudos filológicos*. 1939.
- OITICICA, José. *Manual de análise (léxica e sintática)*. 10 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1953.
- PEREIRA, Carlos de Assis. Uma carta de Mario Barreto ao Prof. Sousa da Silveira. *Alfa-Ômega*. Rio de Janeiro, n. 2, nov 1945, p. 9-12.
- REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza accomodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. 2 ed. revista, corrigida e anotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespucio dos Reis. São Luiz, Typ. de R. d'Almeida, 1871.
- RANAURO, Hilma. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil: Sílvio Elia e João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, FEUC, 1997.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra, sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro, Presença, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

JESUS BELLO GALVÃO
(S. Luís, MA, 6/4/1917 – Curitiba, PR, 27/8/2001)

Rosalvo do Valle
UFF

No dia 27 de agosto deste ano faleceu em Curitiba, Paraná, o Prof. Jesus Bello Galvão, sucessor de M. Said Ali na cadeira nº 22 da Academia Brasileira de Filologia, desde 1954. Maranhense de S. Luís, nasceu no dia 6 de abril de 1917. Filho de Oswaldo do Lago Galvão e de Antônia Bello Galvão, tinha como avô paterno o Dr. Óscar Lamagnère Leal Galvão, contemporâneo, mais moço, de Gonçalves Dias e aparentado próximo de Antônio Henriques Leal, o consagrado autor do *Panteon Maranhense*. Desse avô paterno, “médico e poeta, também primo do gramático Pedro Nunes Leal e do poeta Trajano Galvão de Carvalho, autor das *Sertanejas*”, supõe Jesus ter herdado, por “alguma *coincidência biogenética*” o “Amor e dedicação às Letras, versadas em nosso Idioma Luso-brasileiro” (Gonçalves Dias – *O Homem e a Obra*, p. 24 e 25).

Sobre o seu nascimento e das razões de seu nome, nada como ler o poema *Meu Nome*, primeiro dos *Versos de Antiga Mente* – assim mesmo, como no português arcaico em que o adjetivo e o substantivo ainda conservavam sua autonomia mórfica e semântica, a lembrar a origem latina *antiqua mente*. Vale a pena transcrevê-lo na íntegra para que os leitores das obras técnicas de Jesus Bello Galvão também lhe conheçam a não menos rica feição poética.

MEU NOME

Nasci em morada-inteira
justo na Rua da Paz,
canto co’a Rua da Cruz
o que, confesso, me apraz.

Flor de Lys foi quem me disse,
em noite do Maranhão
que eu nasci naquela casa
ao passar a Procissão...

Procissão do Senhor Morto,
que morreu pra nos salvar,
igualzinho ao recém- nato
que também há de acabar...

Por que que me batizaram
co'esse nome tão bonito?
– “ Foi pra te fazer feliz !”
Mas eu vivo tão aflito ! ...

Nome que bem bendizia
de meus pais a devoção
– é que eu nasci sexta-feira
Sexta-Feira da Paixão...

Que aflição ! Que medonha !,
que eu não creio que Jesus,
descendo à Terra de novo,
não suba de novo à Cruz !

Se jamais prever eu pude
eu, pelo menos, supus
que, sendo filho de Deus,
eu me chamasse – Jesus ! ...

“Confeitaria Iguazu”, Ctba., 16.07.84

Em S. Luís cursou o primário na Escola Benedito Leite, ainda hoje existente, embora noutro local. Vindo para o Rio de Janeiro, fez o curso secundário no Internato do Colégio Pedro II, em São Cristóvão, onde foi colega e amigo do futuro crítico literário, professor e historiador da literatura Carlos de Assis Pereira, seu “Irmão em Alma” – uma bela amizade que continuou no curso Superior de Letras, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade

do Brasil –, e no magistério na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, S. Paulo.

Fez brilhante carreira no ensino médio e no superior, tendo sido professor do Colégio Pedro II, da antiga Escola Técnica Nacional (hoje CEFET-RJ), da Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ), da Universidade Federal do Paraná, do Instituto Rio Branco do Itamarati, e do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, onde se aposentou em 1981 como Professor Titular de Literatura Portuguesa. Pertenceu a várias associações culturais, como a Academia Brasileira de Filologia, o Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Literatura. Doutorou-se em Letras pela Universidade do Estado da Guanabara (UERJ), de que era livre docente em Língua Portuguesa. Exerceu funções importantes na alta administração do país. No exterior, foi Diretor do Centro de Estudos Brasileiros, no Peru.

Deixou rica bibliografia em que se contam trinta e sete títulos, relacionados pelo próprio autor em *Apontamentos de Leitura – Lendo João Ribeiro, II* (Curitiba, 1992), seu último livro. As obras revelam o intelectual multiface e perspicaz que tratou – às vezes com insuperável acuidade crítica – de assuntos diversos no campo da lingüística, da filologia e da literatura. E foi também poeta, merecedor de crítica consagradora de outro maranhense notável, Oswaldino Marques. Pertencente àquela admirável geração de 1917 – que nos deu um Serafim da Silva Neto, um Celso Cunha, um Gládstone Chaves de Melo –, Jesus Bello Galvão recebeu dos grandes mestres portugueses e brasileiros a boa formação filológica, entendida, então, Filologia como “o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua” (Leite de Vasconcelos). Com essa visão lata, estudou com igual desvelo e sensibilidade tanto um texto de Gil Vicente (*O Salmo do Miserere mei, Deus*), como um texto de Bernardes (*Como passam mil anos diante de Deus*), ou um texto, igualmente antológico de música popular brasileira, *Chão de Estrelas*, de Orestes Barbosa.

Sem demérito dos demais títulos e dos assuntos tratados, parece unânime entre os especialistas e estudiosos de língua portuguesa o juízo de que a contribuição de maior alcance são os estudos estilísticos, entre os quais, por sua abrangência e grande valia para os estudantes de Letras, merece referência especial o livro *Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa* (1ª edição, 1954), obra que mereceu da Academia Brasileira de Letras o Prêmio João Ribeiro.

Na recensão crítica a esse livro, publicada na *Revista Brasileira de Filologia*, vol. I – tomo I, junho, 1955, p. 66-70, o Prof. Silvio Elia faz alguns

reparos a posições teóricas do autor, expõe – como, aliás, sempre procedia – claramente suas divergências doutrinárias, reconhecendo, contudo, que, se trata de “obra meditada, que busca refugir à rota das mezinhas gramaticais”... “trabalho escrito com honestidade e espírito científico por quem se revela capaz de empreender os estudos estilísticos que os nossos grandes autores estão a exigir” (p.69).

Registre-se, também, que sem refugar os grandes nomes da estilística da época – e de hoje! – (Vossler, Spitzer, Marouzeau...), Jesus Bello Galvão é (parece-me) o único de nossos estilísticos que valorizou, com aguda sensibilidade, um livrinho instigante – *A língua portuguesa e seus mistérios* –, do notável polígrafo português Jaime de Magalhães Lima, um não-especialista dotado de fina intuição lingüística, que está a merecer um estudo mais demorado.

Outro registro que só pode exaltar o arrojado maranhense é o destemor em manifestar sua posição em questões referentes ao sempre desejável bom relacionamento cultural luso-brasileiro que, contudo, poderiam denegrir a nossa imagem. Refiro-me ao incômodo episódio com o eminente Prof. M. Rodrigues Lapa, agora divulgado em *Confluência 22* em pronunciamento do Prof. Glástone Chaves de Melo – assunto sobre o qual Jesus Bello Galvão já se manifestara na Academia Brasileira de Filologia, na sessão de 29/12/1962, tendo sido o texto publicado no *Jornal do Comércio* de 6/1/1963. O *Correio da Manhã* de 6/7/63 noticiou o fato com o título de “O Ensino de Literatura Portuguesa no Brasil”.

Fique nesta notícia não só o reconhecimento da importância da obra do ilustre filólogo maranhense-carioca, digna de um estudo crítico que examine algumas opiniões consideradas “ousadas” – fruto de um espírito irrequeto que às vezes não pôde conter os arroubos de uma criatividade não menos ebuliente. Fique também registrada a saudade de todos os que privaram do convívio do querido amigo, um dos quais e dos mais íntimos, o Prof. Antônio José Chediak, lhe dedicou o primeiro volume da *Síntese Histórica da Academia Brasileira de Filologia* (1944-1946) – primeira parte, Rio, 1999, ainda inédito.

O autor desta notícia teve o privilégio de homenagear o mestre maranhense-carioca em palestra lida na Academia Maranhense de Letras no dia 29/11/2001, a ser publicada na revista daquela ilustre Casa de Cultura, sob a presidência do Acadêmico Jomar Moraes, cuja obra, já considerável, honra a cultura maranhense e a cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA DE JESUS BELLO GALVÃO

In: Apontamentos de Leituras – Lendo João Ribeiro:
 II – Páginas de Estética [a modo de Roteiro para
Ler João Ribeiro]. Curitiba, 1992, p. 183-186

O Salmo de Miserere Mei Deus, de Gil Vicente. Rio, 1939. (Tese de Concurso para Catedrático das Escolas Normais do Estado do Rio de Janeiro).

O Pleonasma e mais Dois Estudos da Língua Portuguesa. E.T. Nacional, Rio, 1949.

Fenômenos de Sintaxe Ideológica e Afetiva na Língua Portuguesa. Rio, 1949. (Tese de Concurso para Catedrático do Colégio Pedro II).

Leituras Brasileiras – Textos, Gramática, Exercícios, Editora Nacional, Rio, 1950, com reedições.

Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa. Ed. Organizações Simões, Rio, 1954, reeditado em 1967, sob o título *Língua e Expressão Artística* (Subconsciência e afetividade na Língua Portuguesa), Civilização Brasileira, Rio. Em 1979, com o título original, *Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa*, 3ª edição., rev. e aum., Ao Livro Técnico S.A., Rio de Janeiro.

Língua, Cultura, Ensino – Fundamentação lingüística, Síntese crítica, objetivos e meios. Cidade de Assis, S.P., 1962. (Tese para obtenção do Grau de *Docente Livre* em Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o de *Doutor em Letras* da então Universidade do Estado da Guanabara (hoje UERJ).

Interpretação Lingüística – (Roteiro Crítico), Lisboa, 1964. Separata do Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa, sob a direção do Prof. Machado.

Como Passam Mil Anos Diante de Deus, do Pe. Manuel Bernardes, Suplemento da Revista “Brasília”, da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, 1964.

Lua, Saudade Crepuscular, In *Chão de Estrelas – Poesias Escolhidas de Orestes Barbosa*. J. Ozon Editor, Rio, 1965.

Língua Aprendida, Cultura Adquirida. J. Ozon Editor, Rio, 1966

Programação do Ensino e Desenvolvimento Econômico, Ed. Bloch, Rio, 1966.

- A Literatura Brasileira em Língua Portuguesa – Fundamentos Lingüísticos*, Separata da Revista de Letras, Vol. X, 1967, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, S.P..
- Palavra e Estrutura*. DASP (CDA), Rio, 1968.
- Fonema e Estrutura*, In Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho). Organização Simões, ed., p. 107-119, Rio, 1968.
- A “Chuva-Maria”, de Drummond*, In Littera, nº 1, Grifo, Edições, Rio, 1971.
- A Crítica Lingüística e Crítica Literária*, In Littera nº 3, Grifo Edições, RJ, 1971.
- Crítica Literária em Crítica*, In Revista Campograndense de Cultura nº 2, Campo Grande, Rio, 1972.
- O Idioma Nacional no Ensino Técnico – Considerações Metodológicas*. Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca”, Rio, 1976.
- Marco Iniciante e Realidade da Literatura Brasileira*, In Linguagem, I, 1. Revista do Instituto de Letras, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 1978.
- Crítica Estilística e Crítica Literária*. In Conferências e Comunicações – IV Encontro Nacional de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa. Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis/UNESP, Assis, S.P., 1980.
- “Oficina Irritada” – Intratextualidade Drummondiana*. In Letras Fluminenses, nº 21, Niterói, 1980.
- “Língua-Escrita e Língua-Lida”*. In Enfoque I, nº 1, FAPERJ e Academia Brasileira de Filologia, Rio, 1981.
- Oração do Amor da Pátria* (Com um estudo – “Camões, O Amor da Pátria e o Bem-Comum”). Editora Lítero-Técnica Curitiba, 1982.
- Recesso Docente* (Aula Inaugural no Instituto de Letras, UFF, quando de sua aposentadoria; Niterói, 27/8/1981). Editora Lítero-Técnica, Curitiba, 1982.
- Eles em Mim* (Ensaio I) – Pe. Manuel Bernardes e Carlos Drummond de Andrade. Editora Lítero-Técnica, Curitiba, 1982.
- Crítica Estilística e Crítica Literária*. Editora Lítero-Técnica, Curitiba, 1983.
- Eles em Mim* (Ensaio II) – Lima Barreto e Armando Fontes. Editora Lítero-Técnica, Curitiba, 1983.
- Língua e Gramática – Língua e Estilística*, In FURB – Revista de Divulgação Cultural, Ano 7, nº 21, março, 1984, Blumenau, Santa Catarina.

- A “*Ismália*” de *Alphonsus*. Editora Lítero-Técnica, Curitiba, 1985.
- Um Guardador de Rebanhos*, de *Alberto Caeiro* (Pessoa), In *Ensaio Pessoaanos*, Instituto de Letras – UFF, Niterói, RJ, 1985, p. 13-43.
- Os Sonetos – e um Soneto – de Simões*, p. 75-85, In *Sonetos Escolhidos*, Philobiblion, Cta., 1986, de João Manuel
- Versos de Antiga Mente*, 86 p., Editora Lítero-Técnica, Curitiba, 1986.
- Versos, Meus Cotidianos*, 71 p., Editora Lítero-Técnica, Cta., 1987.
- Gonçalves Dias – O Homem e a Obra – 23 p.*, In *Discurso de Saudação*, José Braz Ventura, *Discurso de Posse*, Jesus Bello Galvão/ cadeira nº 17/ Academia Teresopolitana de Letras (A.T.L.), RJ – 31/10/1987, Liv. Editora Cátedra, RJ., 1987.
- Dois Poetas Paranaenses – Emiliano Pernetta e Tasso da Silveira*, Palestra de estréia como Associado eleito do Centro de Letras do Paraná, 1990 (Inédito).
- Apontamentos de Leituras – Lendo: I – João Ribeiro*, Gráfica Editora Rocha Ltda., 1991.
- Apontamentos de Leituras – Lendo : João Ribeiro (II – Páginas de Estética)*, 1992. Gráfica Editora Rocha. Cta., PR.

TRANSCRIÇÃO

GALERIA DE MEUS MESTRES NO COLÉGIO PEDRO II ANTENOR NASCENTES

Wilson Choeri
UERJ / CP II

Ao ingressar no Colégio, na 1ª série do curso ginásial, tive a grata satisfação de ter Antenor Nascentes como meu professor de Português. A sua personalidade marcou-me até hoje e muitos dos seus ensinamentos me foram úteis.

A metade da nossa 1ª série B aguardava a chegada do professor na sala 27, próxima da cantina. Estreita, com duas bancadas de carteiras, era uma das piores do Colégio; a sua única janela abria-se para a rua Camerino e por ela entrava o barulho ensurdecedor dos bondes e ônibus.

A classe estava em relativo silêncio, quando nos demos conta que o professor de Português, que o inspetor Pederneras nos havia anunciado, chegara.

Como era de praxe todos nós saudamos o professor, nos levantando. Deparou-se-nos um homem enxuto de carnes, desempenado, cabelo ralo e aparentando quase cinquenta anos. Dirigiu-se a turma sorrindo:

– Jovens, vamos dar início ao nosso curso de Língua Portuguesa. Chamo-me Antenor Nascentes e estudei aqui.

Muitos de nós já havíamos adquirido o livro *Idioma Nacional* de autoria dele, adotado no Colégio.

– Pelo que vejo vocês já têm o livro texto. Aqueles que não o adquiriram, saibam que não estão obrigados a comprá-lo. Abram na primeira página e verão um soneto de Olavo Bilac – grande poeta parnasiano –, sobre a língua portuguesa. Vamos hoje explicar esse belo soneto.

Apontando na direção do Orlando Alves, pergunta-lhe:

– Você sabe o que é um soneto?

– Não, professor.

– Quem de vocês sabe?

O Pedro Veloso Wanderley, colega nosso cearense tinha pendores literários, levantou o braço indicando que sabia.

– Vamos lá, jovem, explique.

– Soneto é uma forma poética constituída de dois quartetos e dois tercetos.

– Bravo, muito bem. Mais tarde, na 5ª série, quando vocês tiverem aulas de literatura, aprenderão os múltiplos gêneros e escolas literárias. Apontando para o Sebastião Campos, mandou que lesse o soneto e todos acompanhassem.

– Quem sabe por que Olavo Bilac usa a expressão: “*última flor do Lácio, inculta e bela*”?

Em face do nosso silêncio, nos explica, minuciosamente e com simplicidade, a origem da língua portuguesa, por que a expressão *última flor do Lácio* e nos ensina que na transição do latim para o português, houve uma forma chamada *romanço*. Explica-nos, também, que as conquistas dos romanos e sua fixação nas terras conquistadas difundiram o latim. Não o latim falado pelos patrícios, mas o da soldadesca, o latim vulgar.

– Jovens, anotem a tarefa para a próxima aula: deverão decorar o soneto para recitá-lo aqui; quero, também, que procurem, no dicionário, o significado e o sinônimo para as seguintes palavras do soneto: *inculta, esplendor, cascalho, vela, canga, tuba, glangor, singela, silvo, procela, exílio, amargo, tom, gênio, ventura*.

Na aula seguinte, tive a falta de sorte de ser escolhido para recitar o soneto. Havia-o decorado e comecei a cumprir a ordem. Entrando na adolescência a minha voz variava do grave ao tom em falsete... Ao terminar, o professor me fez repetir, mas me interrompia mostrando-nos como deveria dar a entonação e encontrar o ritmo certo. A seguir, começou a interrogar, aleatoriamente, a turma sobre o sinônimo e significado das palavras contidas no poema.

Incrível, passados tantos anos, me dou conta de que aquele homem afeito a mergulhos abissais, erudito, ser obrigado a ministrar aulas a garotos, quando poderia estar desenvolvendo cursos e linha de pesquisa para professores. Porém, o mais espantoso é que, lidando com meninos, fosse capaz, sem empáfia, ou arrogância transmitir-lhes ensinamentos. Tudo nas aulas do Nascentes era motivo e aproveitado para transmitir conhecimentos. Em dada ocasião, houve uma discussão entre Aristeu e o Sebastião sobre a pronuncia do nome do Padre Anchieta. Era aula do Nascentes, e a ele coube o papel de dirimir a questão... Lá veio a explicação.

– O Padre Anchieta era espanhol das Canárias. A pronúncia do *ch* tem o som de *x* e há também a forma grafada com *x*: *Anxieta*. A pronúncia se assemelha à do peixe de nome *enchova*. Se ele fosse italiano, a pronúncia seria *Anquieta*; o *ch* teria o som de *k*. A palavra *charitas* é italiana e deve ter a pronúncia “*káritas*”. Há uma praia em Niterói de nome Charitas e que o povo chama de “*Xaritas*”, erroneamente.

Na década de 1940 ainda havia um jornal chamado *Correio da Manhã* de grande circulação e famoso pelos seus editoriais. Numa edição que circulou no dia da aula de português apareceu como título de um de seus editoriais a palavra *boicotagem*. Mal o professor chegou, como sempre fazia, Nascentes nos quinze minutos iniciais da aula, antes de abordar o tema central, indagava:

– Qual é a dúvida de hoje? Leram algum jornal?

Lá veio a pergunta do Pedro Wanderley:

– Professor, eu vi no *Correio da Manhã* como título a palavra *boicotagem*. O que quer dizer?

– Essa palavra é um estrangeirismo que foi incorporado ao nosso idioma. Significa “fazer oposição”, “criar dificuldades e obstruir qualquer ação promovida por outros”, “represália”.

Prosseguindo na explicação e estendendo a informação, acresceu:

– A palavra é um anglicismo que teve origem numa contenda entre lavradores escoceses assalariados e um fazendeiro de nome *Boycott*. Os lavradores cansados de serem maltratados entraram em choque com o fazendeiro, negando-se a trabalhar para ele e deixando de fazer a colheita do trigo e da cevada. O não trabalho assumido pelos lavradores passou a ser divulgado pela expressão “no, *Boycott*” e que se transformou e deu em português, *boicote*, *boicotagem*, *boicotar*.

O Nascentes, além, muito além de professor, era um educador. Procurava ampliar nossos horizontes culturais, induzir-nos a olhar e nos inteirmos ao nosso redor. Criou em muitos de nós o hábito de ir às sessões passatempo do *Cineac Trianon*. A televisão ainda não se divulgara e o referido cinema se especializava em passar jornais como *Les Actualités Françaises*, *Fox Movietone*, *UFA* e múltiplas atividades no mundo dos esportes. Eram de sessenta minutos as sessões do *Cineac* e contínuas. O professor nos alertava:

– Vocês que não têm muito dinheiro para gastar; devem ir à sessão das quatorze horas de quinta-feira. Verão o programa que está saindo de cartaz e a seguir a nova programação. A rede de cinemas, no centro da cidade, possuía excelentes salas de exibição: Plaza, Metro, Palácio, Odeon, Império, Vitória, Alhambra e outros tantos.

Lembro-me que havia ido assistir, no Alhambra, ao belíssimo filme, estrelado por Paul Muni, *Louis Pasteur*. Nos quinze minutos de perguntas da aula de português, perguntei se ele havia visto o filme e qual a sua opinião. Nascentes, como sempre, não perdia a oportunidade de ampliar nossos horizontes culturais.

– A pronúncia do nome do cinema esta errada; devem pronunciar *Alambra*. É um nome que tem origem árabe. É o nome dado a um castelo deixado pelos árabes, na Espanha, e construído durante a permanência deles, por oitocentos anos, na Península Ibérica. É uma bela construção em tijolos, sem esboço ou caiação e daí ser vermelho. A palavra é feminina, quer dizer *o vermelho*; o *al* é o artigo em árabe e *hambra* significa “vermelho”. Prosseguindo, explicou-nos a importância de Louis Pasteur na descoberta da vacina contra a raiva e ensinou-nos que o nome da doença era *hidrofobia* (hidro = água; fobia = horror, rejeição).

Ao chegar a casa, conversando com meu pai, passei-lhe a explicação sobre a pronúncia da palavra Alhambra..., isto é, omitindo o *h*. Meu pai corrigiu-me, ensinando a pronúncia em árabe. Ao reencontrar o Nascentes, em aula, disse-lhe como meu pai me corrigira.

– Professor, meu pai disse que o *h* tem que ser pronunciado como *r* e o certo é dizer: Al-Ramra, o *b* não se pronuncia.

Outro professor qualquer teria se irritado e me reduzido à expressão mais simples. O grande filólogo, disse rindo:

– O *h* da língua árabe é muito difícil de se pronunciar, ele pronuncia-se aspirando, saindo o som do fundo da garganta. Ele, também, tem uma outra pronúncia forte como o *h* em inglês, na palavra *horse*. Com uma simplicidade que ainda me comove, acrescentou:

– Não sabia que o *b* de Al-Hambra não se pronuncia. Vou pesquisar se procede...

Passados muitos anos, ao visitar a “*Espanha árabe*” e me deparar com a “*Al-Hambra*”, emocionado, comecei a chorar. Lembrei-me das explicações do meu professor. Ao percorrer os “*Jardins de Generalife*” veio à minha memória a descrição que dele nos fizera:

“O castelo vermelho, sem reboco, é, por si só, belo. O seu interior mantém um ambiente fresco e encantador com os arabescos e esquadrias de madeira rendilhadas. Os jardins árabes que o circundam com os chafarizes espargindo água lhe dão leveza”.

Nascentes explicou-nos alguns tipos de jardins que circundam palácios europeus, mostrou-nos as características dos jardins padrão *inglês*, *francês* e

árabe. Este, enfatizou, são delicados, leves e graciosos, fazem uso de água em abundância; os ingleses imponentes e austeros com imensos gramados, lagos e pontes, tentam imitar a natureza; o francês com forma geométrica, labiríntica.

Vim a descobrir, anos mais tarde, que Nascentes, paradoxalmente, não respondia a perguntas que lhe faziam certas pessoas sobre dúvidas de português. Desconfiava que queriam testá-lo. Respondia com ironia ou mandava-as pesquisar. Com os seus alunos era solícito; jamais deixou de ser rigoroso na aferição da aprendizagem.

A turma se alvoroçava quando programava para a aula seguinte torneio de perguntas entre as duas bancadas da sala.

– Jovens, na próxima aula o tema será: – *adjetivos patrios ou gentílicos*. Vocês encontrarão, no livro texto uma relação deles. Após as minhas explicações realizaremos o torneio. A bancada da direita indicará cinco representantes e a da esquerda outros tantos.

– Professor, esse critério não é justo. A bancada da esquerda é ocupada pelos melhores da turma. Ponderou um dos ocupantes da direita.

– O argumento não é consistente; vocês da direita estudem e derrotem os outros. Nada de capitularem. Na aula seguinte todos estavam acesos à espera do torneio.

Nascentes iniciou a aula explicando o assunto, mostrou-nos a origem da palavra *gentílico* e teceu considerações sobre o tema.

– Vamos começar agora com as perguntas.

Coube-me fazer a primeira pergunta a um dos integrantes da bancada mais forte.

– Pergunta para o Orlando Alves. Qual é o gentílico de quem nasce na ilha de Madagascar? A resposta veio pronta.

– *Malgaxe*.

Na réplica, o atingido, do meu lado, foi o Aristeu.

Perguntou-lhe o Sebastião, qual é o nome de quem nasce em Jerusalém?

Ele não titubeou: *hierosolimita*. O torneio continuou com indagações de lado a lado. *Três Corações*, *São Paulo* (cidade), *São Paulo* (estado) e outros locais foram aparecendo nas perguntas. A situação tornou-se hilariante quando, de forma moleque, o Ondino, ao responder a pergunta que lhe fora feita sobre o gentílico referente a cidade do Porto. Categórico, afirmou: *tripeiro*. O Nascentes esboçou um sorriso, acalmou os que queriam considerar haver o Ondino errado.

– Ele deve ser filho de portugueses, usou a expressão popular e está galhofando com vocês. Ele sabe a forma não popular. Ondino, diga o que está registrado no livro. A resposta veio certa: – *portuense*. O professor aproveitou o incidente como motivação para enriquecer a aula.

– Os naturais da cidade de Porto são jocosamente apelidados de *tripeiros* em razão do prato predileto e muito consumido no Porto ser *tripa de boi a lombeira* ou como é mais conhecida, *à moda do Porto*. Os naturais de Lisboa, são *lisboetas*, mas os outros chamam de *alfacinhas*. Dizem que a causa tem origem nos liboetas serem muito críticos e cheios de não me toques em relação aos nascidos noutros lugares. A Solange Vasconcelos, melhor aluna da turma indaga do professor.

– Por que quem nasce em Chaves é chamado *flaviense*?

O grande filólogo aplaude a pergunta e enriquece a aula. Começa, subliminarmente, a transmitir informações que serão mais tarde ampliadas e servirão de base para prosseguimento de nossos estudos.

– A palavra *Chaves* vem do latim *Flaviis*, o gentílico *flaviense* manteve a forma erudita, mais próxima do latim. Vejam, quem nasce no Estado do Rio de Janeiro é chamado de *fluminense*, pois rio em latim é *flumen*. O mesmo acontece com *Três Corações* que foi respondido por um de vocês como *tricordino*, coração em latim é *cor, cordis*. Muitos gentílicos conservam a forma próxima do latim.

É incrível como um homem afeito a profundas pesquisas dialetológicas, etimológicas, também pudesse, em aulas ministradas a adolescentes mal saídos da escola primária, didaticamente, tornar um tema tão insípido e árido numa aula dinâmica e rica de informações. Hoje, poucos professores de português, “especialistas” em análise literária, são capazes de abordar o tema. Dirão: é inútil, é desnecessário... Escondem suas insuficiências e encham a boca que o importante é o que fazem: lingüística. Não conhecem a estrutura da língua, a fonologia, mas escondem sua ignorância com pseudos conhecimentos de “lingüística” e “estruturalismo”. Pobres coitados, mal conhecem a língua nacional, nem tampouco antropologia cultural e se intitulam “*especialistas em lingüística*” ou Lévi-Strauss. Muitos professores de hoje continuam, passados tantos anos, a analisarem o texto e o exaurindo pelo aspecto gramatical. Nascentes ao nos ministrar explicações, abordava os aspectos etimológicos, filológicos.

Outra passagem rica de ensinamentos foi ensejada pela leitura do texto *Digressão Filatélica* que Nascentes inseriu no *Idioma Nacional*.

Alunos da primeira série ginásial jamais ouvíramos falar em *digressão*. Antes de nos explicar o significado, o professor mandou-me ir para frente das bancadas e recomendou-me:

– Vá andando na direção da janela. Obedeci a ordem e ao chegar quase próximo da parede, virei-me para a direita e retornei até a porta. Fui levado a repetir duas vezes a caminhada, ora virando para a direita, ora para a esquerda. O professor se deu por satisfeito, mandou-me voltar para o meu lugar; perguntou à turma:

– O que é *digressão*, jovens? A resposta veio como em coro: – *mudar de direção, mudar de rumo*.

– O autor do texto, ao usar a palavra *digressão*, quis mostrar que, anteriormente, tinha um centro de interesse e de repente resolveu se tornar filatelista; logo fez uma digressão nos seus interesses.

Ao comentar o texto nos ensinou o que era ser *filatelista* e nos estimulou a colecionar selos.

– Jovens, colecionar selos amplia os conhecimentos do colecionador. Aprende-se geografia, história, artes, costumes e principalmente propicia intercâmbio com outros colecionadores do país e do estrangeiro.

Levou-nos a conhecer os selos raros, aprendemos o valor da coleção “Olho de boi”, editada no império. Explicitou-nos que a primeira emissão comemorativa feita pelos correios, quando carimbada ganhava importância. Aprendemos que alguns colecionadores de selos eram, também, aficionados pela numismática, a arte de colecionar moedas.

Aprendemos os significados dos adjetivos *ebúrneo*, *cinério*, *cuprino*, *sideral*, *argentino*, *plúmbeo* e outros tantos, quase sempre com a indicação da origem.

Diferente de outros professores, ensinou-nos a análise lógica ou sintática de modo simples, sem esquemas ou diagramas. A análise lógica simplesmente objetivava o entendimento do texto, descodificá-lo. Fora disso, seria perda de tempo. Recomendava-nos redigir com simplicidade, evitar lugares comuns, não fazer frases longas e ter um texto linear. Exemplificava: por que escrever “o astro-rei despontava no horizonte” se era muito mais elegante dizer: *amanhecia*. Ironicamente, rindo, lembrava que o tal astro-reinado mais era que simples estrela de quinta grandeza e arrematava, só é possível ao sol despontar no horizonte.

Muitos anos passados, já privando de sua amizade, tive a comprovação da sua forma de se exprimir. Ao receber um belo postal de uma de suas múltiplas viagens pela Europa, ele só anotara: “Choeri, abraços Nascentes”. Por que descrever a paisagem, se a imagem era auto-suficiente, a indicação do lugar estava impressa? Nada de esparramamento.

Tenho em um de seus livros a seguinte dedicatória: “Ao Choeri: Nascentes”. O laconismo nas dedicatórias exprimia considerações e afeto por parte dele.

Faltando um mês para o término do ano letivo. Nascentes, que sempre fora assíduo e pontual, desapareceu. O inspetor Perdeneiras nos deu a notícia de que ele havia sofrido sério descolamento de retina. Pagava o tributo de muito ler e forçar a visão em suas pesquisas. Eu e o Orlando Alves, em nome da turma, lhe enviamos um sentido telegrama. Ao se restabelecer, já cursávamos a segunda série. Numa aula do professor Modesto de Abreu, foi nos agradecer dizendo: “Vocês me comoveram; delicadeza nesta casa é gesto raríssimo”. Modesto de Abreu, após Nascentes se retirar, comentou:

– Nunca vi o professor Nascentes procurar alguém e falar com tanta emoção. Ele é tido como frio e quase álgido.

Na época em que fui seu aluno, quase sempre tomávamos o mesmo bonde para regressarmos a casa. Jamais, nem ele ou eu ficávamos no ponto final, no abrigo da Praça Tiradentes. Íamos para o ponto defronte ao teatro Carlos Gomes. Ele, entretanto, ia caminhando para as proximidades da Inspetoria de Veículos a fim de tomá-lo em movimento e garantir um bom lugar. Jamais imitei meu mestre, o bonde naquele trecho vinha com boa velocidade. Ele agilmente escolhia sempre o carro reboque e, não raro, ao alcançar o estribo, compensava a velocidade, caminhando na direção contrária ao deslocamento do veículo. Tomar o bonde andando exigia, além de agilidade, ter golpe de vista para não se chocar com o condutor ou outro passageiro pendurado no estribo.

Nascentes era de origem bem humilde, teve na professora D. Amália Fernandes da Costa uma protetora e apreciadora de sua inteligência, que lhe custeou parte de seus estudos iniciais. Não precisou fazer exame de admissão para ingressar no Colégio Pedro II. Era praxe ao melhor aluno da rede primária do Distrito Federal ter matrícula compulsória. Concluintes do ensino primário, só receberiam a certificação após rigoroso exame. Submetido a mais longa inquirição, perto de uma hora, nas disciplinas de português, geografia, aritmética, história do Brasil, logrou a nota máxima, garantindo assim, ingresso gratuito no Colégio Nacional, nome pelo qual a República passara a chamar o Colégio Pedro II.

Foi um aluno brilhante e teve como condiscípulos Manuel Bandeira, Sousa da Silveira, Arthur Moses, Alarico de Freitas. Ao término do curso obteve o Prêmio Pantheon, destinado ao aluno que houvesse participado sempre do primeiro lugar no banco de honra.

Ao se bacharelar, não teve dificuldades em passar em concurso público para oficial da Secretaria de Justiça, conquistando o primeiro lugar.

Retornou ao Colégio Pedro II como professor para lecionar grego e espanhol. Logo veio a oportunidade de se candidatar à cátedra de espanhol, que

estava vaga. O concurso foi disputadíssimo entre ele e David José Perez. Ambos os candidatos produziram brilhantes provas. A Congregação ao se reunir para homologar o concurso deu o primeiro lugar ao seu bacharel e prêmio Pantheon. Lecionou a disciplina por seis anos; tornando-se ela optativa e o aluno demonstrando pouco empenho, em face de não haver exames que os pudessem inabilitar, ao ser desdobrada a cátedra de português, preferiu para ela se transferir, em 1927. Antes de se transferir já havia publicado a série *Idioma Nacional* de 1926/1928, muito bem aceita.

Àqueles que o criticavam por haver sido homologada a sua transferência para português, sem que tivesse de se submeter a novo concurso, respondeu com a publicação do *Dicionário Etimológico*, em 1932. Calou os murmuradores. O *Dicionário Etimológico* foi fruto de anos de pesquisa e realizado sem a colaboração de outros professores. Ele se constituiu em trabalho pioneiro e veio a se tornar em fonte para os que passaram a pesquisar e estudar filologia românica. Foi prefaciado por Meyer-Lübke o grande filólogo alemão.

Jamais respondia às críticas que lhe faziam; ouvi-o, na Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UERJ, dizer: “Quando me jogam lama, não me apresso em limpá-la; deixo-a secar e lhe dou um peteleco, removendo-a sem deixar nódoa”. Aos que lhe enviavam de modo reservado sugestões de possíveis equívocos que cometera sempre acolhia e agradecia. Àqueles que queriam se promover às suas custas, individualmente ou em grupos, os ignorava.

Em 1939, ao ser criada a Faculdade Nacional de Filosofia, após a extinção da primeira UDF, criada por Lourenço Filho e outros educadores, Nascentes foi convidado, diretamente, pelo Ministro Gustavo Capanema para integrar o corpo docente da mesma. Não se deixou seduzir nem optar em deixar o Colégio Pedro II; na época a Constituição de 1937 vedava qualquer acumulação. Não fez como tantos outros que deixaram o Colégio.

Olavo Aníbal Nascentes, seu filho, disse-me que ele escrevera declinando do convite; o fê-lo de forma elegante. Aos amigos, discípulos e colaboradores explicava a sua atitude, confidenciando: “Como deixar a minha cátedra no Pedro II, onde estudei como aluno grátis. Trocar cem anos de tradição por uma faculdade que ia se iniciar. Jamais o faria”.

Reencontrei meu mestre, alguns anos passados, na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, hoje integrando a UERJ.

Tive a honra singular de compor, como catedrático, a mesma congregação onde ele era um mito. Tinha por mim carinho especial. Após haver concluído o concurso para a cátedra de Estatística Geral e Aplicada, no dia em que seria recebido pela Congregação, deparei com ele que, sorrindo, foi me dizendo:

– Choeri, não vou à tua posse, sabes que não tolero discursos; mas sabes qual a verdadeira razão de não ficar? Hoje é aniversário de uma velha amiga de mais de cinquenta anos. Não posso perder os doces que ela faz à moda antiga e lembram os que minha mãe fazia e são colocados naquelas compoteiras de “bico de jaca”. Perder doce de mamão verde com côco, doce de jaca, quindim, bom-bocado? Não. Felicidades.

Ao assumir as funções de diretor do Departamento Cultural da UEG, hoje UERJ, o professor Nascentes, já aposentado, me visitou inúmeras vezes, acompanhado do filho Olavo Nascentes. Expunha o que queria, quase sempre informações sobre ajustamento de sua aposentadoria ou o pagamento de cursos que havia ministrado e que a burocracia universitária retardava.

Ria quando eu e o Olavo discutíamos sobre o magistério particular ou contávamos casos ocorridos com alguns professores em sala de aula. Diante de meu velho mestre, voltava a ser o aluno ginasião e o enchia de perguntas. Provocava-o para que recontasse algumas de suas viagens, principalmente a que fizera ao norte da Escandinávia. Descrever a sensação que sentira ao ver “o sol da meia-noite” e a insônia que adquirira ao voltar para o Brasil.

Havia ocasiões em que o consultava sobre as visita de eminentes professores portugueses que viriam, sobre o patrocínio da embaixada de Portugal, ministrar palestras na UEG/UERJ. Jamais opinava quando os palestrantes eram historiadores ou geógrafos. Relutava, também, quando eram da sua área.

Pouco antes da eleição para a Academia Brasileira de Letras visitou-me. Indiretamente, através do Olavo Nascentes, procurei conhecer a sua expectativa sobre a certeza da sua escolha. Sorrindo, antes que o filho se pronunciasse, disse-me:

– O povo diz que em cabeça de juiz, pata de cavalos e bumbum de crianças não se há de confiar. Eu acrescento, em voto de acadêmicos, também não...

Passados uns dias, a mídia anunciava a eleição de Adonias Filho e a preterição do Nascentes.

Aos dicionaristas, ao filólogo, ao homem que tantos serviços prestava à Academia e a lastrear, com densa erudição, múltiplos de seus projetos, ela pagou-lhe com a moeda da ingratidão. Jamais pleiteara, quer moço, quer na meia idade ou na velhice, um lugar entre os imortais. Cedeu aos amigos que se sentiam constrangidos em não ver o mestre entre eles.

O tempo é grande sabedor em sua marcha inexorável, levará a maioria dos imortais a serem totalmente esquecidos. Pela imortalidade de Antenor Nascentes falarão o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, o *Linguajar*

Carioca a série do *Idioma Nacional*, o *Dicionário* da ABL, enquanto houver estudiosos de língua portuguesa falada no Brasil. A imortalidade acadêmica não a conquistou, mas obteve-a na admiração de uma plêiade de discípulos do porte de Celso Cunha, Antônio Houaiss, Evanildo Bechara, Leodegário Amarante Azevedo e outros tantos ...

Passados alguns meses da sua preterição acadêmica voltei a revê-lo. Havia sofrido ligeiro espasmo cerebral. Em sua última visita ao Departamento Cultural da Universidade, manteve-se silencioso, enquanto eu e o Olavo conversávamos; parecia alheio a tudo. O *velho jequitibá* começara a morrer, suas raízes profundas já não mais colhiam a seiva irrigadora do lenho e das folhas.

Morreu com noventa e dois anos, tendo vivido noventa e dois anos. Durar não é o mesmo que viver. Alguns duram muitos anos, sem tê-los efetivamente vivido. Ele, todo o tempo em que durou, sempre viveu escrevendo, pesquisando, educando e semeando novas idéias e novos conceitos. Assemelha-se às estrelas que no espaço sideral sem fim continuam a trilhar mesmo quando já cessaram, há séculos, de existir. O seu cintilar continua a nos encantar.

Olavo Nascentes, após a morte do pai, não mais entrou em sua biblioteca e não admitia que alguém nela penetrasse. A sua identificação era tal, que se emocionava ao dele falar. Funcionava como seu assistente, discutia e sugeria modificações no que ele escrevia, possuía luz própria. Aos que indagavam por que não publicava as suas pesquisas e estudos, invariavelmente respondia “Para que? Vão dizer que apanhei fichas do velho ou usei suas pesquisas para me promover”.

Na época em que dirigia a Secretaria de Ensino do Colégio Pero II atendi a um dos seus telefonemas.

– Choeri, meu pai, quando vivo, demonstrou desejo de doar sua biblioteca ao Colégio. Eu e meus irmãos só a doaremos com uma condição: você será o responsável pela sua preservação e a manterá unificada. Pode dar um pulo aqui em casa?

Inteirei-me das condições que Olavo impunha: cederiam os direitos autorais de tudo que resultasse das pesquisas feitas nos fichários e material deixado pelo pai; das novas edições, também, seriam cedidos.

Foram aceitas e o acervo e fichários transportados para o Colégio Pedro II.

Foi criado o Centro Filológico Professor Antenor Nascentes por portaria do diretor geral na época, professor Antônio José Chediak.

Os professores Raimundo Barbadinho Neto e Aloysio Jorge do Rio Barbosa incubiram-se de selecionar, classificar e arquivar adequadamente a

correspondência, fichas e artigos escritos em revistas de modo que futuros pesquisadores da obra do mestre possam a vir mensurar em verdadeira grandeza o homem, o intelectual e o educador. O trabalho dos referidos professores foi cuidadoso, exaustivo, pois leram centenas de correspondências e artigos; não colocaram o material nas pastas-arquivo aleatoriamente. Deve-se a eles se ter preservado o acervo que estava se deteriorando.

Olavo Nascentes, homem de poucos recursos, vivendo de aposentadoria ínfima e tendo a esposa entrevada, há anos na cama, abriu mão de vender a biblioteca do pai; o seu exemplo foi seguido pela família. Olavo Nascentes, que tinha seus livros separados dos do pai, vendeu-os para minorar suas dificuldades. Não querendo parodiar Camões poderíamos dele dizer: “*De tal pai, tal filho se esperava*”.

O professor Escagnole Doria que era espírita, ofertou ao Nascentes o “*Livro dos Espíritos*” e que por ele foi lido totalmente e registrou na contracapa: “Seria tão bom que fosse verdade”. Talvez o mestre imaginasse o quão bom seria reencontrar: Fausto Barreto, Said Ali, Carlos de Laet, Silva Ramos e outros de seu afeto, e voltarem a trocar idéias.

RESENHA CRÍTICA

MATEUS, Maria Helena Mira. (org.) *Caminhos do Português*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.

Sob a coordenação da lingüista Maria Helena Mira Mateus, em comemoração ao transcurso do Ano Europeu das Línguas, a BN de Lisboa publicou em 2001 um catálogo intitulado *Caminhos do Português*. Na obra de 260 p., com 16 reproduções em preto e 64 coloridas (algumas miniaturizadas), os ensaios vêm acompanhados dos catálogos dos manuscritos e obras da exposição a eles pertinentes, e se conclui com vários índices que auxiliam o encontro de temas e pessoas ali focalizadas.

Nessa obra, dez especialistas passam em revista cerca de 827 anos de língua portuguesa, desde quando, no latim jurídico-notarial do início do século XII, se insinuavam palavras vernáculas. Estruturada em cinco grandes núcleos, a obra traz ainda um apêndice sobre o português europeu e o insular.

No primeiro núcleo, Ana Maria Martins (Univ. de Lisboa) faz recuar a primeira manifestação do português escrito, do reinado de dom Afonso II para o de dom Afonso Henriques. Trata-se da *Notícia de Fiadores*, datada de 1175, pertencente ao fundo documental do Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, e atribuída a Pelágio Romeu, ou melhor, Paio Soares Romeu, nobre cujo nome se acha nos *Livros de Linhagens*. O ensaio é seguido de onze documentos de entre 1175 e 1243.

No segundo, Telmo Verdelho (Univ. de Aveiro), após examinar a emergência do português nos documentos notariais, por iniciativa de dom Dinis, passa em revista o papel das cartilhas para ensinar a ler, a partir do primeiro quartel do séc. XVI; o surgimento das gramáticas e dos dicionários bilíngües quinhentistas, bem como dos primeiros tratados ortográficos (até 1767, com o *Compêndio* de Monte Carmelo), demonstrando com a farta produção gramatical latino-portuguesa quinhentista por que esse é o século áureo de nossa gramatocografia.

Rita Marculhas (Univ. de Lisboa), no terceiro, debruça-se sobre a discussão setecentista em torno da normatização ortográfica portuguesa. Assim, examina especialmente a contribuição das normas ortográficas do *Vocabulário Portuguez, e Latino* e das *Prosas Portuguezas*, ambas de dom Rafael Bluteau, bem como das emanadas da *Orthographia da Lingua Portugueza* (1736), de

dom Luís Caetano de Lima, e da *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1771), de Antônio José dos Reis Lobato. No mesmo bloco, Rui Tavares fala dos esforços da Real Mesa Censória no sentido de conseguir a normatização ortográfica para o português daquele século.

Maria Lucília Gonçalves Pires (Univ. de Lisboa), no quarto núcleo, comenta a polêmica em torno das propostas revolucionárias do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), e se detém naquelas que reputa mais importantes: a necessidade de que se explique aos aprendizes o latim (bem assim qualquer língua estrangeira), em língua portuguesa, e só após o conhecimento da estrutura gramatical desta; a necessidade de maior aproximação da ortografia em direção da ortoepia, com a supressão do *h* dos dígrafos de origem grega (*rh, ph, th*); e a imperiosa necessidade de se preparar, com objetivos didáticos, uma edição abreviada do *Vocabulário* de Bluteau.

Mostra, ainda, que, se, de um lado, o VME suscitou reações como as *Reflexões apologéticas* [...], do frei Arsênio da Piedade (pseud. de José de Araújo); do outro, ensinou-lhe ponderações importantes, como as que lhe formularam Cândido Lusitano (pseud. de Francisco José Freire, na *Ilustração crítica* [...]) (1751) e Francisco de Pina e Melo, na *Balança intelectual* [...] (1752). Conclui-se o artigo com a apreciação das repercussões do VME nas obras didáticas que se lhe seguiram e na publicação, em 1793, do primeiro tomo do *Dicionário da língua portuguesa*, pela Academia Real das Ciências de Lisboa.

Luís Prista (Univ. Nova de Lisboa) assina o estudo que ocupa o quinto núcleo: *De filólogos a lingüistas*, em que procura conceituar e exemplificar (com obras e autores) esses dois tipos de especialistas, entre os quais se incluem os gramáticos e os glotólogos. Dedicava especial interesse pelas polêmicas em que esses homens de letras se envolveram; conta pormenores jocosos sobre seus hábitos e manias, grandezas e fraquezas; fala dos políglotas e de seus trabalhos de divulgação junto ao povo; de modo a dar-nos um rico painel dos estudos lingüísticos e afins em Portugal, dos meados do séc. XIX aos meados do séc. XX.

A obra se conclui com um panorama rico e atual das *Varietades dialectais portuguesas*, assinado por Luísa Segura e João Saramago (ambos da Univ. de Lisboa). Nesse ensaio, os dois lingüistas expõem os traços fonéticos característicos dos dialetos setentrionais (transmontanos e alto-minhotos; e baixo-minhotos, durienses e beirões; bem como a variedade do Baixo Minho e Douro Litoral); dos dialetos centro-meridionais (do centro-litoral: estremenho-beirões, e do centro-interior e sul: ribatejano, baixo-beira, alentejano e algarvios, bem como as variedades existentes na Beira Baixa, no Alto Alentejo e no Barlavento

do Algarve); e os dialetos insulares (o madeirense e o açoriano). Finalizando-o, a dialectóloga Manuela Barros Ferreira (Univ. de Lisboa) ilustra esse bloco com os sinônimos e as variantes da palavra *vaga-lume* no português continental, extraídos de seu estudo policopiado *Zoônimos dialectais portugueses. Coccinella septempunctata e Lampyrinoctiluca*. Esses investigadores integram a equipe que ora se dedica ao levantamento do *Atlas Lingüístico de Portugal e da Galiza*.

Com os abrangentes ensaios deste *Caminhos do Português*, firmados por reconhecidos especialistas desses segmentos, que repassam os momentos mais importantes desses 827 anos do português escrito, a Biblioteca Nacional de Lisboa, a cuja frente se acha o Prof. Doutor Carlos Reis, e a Fundação Calouste Gulbenkian, que o fez publicar, marcaram a firme presença da história externa do nosso idioma nas comemorações do Ano Europeu das Línguas em 2001.

Antonio Martins de Araujo

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador da ANPOLL e da Academia Brasileira de Filologia. Autor de livros e artigos de sua especialidade.

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA. Professor Titular de Lingüística da Universidade Federal Fluminense. Livre-docente em Lingüística pela mesma Universidade.

† **EUGENIO COSERIU.** Catedrático de Lingüística Românica da Universidade de Tübingen, autor de trabalhos teóricos de mais alta importância, ocupa um dos lugares mais destacados entre os lingüistas da atualidade.

EVANILDO BECHARA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filologia. Membro da Academia Brasileira de Letras.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Filologia (Crítica Textual) da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

RICARDO CAVALIERE. Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Língua Portuguesa pela UFRJ e autor de estudos de sua especialidade.

ROSALVO DO VALLE. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Língua Latina da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

VALTER KEHDI. Doutor e Livre-docente em Letras pela Universidade de São Paulo. Professor aposentado da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da USP. Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos de sua especialidade

WILSON CHOERI. Professor Titular aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Diretor Geral do Colégio Pedro II.